



**JUVENTUDES,
DESIGUALDADES
E DIVERSIDADES**
Estudos e pesquisas



Reitora *Nádina Aparecida Moreno*

Vice-Reitor *Berenice Quinzani Jordão*



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Diretora *Maria Helena de Moura Arias*

Conselho Editorial

Abdallah Achour Junior
Edison Archela
Efraim Rodrigues
José Fernando Mangili Júnior
Marcia Regina Gabardo Camara
Marcos Hirata Soares
Maria Helena de Moura Arias (Presidente)
Otávio Goes de Andrade
Renata Grossi
Rosane Fonseca de Freitas Martins

**JUVENTUDES,
DESIGUALDADES
E DIVERSIDADES**
Estudos e pesquisas

Leila Sollberger Jeolás
Maria Angela Silveira Paulilo
Maria Regina Clivati Capelo
(Orgs.)

Londrina
2013



Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

J97 Juventudes, desigualdades e diversidades : estudos e pesquisas [livro eletrônico] / Leila Sollberger Jeolás, Maria Ângela Silveira Paulilo, Maria Regina Clivati Capelo (orgs.). - Londrina: Eduel, 2013.
1 Livro digital : il.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

Disponível em : <http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/juventudes-desigualdade-diversidades.gif>

ISBN 978-85-7216-679-9

1. Ciências sociais. 2. Juventude. 3. Política social. I. Jeolás, Leila Sollberger. II. Paulilo, Maria Ângela Silveira. III. Capelo, Maria Regina Clivati.

CDU 316.62

Direitos reservados à
Editora da Universidade Estadual de Londrina
Campus Universitário
Caixa Postal 6001
Fone/Fax: (43) 3371-4673
86051-990 Londrina - PR
E-mail: eduel@uel.br
www.uel.br/editora

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Depósito Legal na Biblioteca Nacional

2013

Colaboradores

Elias Barreiros
Flaviana Barcelini
Ileizi Luciana Fiorelli Silva
Irineu Jun Yabushita
João Batista Martins
Juceli Verona de Castro
Leila Sollberger Jeolás
Maria Regina Clivati Capelo
Maria Angela Silveira Paulilo
Marisa Cândido de Almeida
Mônica Matos Ricardo
Roberto Bassan Peixoto
Rogério Nunes da Silva
Rosângela Aparecida Pimenta Ferrari
Rosemary Batista de Oliveira
Suely Aparecida Martins
Tatiane Alves Santana
Thaís Regina Mantovanelli da Silva
Wagner Roberto do Amaral

Projeto gráfico e diagramação: Teresa Godoy
Capa: Cláudio Francisco da Costa
Fotografia: João Batista Martins
Edição de Imagem: Cláudio Francisco da Costa

Grafite capa - A cidade
Autor: desconhecido
Local: Rua Benjamin Constant
Londrina (PR)

Grafite 1 - Bailarina (página 21)
Autor: desconhecido
Local: Rua Guararapes
Londrina (PR)

Grafite 2 - Anjo (página 73)
Autor: desconhecido
Local: Rua Guararapes
Londrina (PR)

Grafite 3 - 7 de Setembro (página 131)
Autor: desconhecido
Local: Av. Saul Elkind
Londrina (PR)

Grafite 4 - Sorriso (página 171)
Autor: desconhecido
Local: Av. J.K.
Londrina (PR)

Grafite 5 - A mão (página 201)
Autor: desconhecido
Local: Rua Guararapes
Londrina (PR)

A todos os jovens que,
longe de serem problemas, são,
certamente, parte das soluções

Sumário

APRESENTAÇÃO	11
EDUCAÇÃO E TRABALHO	21
Capítulo 1	
Juventudes, educação e trabalho: estudos e políticas públicas em Londrina (PR) Ileizi Luciana Fiorelli Silva; Rosemary Batista de Oliveira	23
Resenhas	
Caminhos e descaminhos da socialização na Pastoral da Juventude	57
As representações sociais dos jovens sobre trabalho	61
Educação de jovens e adultos	66
As novas formas de exclusão na educação	68
Sugestões de leitura	72
SAÚDE E SEXUALIDADE	73
Capítulo 2	
Vulnerabilidades juvenis: sexualidades, acidentes e homicídios Leila Sollberger Jeolás; Rosângela Aparecida Pimenta Ferrari.....	75
Resenhas	
Breve estudo da perspectiva do adolescente	116
Os jovens e o imaginário da aids	119
Estudo sobre o conhecimento de DST e comportamento sexual de adolescentes	123
“Meninos não choram”: gênero e saúde entre jovens	127
Sugestões de leitura	129

POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS 131

Capítulo 3

Juventudes e políticas sociais públicas

Maria Angela Silveira Paulilo 133

Resenhas

A vulnerabilidade do jovem diante do risco da drogadição 155

O processo de reinserção social do dependente químico 158

Jovens, vulnerabilidade e violência: outra história é possível? 164

Sugestões de leitura 169

POLÍTICA CULTURAL 171

Capítulo 4

Política cultural e juventude: o movimento hip-hop em Londrina

João Batista Martins; Flaviana Barcelini; Irineu Yun Yabushita 173

Resenhas

Punk e modismo: visão de Londrina 196

Sanduíche: uma revista eletrônica 199

JUVENTUDES DO CAMPO 201

Capítulo 5

Jovens do campo: a procura de visibilidade social

Maria Regina Clivati Capelo; Suely Aparecida Martins; Wagner Roberto do Amaral 203

Resenhas

A realidade do trabalho vivida por adolescentes 253

Aspectos do cotidiano de adolescentes no meio rural 255

Assentamento rural e escola do campo 258

Apresentação

Este livro é o resultado de um trabalho de pesquisa realizado entre 2003 e 2005 por docentes e discentes das áreas de Ciências Sociais, Psicologia Social, Serviço Social e Enfermagem¹. O objetivo foi reunir e sistematizar os dados existentes e os estudos realizados (Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias, Dissertações, Teses e Pesquisas) sobre diversos temas relacionados aos jovens, tais como: trabalho e educação; saúde e sexualidade; políticas sociais públicas; políticas culturais e juventudes do campo. Esses temas não foram, certamente, esgotados, e tampouco o resultado do trabalho, aqui apresentado, pretende-se conclusivo. Outros temas como raça/etnia, por exemplo, não puderam ser incluídos por falta de pesquisadores e a discussão sobre a adolescência e a juventude em realidades indígenas foi empreendida, embora não tenha sido incorporada por falta de tempo hábil.

1. Professores e alunos pertencentes à Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - Francisco Beltrão) e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET - Cornélio Procopio).

A proposta do trabalho de pesquisa justificou-se pela dispersão dos dados sobre as juventudes locais, em uma variedade de instituições, o que dificulta o acesso a eles e o conhecimento dos estudos já realizados, por parte de pesquisadores, gestores de políticas sociais, estudantes e interessados. Partimos do suposto de que a organização deste material e o conhecimento do “estado da arte”, isto é, da situação em que se encontra a pesquisa sobre as juventudes locais seria de grande ajuda para subsidiar, facilitar e incentivar a produção de outras análises sobre o tema e para a realização de diagnósticos mais precisos sobre essa população. Esperamos que o material obtido sirva de referência para universidades, serviços públicos e entidades civis que desenvolvem trabalhos nessa área de atuação.

Vale ressaltar que compreendemos juventude como uma categoria sócio-histórica que varia de sociedade para sociedade e ao longo do tempo. O surgimento dessa categoria nas sociedades ocidentais foi reforçado por instituições como a escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho industrial e a ciência, o que quer dizer que, por um lado, as instituições modernas tiveram um peso na institucionalização do curso da vida e, por outro lado, a modernidade foi também construída sobre o reconhecimento, a criação e a recriação das faixas etárias. Não se pode esquecer que a inter-relação das instituições modernas constituíram novos canais de controle e aproveitamento das potencialidades juvenis, como o lazer e a cultura, cada vez mais importantes para os hábitos contemporâneos de consumo. Os processos de constituição das esferas do lazer e da cultura de massa deram-se conjuntamente com a multiplicação dos grupos juvenis no início do século XX, os quais se transformaram em ouvintes, telespectadores e consumidores potenciais.

Existem muitas juventudes, muitos grupos juvenis que constroem diferentes formas de pertencimentos e manifestações. É impossível

focalizar jovens abstraíndo-os da classe social em que se inserem, do mesmo modo que não se revela a classe sem focalizar os pertencimentos culturais dos jovens. Há, portanto, uma interdependência entre essas duas categorias analíticas. A situação de classe encontra-se atravessada pelos pertencimentos étnico-culturais e revela as condições objetivas que marcam as subjetividades juvenis: desde o local de moradia, o estudo, o trabalho, as rotinas, ou seja, as práticas e as representações que caracterizam os grupos juvenis. A diversidade juvenil aparece na raça/etnia, religiosidades, gostos, estilos, gênero, manifestações culturais, espacialidades e numa multiplicidade de situações que marcam os jovens em suas diferenças e desigualdades.

Essa complexidade leva a uma dificuldade de demarcar essa fase da vida. Os parâmetros etários que definem a juventude, nas sociedades ocidentais atuais, não estão entre as mais fáceis tarefas e há muita variação nesse aspecto. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define hoje a adolescência, compreendendo a faixa etária dos 10 aos 19 anos. De acordo com a OMS e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a adolescência abrangeria a fase dos 10 aos 14 anos, definida como pré-adolescência, e a fase dos 15 aos 19 anos, como adolescência propriamente dita. Sendo a adolescência um período de grandes transformações biológicas (puberdade), durante o qual se estrutura a personalidade, é mais fácil definir seus limites etários. Entretanto, quando se trata da juventude, entendida como uma categoria sociológica, indicativa do processo em que os indivíduos se preparam para assumir o papel de adultos na sociedade, seus limites etários são mais difíceis de serem definidos, pois dependem de fatores sociais. Seguimos a recomendação desses autores e trabalhamos com a faixa etária de 15 a 24 anos. Se considerados os recortes utilizados pelo IBGE (10 a 14 anos; 15 a 19 anos; 20 a 24 anos e 25 a 30 anos), o projeto incluiu as pesquisas que abordaram as duas faixas etárias intermediárias deste recorte.

O livro está dividido em cinco partes temáticas: Educação e Trabalho; Saúde e Sexualidade; Políticas Sociais Públicas; Política Cultural; e Jovens do Campo. Em cada uma dessas partes consta: um texto, no qual os dados encontrados para Londrina são analisados e comparados com os dados nacionais sobre o tema; resenhas dos estudos encontrados sobre o assunto; e sugestões de leitura de outros títulos a serem consultados. As resenhas são descritivas, uma vez que tiveram o propósito de sintetizar o conteúdo dos estudos que foram escolhidos, em razão de sua amplitude, da data posterior à década de 1990 (data de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente), da originalidade e de cumprirem as exigências do trabalho científico. Nem todos esses critérios foram seguidos à risca, pois a carência de estudos sobre jovens do campo exigiu um recorte de tempo anterior ao ano de 1990.

Na primeira parte, Educação e Trabalho, o leitor encontrará um quadro sobre estudos e políticas públicas voltados para a juventude no que se refere ao trabalho e à educação formal, em Londrina-PR, no período de 1990 a 2002. Essa parte apresenta também os resultados do levantamento bibliográfico de programas/políticas públicas e de escolarização na região, indicando problemas, hipóteses e possibilidades de pesquisas e articulando as categorias: juventudes, educação e trabalho. Trabalhos de pesquisa em forma de monografias, dissertações, teses e livros, sobre jovens de Londrina, são escassos, assim como os programas/políticas públicas. Sendo assim, as autoras lembram que persistem antigos problemas para os jovens quanto à inserção no mercado de trabalho e no processo de escolarização, tais como: evasão, repetência, atendimento dessa faixa etária nos níveis médio e superior, além dos referentes à profissionalização.

Na segunda parte, Saúde e Sexualidade, as autoras apresentam um retrato dos jovens da cidade relacionado a mortes por causas externas e

à saúde sexual e reprodutiva. São analisados dados sobre acidentes e homicídios, DST/Aids, gravidez e aborto. A vulnerabilidade dos jovens nessas áreas é dependente de questões de classe, raça/etnia, gênero e outras, devendo, portanto, ser analisada nos diferentes contextos e situações em que os jovens se encontram. Foram selecionados alguns trabalhos encontrados no levantamento bibliográfico realizado, e as resenhas apontam para as diversas abordagens que os temas relacionados à saúde dos jovens podem receber.

A terceira parte, Políticas Sociais Públicas foi elaborada com a finalidade de apresentar alguns aspectos da juventude brasileira em face das políticas públicas. Nela a autora concebe a juventude como construção histórica que varia de sociedade para sociedade ao longo do tempo e apresenta dados gerais sobre os jovens brasileiros, principalmente no que se refere às situações de vulnerabilidade por eles vividas. Na seqüência focaliza as políticas públicas direcionadas aos jovens e aponta dados sobre a realidade local. Conclui afirmando que as políticas de juventude só serão eficientes se tiverem como eixo unificador a luta pelos direitos humanos e pela democracia, o que inclui políticas de educação, trabalho, saúde, cultura, lazer e esporte.

Na quarta parte, Política Cultural, os autores analisam o Projeto Rede da Cidadania desenvolvido pela Prefeitura Municipal, enfocando principalmente as atividades do movimento hip-hop em Londrina. O referido projeto tem como um de seus objetivos atender ao público jovem da cidade nas atividades de cultura e lazer. Ao longo do ano de 2003, a equipe verificou que as atividades específicas dirigidas para a juventude eram tentativas de aproximação e atendimento das demandas próprias dos jovens, principalmente daqueles que não têm acesso aos bens culturais produzidos pela sociedade. Os autores problematizam, ainda, as circunstâncias que os jovens enfrentam no processo de

inserção social, especialmente aquele vivenciado pelos oriundos das classes populares, já que a sociedade apresenta oportunidades muito desiguais de acesso e de produção cultural. Ao final do texto, o leitor encontrará uma análise sobre a política cultural do projeto Rede da Cidadania e suas interfaces com a juventude, em específico com o movimento hip-hop. Foram poucos os trabalhos científicos encontrados no levantamento realizado, podendo o leitor conferir nas duas resenhas apresentadas o tipo de enfoque que recebem os trabalhos nessa área.

Finalmente, na quinta parte, Juventudes do Campo, os autores apresentam um estudo inicial do tipo “estado da arte” com o objetivo de situar historicamente as preocupações acadêmicas com os jovens do campo, mostrando que é recente a retomada de estudos sobre essa questão. A seguir revelam as dificuldades e complexidades que emergem quando se aplica a categoria analítica “juventudes” com o fim de compreender jovens pertencentes a territorialidades entendidas como não-urbanas. A discussão teórica problematiza a pertinência do conceito de “rural” em comparação com a categoria “campo” em face das mudanças que ocorrem nas estruturas produtivas, bem como a necessidade de confrontar categorias de validade universal com o concreto vivido. Os levantamentos bibliográficos mostram enorme carência de estudos e pesquisas sobre jovens do campo, especialmente na região de Londrina (Norte do Paraná) cuja tradição é eminentemente rural.

Foi também o vazio acadêmico relativo aos jovens do campo que sugeriu a necessidade de realizar o Seminário intitulado: Jovens do Campo: Vivências e Movimentos, para pensar coletivamente o que é ser jovem no campo, suas expectativas e formas de participação política. Esse evento deveria reunir jovens representantes de organizações e movimentos sociais rurais do Paraná, entretanto, a escassez de recursos e as jornadas de trabalho dos jovens impediram que todos os convidados

estivessem presentes. Ainda assim, reuniram-se dois jovens cortadores de cana da região de Londrina, dois representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do centro-oeste do Paraná, dois representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma moça de Londrina e outro rapaz do sudoeste do Paraná; duas moças residentes em vilas rurais da região de Londrina, um representante da Pastoral da Juventude Rural, bem como alunos e professores participantes do projeto de pesquisa. Nas oficinas do Seminário, o diálogo entre os jovens possibilitou vivenciar o peso das longas e duras jornadas de trabalho cortadores de cana, refletir sobre a solidão das “meninas-moças” residentes em vilas rurais e sobre as esperanças de rapazes e moças, que acreditam na pequena agricultura familiar. A eles nossos sinceros agradecimentos. Suas expressões, revelações, faces e falas deram vida e sentido aos conteúdos aqui impressos.

Registramos nosso agradecimento ao Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina (SERCOMTEL) que ofereceu recursos para a realização do Seminário Jovens do Campo: Vivências e Movimentos, no qual coletamos importantes dados apresentados neste estudo.

Agradecemos a todos os colaboradores do grupo de pesquisa, sem os quais este livro não teria sido realizado. A participação, o entusiasmo e a criatividade de todos nos Seminários Integrados, nas reuniões de grupo, nos debates dos filmes deram os contornos e a “cara” deste projeto. O desafio de trabalhar em grupo, de ouvir críticas e sugestões, foi muito gratificante. A todos os alunos que passaram pelo projeto e contribuíram em diferentes momentos do processo nosso agradecimento: Adir Luiz Habonski, Ana Beatriz Franco E. dos Santos, Átila Rodolfo Ramalho Motta, Bruna Ester Gomes de Oliveira, Carolina Barone da Costa, Daniel da Rocha Medeiros, Deise Sumie Hayashi, Denise Mayumi Nagai, Diego Campos Arruda Rodrigues, Edna Aparecida

de Carvalho, Elias Barreiros, Estevão Francisco d’Aquino, Flaviana Barcelini, Glauci Regina Morimoto, Irineu Jun Yabushita, Jaqueline Franciscatti Mecina, Jardel Fischer Loeck, Jéssica Priscila Zanon, Juceli Verona de Castro, Juliana da Silva, Mariana Costa Hailer, Marisa Cândido de Almeida, Mônica Matos Ricardo; Roberto Bassan Peixoto, Rogério Nunes da Silva, Sabrina K. Martins, Simone Cristina de Carvalho Lima, Tatiane Alves Santana, Thaís Regina Mantovanelli da Silva.

Igualmente ao professor João Valentin Wawzyniak nosso reconhecimento. Com olhar relativizador e falas provocadoras ele impediu, muitas vezes, que caíssemos na armadilha da reificação dos jovens – a quem buscávamos conhecer - mesmo quando pensávamos não estar correndo este risco. O doutoramento exigiu seu afastamento e inviabilizou, por questões de prazo, a inclusão, neste livro, de seu texto sobre a possibilidade de pensar as noções de adolescência e juventude aplicadas às realidades indígenas.

Agradecemos ainda ao professor José Júlio Nunes Ferreira que coordenou, comentou e discutiu com a equipe uma série de filmes, ao longo do último ano do projeto, cujas temáticas referem-se às diferentes realidades dos jovens. A leitura crítica de filmes apresenta-se como uma ferramenta privilegiada para discussão das questões pertinentes à sociedade contemporânea, podendo ser explorada pelas diferentes áreas do conhecimento.

Finalmente, destacamos que, embora os trabalhos aqui apresentados não esgotem a complexidade dos jovens londrinenses, acreditamos que eles poderão apontar para as lacunas existentes no conhecimento sobre esses jovens e guiar novas investigações para análises mais aprofundadas sobre as juventudes. Esperamos que eles ajudem a ultrapassar interpretações superficiais que tendem a retratar a juventude apenas como uma etapa cronológica da vida, ou perceber os jovens por

meio de estereótipos que os identificam como “rebeldes sem causa” ou “alienados” e levem a compreendê-los como sujeitos de suas ações, propensos a participarem e a interferirem naquelas a eles dirigidas.

Leila Sollberger Jeolás
Maria Angela Silveira Paulilo
Maria Regina Clivati Capelo



educação e trabalho

capítulo 1



juventudes, educação e trabalho

estudos e políticas
públicas em Londrina - PR

Ileizi Luciana Fiorelli Silva
Rosemary Batista de Oliveira



Introdução

A preocupação com as juventudes numa cidade de porte médio, como é Londrina, no Norte do Paraná, impulsionou a criação de um grupo interdisciplinar de pesquisa com o objetivo de, numa primeira fase de estruturação e organização do grupo, levantar o maior número de estudos e iniciativas do poder público e outras entidades voltadas para os mais diversos fenômenos relacionados a essa faixa etária da população, ou seja, os jovens (15 a 24 anos de idade). Os resultados das atividades do grupo de pesquisa, *Catálogo sobre juventude: (re)conhecendo diversidades e desigualdades juvenis em Londrina e região*, são o mapeamento e a análise dos estudos e dos programas existentes em Londrina voltados para a juventude. Pretendemos demonstrar, neste capítulo, os estudos e as iniciativas de políticas de educação e trabalho voltadas para a juventude, em Londrina, no período de 1990 a 2002.

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: o estado do conhecimento sobre o tema nas Ciências Sociais e na educação, no Brasil, no período de 1990 a 2002; a situação da juventude em Londrina – PR, por meio de dados estatísticos sobre a escolarização e o trabalho, programas públicos voltados para essas dimensões e os estudos existentes; os temas, problemas e hipóteses de pesquisas que surgiram desse primeiro levantamento para investigações futuras.

Do que tratam os estudos sobre juventude, educação e trabalho

A maioria dos autores que realizaram estudos sobre juventude, de 1990 em diante, afirmam que ocorreu um distanciamento das ciências sociais em relação às questões ligadas à juventude, no Brasil. Destacam que é exatamente a partir de meados da década de 1990, que surgem inúmeros estudos nos cursos de pós-graduação em Educação e na área de Ciências Sociais. Isso pode ser explicado pela emergência dessa temática, também, nas preocupações governamentais, de organizações civis, de partidos políticos, entre outros. O crescimento dos índices de violência envolvendo jovens, sobretudo como vítimas, mas também como praticantes de crimes, estimulou/forçou a retomada das reflexões sobre a juventude brasileira.

No âmbito acadêmico, estudos de Sposito (1997, 2002, 2004) sobre a relação entre juventude e educação, de Martins (1997) sobre trabalho e juventude, de Abramo (1994) sobre culturas juvenis, de Peralva (1997) e de Zaluar (1995) sobre violência e juventude, entre outros, marcaram a retomada da temática juventude e do aparecimento de novos problemas sociológicos e antropológicos típicos da contemporaneidade¹.

Na área governamental, iniciativas de Prefeituras, Estados e do Governo Federal, resultaram em coletâneas, programas, seminários que, também, marcaram o interesse em torno da população jovem. Os dois volumes da Coletânea publicada pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD e MEC, de 1998, intitulada *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*, sinalizam que, realmente, essa faixa etária, por diversas razões, está preocupando e merecendo atenção dos formuladores de políticas sociais no Brasil.

Outros estudos surgiram, patrocinados pela UNESCO, que cobriram várias capitais brasileiras, buscando elementos que mostrassem a relação entre violência, escola e juventude². Observe-se que a maioria dos estudos associou os fenômenos das drogas e da violência à juventude e à escola, indicando que a juventude, do final do século XX e início do século XXI, realmente está muito vulnerável ao crescimento das desigualdades sociais, do crime organizado, sobretudo o narcotráfico, do desemprego, da falta de expectativas e do consumismo como modo de vida. Tais estudos revelam, ainda, o quanto a escola torna-se uma instituição frágil diante da violência nas grandes cidades, dificultando seu trabalho de socialização. Por outro lado, os estudos patrocinados pela UNESCO têm enfatizado o papel da escola no processo de controle da violência e da inserção dos jovens em programas, projetos e ações que os preservem da vulnerabilidade crescente dessa faixa etária.

Sobre o tema escola e juventude destacamos o esforço de sistematização do estado do conhecimento do Comitê dos Produtores da Informação Educacional (COMPED) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) junto com o INEP/MEC na elaboração da Série n. 7, com o título Juventude e Escolarização (1980-1998), coordenado por Marília P. Sposito.

As mudanças no mundo do trabalho afetam em cheio a juventude, e mais jovens serão desafiados por uma nova estrutura social, em que não há perspectivas de emprego e ascensão social, apesar do aumento

2. Os estudos publicados pela UNESCO, no Brasil, até 2002, que trazem dados importantes sobre escola, juventude e violência são os seguintes: Sallas (1999); Waiselfisz (1999); Barreira (1999); Abramovay et al. (2002); Waiselfisz (2002); Abramovay; Castro (2002). De 2003 em diante mais publicações surgiram com as mesmas temáticas, acrescentando outras, tais como: sexualidade, políticas públicas para os jovens e culturas juvenis. Conferir informações na página da UNESCO http://www.unesco.org.br/publicacoes/edicoesnacionais/mostra_pasta.

da escolaridade. Essa preocupação aparece em estudos acadêmicos, em documentos governamentais e em programas profissionalizantes ou de amenização da falta de ocupação para os jovens. Alguns estudos têm-se voltado para a identificação de como o jovem valora o trabalho (MARTINS, 2000; GOMES, 1997; MOURA, 1998; POCHMANN, 2002; BOCK, 2000), se é ele ainda uma preocupação dos jovens. A maioria dessas pesquisas revela que os jovens ainda pensam e almejam um trabalho, um emprego, contrariando hipóteses que tenderiam a enfatizar que o trabalho não seria mais um anseio da juventude (MARTINS, 1997). Boa parte das pesquisas enfocam a relação entre escola, trabalho e juventude como uma tríade presente no fenômeno dessa faixa etária da população, em que os fenômenos se entrecruzam e complexificam a socialização nos tempos modernos e pós-modernos³.

3. A condição pós-moderna, como um fenômeno de rompimento com alguns pilares da sociedade moderna, aparece em vários autores, que indicam o aparecimento de novos eixos de criação de identidades e formas de socialização, mais pulverizados e em confronto com as instituições tradicionais. A vulgarização das reflexões dos teóricos Jean Baudrillard e Jean-François Lyotard que criticaram as metanarrativas típicas das teorias clássicas das ciências naturais e humanas e, sobretudo das ciências sociais, reforçou o relativismo de toda e qualquer ciência, pois os objetivos do conhecimento ligados à emancipação humana não poderiam fundar nada e não são de modo algum possíveis. Diante de uma realidade fragmentada e fluida, as ciências não alcançariam objetividade, constituindo apenas "discursos". A crítica "pós-moderna" da ciência moderna tende a desprezar a história, as regularidades dos fenômenos sociais, enaltecendo as diferenças, sem refletir sobre as desigualdades; fixa-se no imediato, no presente, como se a vida fosse algo instantâneo, sem passado e sem futuro. Terry Eagleton (1998) faz uma crítica minuciosa em *As Ilusões do Pós-Modernismo*. E afirma que esse posicionamento teórico possui nexos com a sociedade consumista e neoliberal hegemônica nas últimas décadas. Entretanto, não se pode negar que há processos em curso que rompem com alguns dos pilares da modernidade, e estudiosos, como Bauman (1998), propõem - se a analisar o que seria essa "pós-modernidade", que personalidades estaria forjando, quais as formas de relacionamentos sociais, entre outros. Harvey (1992), também, enfrenta o problema indicando como a reestruturação dos modos de regulação da produção capitalista criaram as condições pós-modernas, quando se desestabilizou o fordismo e o estado de bem-estar social nos países de capitalismo avançado.

Breves considerações sobre as concepções de juventude e sobre a tríade juventude-educação-trabalho

A construção social dos ciclos da vida, definindo o que são crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos, ganhou impulso forte nas sociedades modernas. Áries (1981) demonstra como a noção de infância foi sendo gestada na transição do feudalismo para o capitalismo, ao longo de mais de três séculos. Certamente a invenção da escola, como instituição responsável pela educação das crianças, provocou uma fragmentação de “fases” nos processos de socialização. A divisão escolar em séries, períodos e ciclos foi reforçando a dimensão da infância como uma fase especial do ciclo de vida dos indivíduos. No pós-segunda guerra mundial, a maioria dos países consolidaram seus sistemas de educação e multiplicaram-se estudos na área da Psicologia e da Pedagogia sobre o desenvolvimento infantil. A novidade que já aparecia eram as fases da adolescência e da juventude como períodos de latência entre a infância e a maturidade. Inicialmente, houve uma ênfase no recorte biológico, com base em critérios de transformação e desenvolvimento do organismo humano, e, no recorte demográfico, delimitando-se as faixas etárias. Do ponto de vista da configuração da escola e de coleta de informações sobre a população, convencionou-se identificar a faixa etária de 15 a 24 anos de idade como sendo a da juventude. Essas idades ainda variam nos processos de levantamento de dados estatísticos oficiais dos diferentes países e órgãos governamentais. Entretanto, a maioria dos estudos tem delimitado essa faixa etária como “padrão” para o levantamento de dados qualitativos e quantitativos.

Do ponto de vista das Ciências Sociais, essa delimitação ainda é insuficiente, sendo necessário agregar os aspectos histórico-culturais, que fornecem elementos essenciais para compreensão dessa categoria social. Assim, tem sido recorrente tomar a categoria em seu plural,

juventudes, como fizemos no próprio título deste texto. Isso é necessário em virtude da diversidade de formas existenciais de vida que afetam os sujeitos. Por outro lado, ressaltamos que temos de ter cuidado com a diluição da categoria e do objeto em uma fragmentação tão vasta que não permita apreender a juventude como categoria social, de tão imprecisa e diluída que se apresenta na sociedade. Segundo Sposito (2004, p.74),

[...] esta imprecisão decorre da superposição indevida entre fases da vida e sujeitos concretos, aspectos que, por exemplo, para os estudiosos da infância, não se superpõem [...]. Infância e crianças são noções que exprimem estatutos teóricos diferentes, por essas razões podemos dizer até que há crianças sem o direito à “infância” no Brasil. Essa operação ainda não teria sido delimitada, claramente, pelos estudiosos, profissionais e demais agentes sociais que tratam da juventude, pois eles superpõem jovens – sujeitos – e fase de vida – juventude – como categorias semelhantes.

Consideramos que, em razão do acúmulo de pesquisas e reflexões teóricas sobre essa categoria, poderemos definir alguns princípios, mesmo que provisórios, para nossas análises, tendo como parâmetro a condição e a situação juvenil. A condição juvenil é o modo como uma sociedade significa esse ciclo da vida. A situação juvenil traduz as diferentes trajetórias desenvolvidas pela condição juvenil “a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero, regiões, vida urbana ou rural, religiões e etnia” (SPOSITO, 2004, p.74).

Os estudos, em sua maioria, apontam que a condição juvenil tem sido definida como modelo cultural para as outras idades, sem romper com as desigualdades e hierarquias de poder entre as fases adulta e jovem. As relações de poder engendram conflitos e representações sobre o mundo juvenil disseminadas pelos adultos e pelos jovens. As “caricaturas” dos jovens são reproduzidas em discursos, ações, filmes, livros, entre outras mídias, reforçando uma autonomia entre os mundos adulto e jovem, pela

negatividade da relação e das atitudes consideradas típicas dos jovens e/ou dos adultos.

Os conflitos geracionais tornaram-se mais evidentes com o alongamento da transição entre a infância e a vida adulta, a escolarização, o retardamento da entrada no mundo do trabalho e o aparecimento de formas de consumo e de produção cultural típicas dessas fases. A maioria dos países, com culturas e modos de vida diversos, passaram ou estão passando por esse processo de autonomização do mundo juvenil e mundo adulto, com diferentes ritmos e formas, porém, já é uma tendência importante o prolongamento ainda maior dessa fase da vida. É provável que, futuramente, estenda-se a faixa etária, tanto o início como o final do que seria a condição juvenil, algo, por exemplo, em torno de 13 a 30 anos de idade.

Essas modificações, quanto a definições sociais, da condição juvenil estão circunscritas aos dois outros termos da tríade, educação e trabalho. O segundo termo, a educação, pode ser compreendido como o marco que institui os processos de socialização, que passam por diversas instituições: família, igreja, movimentos sociais, grupos artísticos, lazer, esporte, trabalho e escola; não podemos esquecer dos espaços virtuais, tais como a internet e seus recursos de formação de grupos e atitudes. A educação hoje conta com uma rede fluida e complexa de espaços de socialização para além dos pilares da modernidade: família, religião e escola.

Entretanto, a escola constituiu-se no espaço de socialização fundamental na própria formação do que se tornou, hoje, o mundo da juventude. É na escola que os indivíduos passam um longo tempo de suas vidas, sendo alguns “poupados” por mais tempo da inserção no mundo do trabalho e das responsabilidades típicas da fase adulta. No Brasil, sabemos que muitos jovens não são “poupados” do trabalho, mas, mesmo assim, tentam conciliar os estudos, mantendo-se na escola.

A escolarização passa a ser um fenômeno central nas trajetórias da vida e da formação das concepções sobre as fases da vida, os tempos que as sociedades determinam para que as pessoas vivam sua infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice. A escolarização incide, sobretudo, na reprodução dos modos de vida, tendo que produzir uma esfera, com autonomia relativa, ou um campo, no sentido definido por Bourdieu (2001)⁴. A lógica da escola é delimitada pelo mundo adulto, mas, em relação ao mundo juvenil que nela se forma, desenvolve-se e se confronta com os padrões adultos.⁵

Historicamente a escola foi organizada para socializar os indivíduos segundo os princípios do mundo do trabalho. A escola prepararia os jovens para ingressar na vida adulta pelo trabalho. A escola seria a promessa de integração. Por isso, o trabalho é o terceiro termo da tríade, compondo com os outros dois juventude-educação. Na origem da escola republicana está a idéia de disciplinamento dos jovens para a vida urbana e para o trabalho industrial. Dessa forma, durante quase um século, a escola tinha uma função clara e conseguia determinar os mecanismos pedagógicos adequados para exercer o seu papel de integração. As mudanças no mundo do trabalho desestabilizaram os

4. A noção de campo, elaborada por Bourdieu (2001), consiste em um sistema específico de relações objetivas, que podem ser de aliança ou de conflito, de competição ou de cooperação, segundo as diferentes posições ocupadas pelos agentes sociais. As características dessas relações específicas definem objetivamente os campos, tais como: econômico, político, religioso, cultural, desportivo, educacional, entre outros. Em cada campo existem diferentes bens que estão permanentemente em disputa: bens econômicos, culturais e sociais. Em cada campo os agentes precisam mobilizar diferentes tipos de capital: econômico, literário, acadêmico, político, social, cultural, etc.

5. Ileizi Fiorelli Silva discute o quanto a escolarização nos países de capitalismo avançado alterou a reestruturação das classes sociais, promovendo a hegemonia do modo de vida das classes médias, das culturas juvenis, que mudaram as condições de emergência e a natureza das ações coletivas (SILVA, 2003).

processos de escolarização relativamente à identidade e às funções sociais. O desemprego, crescente desde meados dos anos 1970, desintegrou a promessa integradora da escola. Os jovens sentem agudamente essa “crise” de função da escola, são parte dela, mas ela extrapola a condição e a situação juvenil, porque afeta os adultos, responsáveis pela “conclusão” na condução do processo de socialização do indivíduo jovem.

Se as formas de organizar as relações de trabalho se alteraram rapidamente, as formas de participação política, via sindicatos, partidos operários, movimentos populares, também deixaram de ser os principais espaços de socialização/educação dos jovens, indicando que os estudiosos deverão olhar para outras possibilidades de socialização política. O estudo de Suely Martins (2000), sobre a Pastoral de Juventude em Londrina, demonstra esse fenômeno, ou seja, na crise do trabalho e da própria identidade da escola, os jovens procuram outras formas de se inserir no que seria o mundo adulto, na participação política e institucional (Ver resenha no final deste capítulo).

As dificuldades da educação escolar e da inserção do jovem no mercado de trabalho, no Brasil, aprofundaram nossas estruturas de desigualdades sociais, potencializando a barbárie como sentido de socialização nos centros urbanos. Como medidas paliativas, governos municipais, estaduais e federal criaram inúmeros programas voltados para os adolescentes e jovens, constituindo-se em mais um mecanismo de educação, normalmente, de educação pelo trabalho. A educação profissionalizante para os jovens pobres não é uma novidade no Brasil; entretanto, a partir da década de 1980 em diante, esses programas diversificaram-se e multiplicaram-se, conforme constatou Zaluar (1994, p.34):

A proliferação de programas e projetos esportivos e de educação pelo trabalho que, nesta última década, pretenderam complementar ou substituir os processos

educativos formais, especialmente para as classes de menor poder aquisitivo, é um fato marcante. [...] Na década de 80, a emergência dos efeitos combinados da crise econômica e do fracasso da política educacional, bem como o aumento da criminalidade violenta e da participação dos jovens pobres nela, fez surgir projetos alternativos fundamentados na educação pelo trabalho.

Nas duas últimas décadas do século XX, consolidou-se a tendência do Estado em transferir a tarefa de educar e de criar condições econômicas de pleno emprego para as organizações não-governamentais, para o chamado terceiro setor ou para o mercado. Assim, se o crescimento de programas era um fato marcante na década de 1980, como Zaluar atesta, nos anos de 1990, eles continuaram aumentando e se tornando a “política social” oficial. Abandonou-se a meta de se construírem políticas sociais universais, em relação a direitos sociais e não à filantropia. O atendimento aos direitos dos jovens e de outras populações não está garantido em políticas universais, mas em programas focados. A focalização dos programas limita sua ação, no tempo e no espaço, não resolvendo de forma duradoura o estabelecimento de redes públicas estáveis de educação e de inserção no mercado de trabalho.

O exame da tríade juventude, educação e trabalho revela a complexidade tanto da relação entre essas dimensões sociais como de cada elemento, especificamente. Não pretendemos ser exaustivas na discussão, mas apenas situar o leitor em quais debates nos referenciamos para explorar a problemática em Londrina.

A saga dos atuais jovens “Pés Vermelhos”: situação de trabalho, educação, políticas públicas nos estudos sobre o município de Londrina (1990 a 2002)

Londrina, cidade que completou setenta anos em 2004, cresceu rapidamente nesse curto período de existência. Passou da terra vermelha

ao asfalto encardido em menos de quatro décadas, ou seja, fez a transição do mundo rural para o mundo urbano há menos de duas décadas. Esse dado é interessante para pensarmos a juventude de 1990 em diante. Uma juventude que resulta dessa transição veloz de uma realidade rural para uma realidade urbana, que, sem resolver os problemas de desigualdades e de distribuição de renda, concilia agora elementos arcaicos com modernização e pós-modernização. Falamos de um ambiente social bastante complexo de extrema concentração de renda, de crescimento da pobreza e das ocupações nas regiões periféricas da cidade⁶.

Os dados que vamos analisar em seguida dizem respeito ao drama social de milhares de jovens que trataremos em números, porém, na tentativa de buscar compreender estruturas que foram desenhadas e que precisam ser redesenhadas sob outras formas e contornos para que os jovens não sejam levados a matar e a morrer absurdamente.

Dados sobre a população, a escolarização e o emprego/desemprego dos jovens de 15 a 24 anos de idade

População

O levantamento de dados sobre a população jovem, na faixa etária de 15 a 24 anos, revela um problema grave nas metodologias de coletas e sistematização dos dados. Sobre o desemprego/emprego, por exemplo,

6. Os muros dos condomínios horizontais de luxo e os “pedágios” cobrados por traficantes para circularmos nos bairros periféricos revelam o nível de segregação a que chegamos. A cidade de Londrina está sendo desenhada de acordo com o crescimento das desigualdades de distribuição de riquezas, poder e cultura. Um passeio pelos bairros de classe de renda média, bairros de periferia (resultados de assentamentos e ocupações) e ao redor dos condomínios horizontais e verticais de luxo nos dá a dimensão da configuração social, na qual os jovens estão sendo socializados. As cercas elétricas, que “ornamentam” os muros das casas dos ricos, remediados e dos pobres também, nos remetem a uma sociedade “fechada”, “amedrontada”, “autoritária”, “privatista”, sem espaços públicos consolidados.

o IBGE limita-se a pesquisar pessoas com 10 anos de idade ou mais. Nas metodologias mais novas, que ampliam os itens, características e elementos, os estudos referem-se apenas às regiões metropolitanas.

Os censos do MEC/INEP foram mais detalhados, entretanto alteraram as faixas etárias, que até 1998 eram mais abrangentes passando de 15 a 19 anos e de 20 a 25 anos para de 15 a 17 anos e de 18 a 22 anos respectivamente, dificultando as comparações.

Outro problema refere-se ao município que não produziu dados específicos, mais elaborados. Assim, sobre o desemprego/emprego juvenil em Londrina, indicamos que provavelmente ele siga as tendências nacionais, uma vez que nos censos e nas pesquisas mensais do IBGE não existem dados. Uma análise das PNADs - Pesquisa por Amostra de Domicílios poderia nos revelar esses dados, mas esse não era objetivo desta pesquisa. O que podemos afirmar é a necessidade de produção desses dados.

A população de jovens em Londrina manteve-se a mesma, quanto aos percentuais relativos à população total, nos censos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Evidentemente houve um crescimento absoluto dos jovens em todos esses censos, mas na mesma proporção do crescimento absoluto da população total. Dessa forma, relativizamos a idéia de “onda jovem” do documento *Jovens acontecendo nas trilhas das Políticas Públicas* de 1998. A cidade de Londrina apresentou uma taxa média de 18 a 20 % de jovens de 15 a 24 anos em relação à população total. O que acompanhou a tendência nacional.

TABELA 1 População residente total, de 15 a 24 anos, no Brasil

GRUPOS DE IDADE	1970	1980	1991	2000
Total	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856
15 a 19	10.319.667	13.569.436	15.017.472	17.949.289
20 a 24	8.398.034	11.517.327	13.564.878	16.142.935
15 a 24	18.717.701	25.086.763	28.582.350	34.092.224
Porcentagem de 15 a 24	20,09%	21,07%	19,46%	20,07%

FONTE: IBGE (1991, 2000)

Note-se que, no Brasil, a taxa percentual de jovens de 15 a 24 anos não se alterou muito nos dados dos censos do IBGE, em 1970, 1980, 1991 e 2000. Entretanto, a pressão em números absolutos foi grande, pois de 1970 a 2000, a população de 15 a 24 anos cresceu 54,9%. Analisando-se por esse ângulo, faz sentido falar em “onda jovem”.

TABELA 2 População residente total, de 15 a 24 anos, em Londrina

GRUPOS DE IDADE	1970	1980	1991	2000
Total	228.101	301.696	390.100	447.065
15 a 19	26.731	35.817	36.621	43.290
20 a 24	22.578	30.919	37.064	41.808
15 a 24	49.541	65.881	73.685	85.098
Porcentagem de 15 a 24	21,7%	21,83%	18,88%	19,03%

FONTE: IBGE (1991, 2000)

Observando-se os dados em Londrina, verifica-se que ocorreu o mesmo crescimento absoluto de jovens, mas as taxas percentuais em relação à população total foram levemente superior em 1970 e levemente inferior em 1991 e 2000.

TABELA 3 População residente total, de 15 a 24 anos, em Londrina

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS	%
1991	390.100	73.685	18,88%
1996	412.553	77.735	18,84%
2000	447.065	85.098	19,03%

FONTE: IBGE (1991, 2000)

Recortando as faixas etárias no tocante à escolarização, separamos duas faixas de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, observando também o ano de 1996, que não altera os percentuais em relação à população total, mas mantém o crescimento absoluto.

TABELA 4 População residente total, por grupos de idade, em Londrina

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	População de 15 a 17 anos	%	População de 18 a 24 anos	%
1991	390.100	22.118	5,66%	51.567	13,21%
2000	447.065	24.912	5,57%	60.186	13,46%

FORNTE: IBGE, Censo Demográfico – 1991 – n. 22 – Paraná – IBGE; IBGE, Contagem da População 1996 – IBGE; IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 2000.

Em 1991, em Londrina, os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos somavam 22.118, ou 5,66% da população total (390.100); os jovens entre 18 e 24 anos de idade somavam 60.186, ou 13,46% da população total. Abarcando as duas faixas etárias de 15 a 24 anos, temos 73.685, ou 18,88% da população total.

Em 2000, os dados são os seguintes: de 15 a 17 anos 24.912, ou 5,57% da população total (447.065); na faixa etária entre 18 e 24 anos 60.186, ou 13,46% da população total. Somando as duas faixas etárias temos 85.098 ou 19,03% da população total.

A população de modo geral e a população jovem particularmente cresceram exatamente no período de intensa reestruturação da produção capitalista, do Estado Nacional, das reformas privatizantes na educação e das políticas sociais de modo geral. No momento em que o país, e no caso, o município de Londrina mais precisavam de investimentos significativos: no desenvolvimento econômico com a geração de empregos; nas escolas públicas; nas políticas públicas de saúde; nas artes e na esfera cultural; nos espaços públicos de lazer, entre outros, vivemos a retração em todas essas dimensões.

Escolarização

Verificando os números de matriculados por faixa etária no ensino médio e na educação superior em Londrina, observamos um aumento crescente nos anos de 1991 a 1999, e o declínio também crescente, a partir do ano de 2000. É interessante notar que exatamente no ano em que chegamos à maior população, em números absolutos, entre 15 e 24

anos, inicia-se a diminuição do número de matrículas no ensino médio e na educação superior.

TABELA 5		Número de jovens entre 15 e 24 anos de Londrina, de matrículas no ensino médio e educação superior, nos anos de 1991 a 2002					
ANO	POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS	MATRÍCULAS ENSINO MÉDIO - EM		MATRÍCULAS ENSINO SUPERIOR - ES		TOTAL GERAL MATRÍCULAS EM E ES	% DE MATRÍCULA NA FAIXA ETÁRIA
1991	73.685	13.592	18,4%	12.404	16,8%	25.996	35,2%
1996	77.735	23.295	29,96%	12.451	16%	35.746	46%
1999	Dados não encontrados	27.261	32,03%*	20.698	24,32%	47.959	56,35%*
2000	85.098	25.335	29,77%	21.092	24,78%	46.427	54,55%
2001	Dados não encontrados	23.920	28,1%**	21.303	25,0%*	45.223	53,14%**
2002	Dados não encontrados	23.720	27,9%**	15.498	18,2%**	39.218	46,08%**

FONTES: Censo Demográfico 1991 n. 22 Paraná IBGE; Contagem da População 1996 IBGE; Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000. IBGE; INEP, 1991, 1996 e 2000

*A porcentagem de matrículas na faixa etária foi calculada com base na população de 15 a 24 anos de idade em 2000, em Londrina-Pr, uma vez que não existem dados sobre a população do ano de 1999 nas fontes do IBGE. ** A porcentagem de matrículas na faixa etária foi calculada com base na população de 15 a 24 anos de idade em 2000, em Londrina-Pr, uma vez que não existem dados sobre a população dos anos de 2001 e 2002, nas fontes do IBGE. Há, portanto, margem de erro para mais ou para menos.

A diminuição das matrículas no ensino médio também está ligada ao fechamento dos cursos profissionalizantes na rede pública. Já em 1996, o governo estadual implementou uma nova política para o ensino médio e pós-médio, estimulando o crescimento da oferta de cursos profissionalizantes na rede privada⁷. Os efeitos dessa política foram sentidos de forma mais explícita a partir de 2000, quando as últimas turmas foram concluindo os cursos profissionalizantes das escolas públicas e estes foram gradativamente extintos. As matrículas zeraram e os jovens ficaram sem um espaço de profissionalização na rede pública. Em Londrina, isso representou cerca de 5.000 matrículas a menos na rede pública. A

7. Em 1997 foi promulgado, pelo Governo Federal, o Decreto 2.208/97, que extinguiu os cursos técnicos concomitantes com o ensino médio.

recuperação pelo setor privado não atingiu os patamares da rede pública, justamente pelo limitador do custo elevado para os alunos interessados nessa modalidade de educação. Assim, em 2001, havia 1.778 matriculados, de 17 anos de idade em diante, nos cursos da rede privada. Em 2002, eram 1.975 os matriculados. A rede pública, em 2001, tinha 79 matriculados e, em 2002, 192 alunos matriculados em cursos profissionalizantes (LONDRINA, 2003).

As reformas da educação no estado do Paraná retraíram o espaço público de formação para a faixa etária em questão, além de estimular a formação aligeirada nos cursos da EJA – Educação de Jovens e Adultos⁸ e de implantar formas de aceleração na escola regular, comprometendo a qualidade da aprendizagem e prejudicando toda uma geração que se encontra agora com diplomas e certificados, porém sem o domínio dos conteúdos e competências necessários para a formação e amadurecimento dos sujeitos históricos.

Outro dado interessante refere-se às matrículas na educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e no ensino médio, no estado do Paraná, onde verificamos a mesma tendência. Nesse caso o crescimento vai até 1998, declinando a partir de 1999. No ensino de jovens e adultos e no ensino fundamental, as matrículas cresceram de 1.588, em 1996 para 12.251, em 1999, caindo para 7.359, em 2002. No nível médio dessa modalidade (EJA), as matrículas cresceram de 7.101, em 1991, para 11.492, em 1998, declinando para 4.718, em 1999, e para 4.059, em 2002 (SILVA, 2003).

Tivemos um contingente significativo de jovens matriculados no EJA, em Londrina, que acompanhou a tendência geral do estado do Paraná, no mesmo período, em que se estimularam as matrículas dos adolescentes e dos jovens nessa modalidade de ensino em detrimento do ensino regular, sobretudo o do turno noturno (SILVA, 2003).

Quando comparamos os dados de matrículas no ensino supletivo por faixa etária entre os estados do sul, o Paraná se destaca como o estado que mais tem jovens matriculados nessa modalidade de ensino nos níveis médio e fundamental. Por exemplo, em 2000, eram 30.461 os alunos na faixa etária de 15 a 17 anos de idade matriculados no ensino supletivo / fundamental de 5ª. à 8ª. série no Paraná; no mesmo ano e na mesma faixa etária, Santa Catarina tinha 14.577 alunos matriculados nesse nível de ensino e o Rio Grande do Sul tinha 14.133 alunos matriculados.

TABELA 6 Número de matrículas nos cursos presenciais com avaliação no processo, no ensino fundamental de 5ª a 8ª série, na dependência administrativa estadual, por faixa etária, no Paraná

	Total	Menos de 15 anos	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	Mais de 39 anos
1999	132.289	2.736	45.458	28.984	18.563	14.410	10.275	11.863
	100%	2,0%	34,36%	21,9%	14,03%	10,09%	7,76%	8,9%

Fonte: MEC/INEP/ SEEC

	Total	Menos de 15 anos	De 15 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	Mais de 39 anos
2000	124.365	5.320	30.461	36.915	18.153	13.641	9.915	9.960
	100%	4,2%	24,49%	29,68%	14,59%	10,9%	7,9%	8,0%
2001	111.914	4.920	30.080	30.005	15.908	12.097	9.640	9.264
	100%	4,39%	26,87%	26,81%	14,21%	10,8%	8,61%	8,27%

Fonte: MEC/INEP/ SEEC

Essa tendência manteve-se em 2001, ou seja, o estado do Paraná continuou estimulando os jovens e adolescentes a cursar o supletivo no ensino fundamental de 5ª. a 8ª. e no ensino médio.

TABELA 7 Número de matrículas nos cursos presenciais com avaliação no processo, no ensino médio, na dependência administrativa estadual, por faixa etária, no Paraná

	Total	Menos de 15 anos	De 15 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	Mais de 39 anos
2000	90.683	-	9.681	40.014	15.873	10.254	8.056	6.805
	100%	-	10,67%	44,13%	17,5%	11,3%	8,89%	7,5%
2000	89.320	-	7.843	39.374	15.714	11.194	8.347	6.848
	100%	-	8,78%	44,0%	17,59%	12,53%	9,34%	7,66%

Fonte: MEC/INEP/ SEEC

Observa-se que em 1999 o número dos adolescentes com menos de 15 anos matriculados nessa modalidade de curso do EJA representava 2% das matrículas, mas já em 2001 representava 4,39% dos matriculados.

Com relação à educação superior, observamos um intenso crescimento entre 1996 e 2001, sobretudo no setor privado, setor de rápida expansão estimulada pelas políticas federais e estaduais. O setor público não expande suas vagas e as matrículas se concentram nas instituições particulares. Contudo, a partir de 2002 inicia-se um declínio significativo no número de matrículas no ensino superior, em Londrina. Algumas hipóteses poderão ser exploradas em futuras pesquisas. Uma delas seria relacionar a intensificação da crise econômica, a diminuição dos empregos, o desemprego geral, que dificulta a permanência nas escolas particulares e até mesmo nas públicas.

O que queremos ressaltar com esses dados é o aumento da população da faixa etária entre 15 e 24 anos de idade e a diminuição quantitativa e qualitativa nos espaços públicos de formação de base e profissionalizante (em nível pós-médio e superior). Isso se constitui em um problema a ser melhor explorado na continuidade desta pesquisa.

Trabalho, emprego/desemprego

Londrina, podemos avaliar o quanto as reformas educacionais e a reestruturação produtiva foram intensas no sentido de “abandonar” os jovens à própria sorte, marcando um padrão de socialização caracterizado pelas incertezas, falta de perspectivas, valores em constante mutação (sobretudo os relacionados à família, à subjetividade e à sexualidade), falta de empregos formais, falta de sentido pedagógico nas escolas e espaços educativos, entre outros.

Segundo Sennett (2002), em seu livro *A corrosão do caráter*, na modernidade ocidental ocorreu uma radical alteração do *ethos* antigo, o cuidado com o caráter deu lugar à preocupação com a “personalidade”. Ter caráter é um aprendizado, uma disciplina do espírito que depende do esforço individual, mas também dos meios culturais à disposição dos indivíduos. Ele chama atenção para as novas condições de trabalho que se impõem, vinculadas às alterações na materialidade do mundo do trabalho sob a lógica neo-liberal, quanto aos mecanismos utilizados nesse contexto, capazes de oprimir os trabalhadores e afetar as relações que se estabelecem com o trabalho e nos grupos sociais.

As alterações na materialidade do mundo do trabalho, que consistem num conjunto de mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção e nos serviços, denominadas de reestruturação produtiva, atingem os nossos jovens trabalhadores ou aspirantes ao trabalho, transformando, assim, o perfil do emprego. Palavras como flexível, polivalência, criatividade, trabalho em equipe, entre outras, passam a ser valoradas e aceitas no universo profissional sem a necessidade de nenhuma reflexão.

Na análise do IBGE, a taxa de desempregados de qualquer população do território brasileiro corresponde ao índice de 9%. No caso específico de Londrina, do total da população economicamente ativa (PEA) 362.682, os desempregados correspondem a 32.641 ou 9%.

TABELA 8 População economicamente ativa de 10 anos a mais de idade (PEA)

LONDRINA POPULAÇÃO TOTAL	TOTAL (PEA)	MULHERES	HOMENS
447.605	362.682	231.144	131.538

Fonte: IBGE (2000)

Programas na área de profissionalização e apoio à juventude das áreas mais vulneráveis

Apresentaremos, de forma descritiva e informativa, os programas existentes em Londrina-Pr. Ressalta-se que cada programa ou conjunto deles mereceria uma análise mais profunda, envolvendo os sujeitos que os administram e os jovens que passam por eles. Futuramente, este grupo de pesquisa poderia proceder a uma avaliação científica desses programas.

Conforme já afirmamos, as políticas públicas de escolarização concentraram-se nas reformas do ensino médio, profissionalizante, educação superior, educação de jovens e adultos. Com exceção do nível médio, os demais foram-se expandindo no setor privado, alcançando, portanto, os jovens empregados ou pertencentes a famílias com alguma renda disponível para gastos com educação. Isso significa que os jovens pobres, pertencentes às classes populares (trabalhadoras/desempregadas) tiveram suas chances de se qualificar diminuídas e restringidas a poucas possibilidades. Para os que conseguiram certificados de ensino médio e/ou de cursos técnicos o resultado, de modo geral, foi de baixa qualidade na formação. Conseqüência sentida por aqueles jovens que tentaram ingressar em universidades públicas, que prestaram concursos ou disputaram vagas no setor privado, e não conseguiram cumprir as exigências mínimas

requeridas. Outra desilusão foi desenvolvida pelo mercado de trabalho cada vez mais restrito em seus números de postos de emprego formal⁹.

O governo municipal tem desenvolvido programas de compensação e reforço ao desempenho escolar e de amenização no processo de envolvimento com a criminalidade. Por exemplo, um programa da Secretaria de Ação Social e Secretaria da Cultura, Viva a Vida (desde 2001), os Núcleos de Convivência nos bairros e periferias com maiores índices de jovens envolvidos com a marginalidade e a criminalidade. Outro programa que concilia formação profissional e trabalho é o da EPESMEL-Escola Profissional e Social do Menor de Londrina e o da GUARDA MIRIM.

A EPESMEL atende crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, desde 1973. É uma escola mantida pela Igreja Católica com parcerias de empresas privadas, Prefeitura e Universidade Estadual de Londrina é, portanto, de cunho filantrópico, mas é um dos programas mais longevos nesse setor. Atende cerca de 400 jovens, 229, entre 16 e 18 anos, no projeto Zona Azul, em que os aprendizes cuidam dos carros nas ruas, cobram as taxas e recebem salários mensais no valor de R\$ 154,00 mais comissões sobre vendas e horas extras nas trocas de turno, por 4 a 5 horas de trabalho diário, com registro em carteira. Têm direito a passe de ônibus livre, fruto de um acordo com a CMTU – Companhia Municipal de Transportes Urbanos, alimentação: café da manhã ou da tarde, dependendo do horário de trabalho, e almoço. Recebem assistência

9. Em Londrina, só no setor bancário, os empregos diminuíram em torno de 45% no período de 1988 a 2000, de 5.147 empregados em 1988 passou para 2.300 empregados em 2000 (BILEK, 2004). Todos os setores, primário, secundário e terciário, tiveram o número de postos diminuídos nas duas últimas décadas (LONDRINA, 2001, 2002, 2003). Embora, não tenhamos dados específicos sobre a faixa etária de 15 a 24 anos de idade, podemos inferir que os empregos diminuíram para todos, inclusive para os jovens, que estão enfrentando mais dificuldades para encontrar o primeiro emprego.

social e psicológica e capacitação, duas vezes por semana, no contraturno do trabalho, freqüentando os cursos de Auxiliar Administrativo e Informática (compactado), por um ano. Caso sejam desligados do projeto, podem terminar o curso de capacitação.

São ofertados os seguintes cursos profissionalizantes: Treinamento Comercial com três turmas, manhã e tarde; Auxiliar Administrativo também com três turmas, manhã e tarde; Eletrônica, uma turma; Costura Industrial, duas turmas manhã e tarde e Artes Gráficas, duas turmas manhã e tarde; reforço escolar – Projeto ABC para crianças de 7 a 13 anos, tendo como objetivo melhorar o nível educacional desse jovem para facilitar o seu ingresso nos cursos que essa instituição oferece; atividades esportivas; primeiro emprego; atividades religiosas, entre outros.

Os jovens atendidos pela EPESMEL são, ainda, encaminhados para cursos de treinamento no SENAC, na área de vendas, empregabilidade, etc. com direito à certificação, são encaminhados também ao CRAAL (Centro de Referência de Atendimento ao Adolescente de Londrina), projeto do governo estadual administrado pela Regional da Saúde, para participar de oficinas sobre sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, etc. Participam de projetos esportivos aos sábados. Os critérios de acesso ao Projeto Zona Azul são: a necessidade da família, estar estudando e ter bom desempenho nos cursos profissionalizantes que são ofertados pela EPESMEL. Ao completarem 18 anos, são encaminhados ao SINE – Agência do Trabalhador.

Em síntese, a EPESMEL enquadra-se no terceiro setor, pois não é pública nem tem fins lucrativos, contudo busca suprir uma demanda não atendida pelas políticas sociais municipais, estaduais e federais.

Outro projeto antigo é A Guarda Mirim, que existe há 39 anos, fundada em 13 de julho de 1965, pelo Lions Clube, com objetivo de atender adolescentes do sexo masculino, na faixa etária dos 12 aos 17 anos,

encaminhando-os à vida profissional, em regime de aprendizado, em locais de serviços mediante convênios com empresas comerciais, industriais e agrícolas do município de Londrina. No ano de 1973, a entidade passou a ser mantida pela Associação Evangélica Beneficente de Londrina e, posteriormente, em 1976, a então Secretaria de Saúde e Promoção Social assumiu a manutenção financeira. Nesse mesmo ano, passou a ter como entidade mantenedora a APMI - Associação Proteção à Maternidade e à Infância.

Em 1982, houve uma fusão da APMI com a Guarda Mirim, com a finalidade de legalizar a entidade juridicamente e reformular o Estatuto em conformidade com as exigências do Instituto de Assistência ao Menor. Em 1999 houve um processo de reordenamento institucional de adequação à Lei 8069/90 – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, passando a ter como finalidade o atendimento ao adolescente de 12 a 18 anos (incompletos), com programas de apoio educativo, iniciação profissional e orientação familiar.

A partir de 2000, com o novo processo de reordenamento institucional, a entidade adequou-se à legislação vigente CLT (1946), ECA (1991), LDB (1996) e à Lei 10.097/2000 que regulamenta o trabalho do adolescente aprendiz dos 14 aos 16 anos. Assim, a entidade iniciou um trabalho de natureza preventiva e organizou seus programas em três eixos: apoio educativo (jovens de 13 a 14 anos), curso de formação e capacitação semi-profissional (de 13 a 16 anos), desenvolvido de segunda a sexta-feira, no período de contraturno escolar, visando à inserção do jovem no mercado de trabalho na condição de aprendiz e, por último, o encaminhamento ao trabalho, dos 14 aos 17 anos.

Em 2003, o Ministério Público de Londrina, convidou o Instituto de Educação Infanto-Juvenil a dirigir e implantar uma proposta pedagógica para os programas desenvolvidos pela Guarda Mirim, voltados aos

adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, vindos de todas as regiões da cidade e encaminhados pelos diversos órgãos, projetos e instituições de Londrina.

Além desses programas, existem outros, um ligado ao Poder Público Estadual aqui representado pela Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social, tendo em Londrina um Escritório Regional que assessora e fornece apoio logístico ao SINE - Agência do Trabalhador. As agências podem ter os seguintes programas: (1) Geração Emprego, (2) Banco Social (crédito para quem quer montar um negócio, com juros de 1,5% ao mês, no valor de R\$ 300,00 a 5.000,00 reais), (3) Plano Nacional de Qualificação - usa recursos do FAT e desenvolve parcerias com SENAI/SENAC e outras instituições, (4) SIMO - Sistema de Intermediação de Mão-de-Obra (serviço online), (5) Seguro Desemprego, (6) DPS - Disque Pequenos Serviços - destinados a trabalhadores autônomos e (7) 1º. Emprego.

Na Agência do Trabalhador em Londrina, em média/dia são cadastrados 527 candidatos ao trabalho com carteira profissional, recebem um cartão magnético com o CBO - Código Brasileiro de Ocupações, para ser usado no terminal de computador programado para acompanhamento de vaga e necessidade. As ocupações que mais empregam são Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Contabilidade e Secretária. Em virtude da dificuldade com a qualificação de profissionais essa agência deixa de preencher 40% das vagas, e nesse caso, fornecem curso de qualificação para candidatos ao emprego, em parceria com SENAI/SENAC/SINDICATO/FUNTEL/IPOPLON. A título de ilustração, no mês de junho de 2003, essa agência tinha 485 ofertas de vagas, destinadas a jovens de 18 a 24 anos, foram preenchidas 309, sendo 195 do sexo masculino e 114 do sexo feminino.

Quanto ao Programa 1º. Emprego, implementado pelo governo federal, o estado do Paraná o adotou em julho de 2004. Esse programa é

destinado a jovens de 16 a 24 anos, sendo 30% das vagas reservadas aos jovens que estão no ensino fundamental, médio e pós-médio. As empresas cadastradas no programa recebem uma bolsa no valor de R\$ 250,00 com contrato de um ano, não é permitido demitir funcionários para colocar no lugar o jovem do 1º. Emprego. Critérios para as empresas participarem: as que possuem até quatro funcionários, devem disponibilizar uma bolsa, de cinco a nove funcionários, duas bolsas e acima de dez funcionários, 20% do quadro de pessoal da empresa.

Por último, o CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola pretende ser um agente “facilitador” de estágios para jovens de 16 a 24 anos, sem fins lucrativos, é isenta de impostos e denomina-se filantrópica. Existe há 37 anos, mas, em Londrina, desde 1989. Cobra uma taxa de 10% das empresas.

Estudos encontrados sobre juventude, educação/escola e trabalho

Até o momento encontramos quatorze trabalhos de pesquisa sobre a temática na região de Londrina. De 1991 a 2004, constatamos em média um trabalho por ano. Podemos destacar que a metade dos trabalhos foi realizada na área de Serviço Social, seguido pelas áreas de Psicologia, Sociologia e História Social. Os recortes destacaram problemas relativos ao trabalho da criança, adolescente e jovem; à escolarização e profissionalização; à escola noturna e ao jovem trabalhador; à formação da sexualidade e à noção dos riscos em todos os sentidos e a projetos específicos direcionados aos adolescentes e jovens das classes populares.

Por se tratar, na sua maioria, de trabalhos de conclusão de curso e monografias, as pesquisas e a elaboração teórica atendem aos critérios dessa etapa da formação, ou seja, constituem-se em um exercício de aprendizagem da pesquisa científica, refletindo, portanto, as dificuldades típicas dos processos de elaboração dos primeiros trabalhos dos alunos

de graduação. Dessa forma, procedemos a uma seleção com os seguintes critérios: recorte do objeto, hipóteses relevantes para elucidar fenômenos associados aos jovens, coleta de dados significativa/criativa que trazem mais elementos sobre a realidade juvenil em Londrina e coerência da pesquisa empírica e teórica.

Os trabalhos não trataram, de forma mais sistemática e quantitativamente, a situação dos jovens na região, dedicando-se a problemas bem específicos e localizados. Com exceção da dissertação de mestrado de Lima (2002), que trata de um fenômeno bem contemporâneo sobre a valoração dos jovens acerca da escola e do trabalho/emprego, desmistificando uma idéia, muito disseminada na última década, de que os jovens não estariam mais ligados aos valores do trabalho. Percebeu-se que os jovens ainda almejam, sim, trabalhos formais, e a escolarização ainda é vista como uma das credenciais para a inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, pode-se observar que os temas, recortes e abordagens não estão em descompasso com as pesquisas realizadas em outras regiões do país. Há um diálogo com os trabalhos já existentes que, certamente, trazem contribuições para o acúmulo de dados e reflexões sobre a condição e a situação juvenil, de modo geral.

Perspectivas de pesquisas sobre juventude em Londrina

Dessa primeira etapa do projeto de pesquisa interdisciplinar e interinstitucional podemos afirmar que há muito o que se pesquisar sobre essa temática. Os grupos de pesquisas precisam se voltar rapidamente para essa população e para os fenômenos sociais que mais os afetam. Pensamos que aprofundar pesquisas sobre a relação dos jovens com a escola seria um caminho interessante em todas as disciplinas, Antropologia, Sociologia, Psicologia e Pedagogia, pois a escolarização é um fenômeno típico da construção da modernidade, mas vem passando por muitas transformações em relação à hierarquia dos valores sociais

mais amplos, além das inúmeras reformas que têm dificultado a consolidação de uma educação formal de qualidade que faça sentido para as juventudes contemporâneas.

A questão do trabalho também suscita inúmeras hipóteses e problemas, tais como: o que faz o jovem sem trabalho formal ou informal? O que faz o jovem que não está em nenhum nível e em nenhuma modalidade de educação? O que faz o jovem qualificado e sem emprego? O que pensa o jovem que trabalha? O que pensa sobre formas coletivas de organização, como sindicatos e associações profissionais? Enfim, como o jovem se relaciona com o mundo do trabalho?

Uma análise mais profunda e mais crítica sobre os programas sociais voltados para a educação e a profissionalização dos jovens em Londrina precisaria contar com o desenvolvimento de abordagens mais amplas e de pesquisas mais extensas para uma avaliação científica dessas experiências. Só isso daria uma pesquisa ampla e trabalhosa.

Ainda pensamos que cruzar os dados sobre violência, diminuição das matrículas, da permanência dos jovens nas escolas públicas e dos postos de trabalhos em Londrina poderia nos levar a explicações mais completas dos fenômenos constantemente relacionados à juventude, tais como crimes, drogas e violência, dos quais o jovem é vítima e agente, diga-se de passagem, muito mais vítima do que criminoso. Alguns dados também indicam isso, ou seja, contam-se mais jovens mortos do que crimes cometidos por eles¹⁰.

10. Sérgio Adorno (2000) demonstra tendência de aumento do número de mortos entre jovens de 15 a 29 anos, no Rio de Janeiro e em São Paulo, comparando dados de 1980 com dados de 1988. Os dados indicam também crescimento da participação dos jovens em crimes violentos. Adorno nos adverte sobre a complexidade desse fenômeno que necessita de ampliação das estatísticas e de análises multidisciplinares, além, é claro, de políticas públicas eficientes nas áreas da economia, da segurança, da educação e da cultura.

Concluimos nossas reflexões com a indicação de que precisamos decifrar a sociedade, os problemas graves do trabalho e da educação tendo como eixo principal o sujeito que irá tecer as novas configurações sociais, ou seja, os jovens.

Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5, p.25-36, set/dez. 1997- Número Especial.

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis*. Punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Página Aberta, 1994.

ABRAMOVAY, Miriam, et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina*: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Drogas nas escolas*. Brasília: UNESCO 2002.

ADORNO, Sergio. Ética e violência: adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, Helena Wendel (Org.). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 97-110.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BILEK, Luiz Lauro. *Mundialização do capital e crise do sindicalismo*: o caso do Sindicato dos Bancários de Londrina (1985-2004). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

BOCK, Sílvio D. Trabalho: a inserção do jovem no mercado de trabalho. In: ABRAMO, Helena Wendel (Org.). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 11-16.

BOURDIEU, Pierre. A Gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001. p.59-73

BRASIL. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento Humano-CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998. 2v.

BARREIRA, César et al. *Ligado na galera*: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: UNESCO, 1999.

CORROCHANO, Maria Carla; NAKANO, Marilena. *Jovens, mundo do trabalho e escola*.

In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord). *Juventude e escolarização* (1980-1998). Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002. p. 95-133.

DAYRELL, Juarez. Juventude e Escola. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord). *Juventude e escolarização* (1980-1998). Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002. p. 67-93

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GOMES, Jerusa Vieira. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 5/6, p. 53-62, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE. Censo demográfico, 1991.

IBGE. Contagem da população, 1996.

IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 2000.

KUENZER, Acácia (Org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

LONDRINA. Perfil de Londrina. Londrina, 2002

MADEIRA, Felícia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, 1986.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. O Jovem no Mercado de Trabalho. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p.96-109, 1997.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. A Juventude no Contexto da Reestruturação Produtiva. In: ABRAMO, Helena Wendel (Org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 17-40.

MOURA, Paulo C. *A crise do emprego: uma visão além da economia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Muad, 1998.

OLIVEIRA, Juarez de Castro et al. Evolução e características da população jovem no Brasil. In: BRASIL. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento Humano-CNPd.

Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília, 1998. 2v.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2002.

POCHMANN, Márcio. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. *Revista Movimento*, Rio de Janeiro, n.1, p.73-87, maio 2000.

SALLAS, Ana Luisa Fayet et al. (Coord.). *Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania*. Brasília: UNESCO, 1999.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarrita. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Ileizi L. F. Políticas públicas de educação no Paraná. In: GAGLIOTO, Giseli Monteiro et al. *Educação pública, política e cultura*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2003. p.31-50

SILVA, Ileizi L. F. *A reestruturação das classes sociais e a expansão dos sistemas de ensino nas sociedades de capitalismo avançado: uma análise a partir de E.O. Wright, P. Bourdieu e K. Eder*. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 11o., 2003, Campinas. Anais. Campinas: SBS, 2003, p. 276.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento, n. 7)

SPOSITO, Marília Pontes. (Des)encontros entre jovens e a escola. In: CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). *Ensino médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p.73-91.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre Juventude em Educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p.37-52, 1997.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. Brasília: UNESCO, 1999.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência III: os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO 2002.

ZALUAR, Alba (Org.) *Violência e Educação*. São Paulo: Cortez, 1995.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta, UNICAMP, 1994.

Resenhas

MARTINS, Suely Aparecida. *Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude: o caso de Londrina*. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas.

Resenha elaborada por Tatiane Alves Santana

Suely Martins, continuando seus estudos, iniciados com a monografia intitulada *Educação e Conscientização na Pastoral da Juventude em Londrina: uma abordagem histórico-sociológica*, retoma os problemas formulados e indica outros mais complexos no processo de educação política da Pastoral da Juventude, agora na dissertação de mestrado, elaborada na UNICAMP, defendida em 2000.

Em *Caminhos e Descaminhos da Pastoral de Juventude de Londrina*, Martins persiste na busca de elementos que expliquem as contradições do envolvimento de jovens com os grupos da Igreja Católica e do processo de conscientização política implementado pela Pastoral da Juventude em Londrina, obviamente conectada com as orientações gerais no Brasil.

A pesquisa parte das categorias de juventude e educação na perspectiva sociológica, resgatando estudos importantes como os de Mannheim, Ianni, Foracchi, Abramo, para indicar como essa categoria precisa ser constantemente repensada e como os estudos, no país, necessitam retomar as preocupações com esse segmento da sociedade. Pensando em um processo específico de socialização, no caso os que ocorreram nos grupos da Pastoral da Juventude, especialmente na região de Londrina, a autora levanta questões sobre a participação dos jovens na Igreja e na política, apontando as mudanças da juventude, nos contextos complexos dos anos de 1980 e 1990, marcantes no sentido de rupturas comportamentais e de estilos de participação social e política.

A autora desenvolveu uma pesquisa qualitativa, através da realização de 32 entrevistas com participantes e ex-participantes, sendo que 17 participaram nos anos de 1980, 15 nos anos de 1990 e 7 eram participantes no período da pesquisa (1996-2000). Esses participantes foram escolhidos segundo a região de Londrina, onde estavam inseridos, no caso, Cinco Conjuntos, Jardim Leonor, Vila Brasil, Jardim Novo Bandeirantes (Cambé) e Jardim Tupi (Cambé). Justifica-se que essa escolha não se fez segundo critérios estatísticos, mas sim segundo critérios qualitativos, de observação e de aproximação dos grupos. A Pastoral da Juventude atingia, em 1999, cerca de 500 jovens espalhados entre os 32 grupos da região de Londrina. Martins aplicou também questionários para levantar o perfil socioeconômico dos participantes. Dessa forma, conciliou fontes documentais e fontes primárias, produzidas por ela mesma, compondo um arsenal criativo de dados sobre a configuração de um processo de socialização política considerado por ela como possuidor de caráter reprodutor e produtor das consciências e práticas juvenis.

Os dados lhe permitiram apreender as mudanças no interior da Igreja Católica, o crescimento hegemônico de um modo de vida marcado pelo individualismo e pelo consumo, ou seja, os valores de participação política

modificam-se no sentido da não-contestação da estrutura social como causa dos problemas sociais. Essas tendências manifestaram-se na Igreja Católica que, a partir de um direcionamento centralizador do clero e do vaticano, encaminham as ações religiosas de conscientização com ênfase na espiritualização. Na metade dos anos de 1990, esse direcionamento já é fortemente sentido nos grupos da Pastoral da Juventude de Londrina e do país, que passam a disputar espaço com os grupos da Renovação Carismática.

Martins demonstra que a socialização da juventude a partir da Teologia da Libertação teve mais visibilidade nos anos de 1980, em que os depoimentos dos participantes demarcam esse traço de crítica à sociedade capitalista como causa dos males sociais e a orientação de que os jovens deveriam engajar-se em ações que levassem à transformação dessa sociedade. A partir dos anos de 1990, a própria PJ precisou modificar seu discurso sob pena de não sobreviver diante do crescimento dos grupos da Renovação Carismática, que enfatizavam a oração e a conversão orientando ações individuais de resolução dos problemas sociais, pouco mencionados. A igreja e a renovação carismática enfatizam os dramas pessoais deslocados dos dramas sociais e das causas mais profundas da estrutura social do país. A autora indica que a PJ passa a enfatizar um discurso de cidadania política, voltado para uma atuação institucional de promoção da ética nas instâncias de poder.

Percebe mudanças nas lideranças formadas nos anos de 1980, que a partir de 1995 vão, pouco a pouco, tornando-se referência na política local, assumindo cargos no aparato do Estado. O exemplo mais simbólico foi a eleição para prefeito de Londrina, em 2000, do primeiro coordenador da Pastoral de Juventude (1979), Nedson Micheleti. Ex-participantes da Pastoral de Juventude, socializados no ambiente da Igreja, inserem-se em diferentes espaços políticos e sociais, destacando-se como lideranças.

A autora não se fixa somente nesses casos e procura verificar nos

grupos como esses jovens vão sendo conscientizados segundo as tendências teológicas dominantes na doutrina social da Igreja, sempre de forma contraditória e complexa, ou seja, o processo de socialização da juventude na educação dos grupos da PJ produz e reproduz valores, comportamentos e formas de inserção política. O trabalho capta essas contradições e deixa pistas para continuar a pesquisa sobre a relação entre comportamentos juvenis, igreja e educação.

LIMA, Maria Elena Melchiades Salvadego de Souza. *As representações sociais dos jovens sobre trabalho: "entre fazer o que gosta" e "gostar do que faz"*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Ileizi Luciana Fiorelli Silva

A pesquisa realizada em uma escola pública de Londrina por Maria Elena Melchiades Salvadego de Souza desvela as relações que os jovens estabelecem com o trabalho, com a escola e com a família. Apanha os sentidos que os jovens dão ao trabalho e à escola, no limiar do século XXI, contrariando idéias, muito divulgadas na Europa, que supunham a perda da centralidade do trabalho para as novas gerações. Lima dialoga com inúmeras pesquisas nacionais e internacionais, que também evidenciaram as representações dos jovens sobre o trabalho e a escola, destacando muitas convergências entre os dados sobre Londrina e os dados de outras regiões do país. O desemprego juvenil, a precariedade dos empregos, os baixos salários, as incertezas de sobrevivência material das famílias, as questões de gênero, entre outras questões, marcam as identidades dos jovens entrevistados no colégio de Londrina e dos jovens das outras pesquisas incorporadas pela autora.

A escola é de porte grande, localizada no centro da cidade, mas atende a alunos de vários bairros, da zona rural e de distritos vizinhos do município. Os alunos entrevistados estudam o terceiro ano do ensino médio, nos períodos diurno e noturno. Foram dezesseis (16) jovens que

participaram dos grupos de discussões mais amplos, com mais jovens e, também, aceitaram realizar a entrevista. Dos 16 jovens, sete estudam no período matutino e nove no período noturno, sendo oito do sexo masculino e oito do sexo feminino, com idade entre 17 e 22 anos; nove alunos estão trabalhando, cinco já trabalharam, um é pequeno empresário e apenas um nunca trabalhou; seis têm 17 anos (três meninos e três meninas), quatro têm 18 anos (dois meninos e duas meninas), duas têm 19 anos, um tem 20 anos e três têm 22 anos (dois meninos e uma menina).

A pesquisa qualitativa levantou dados sobre as representações sociais dos jovens a respeito do trabalho, identificando os nexos entre essas representações e a inserção deles na escola, na família e no próprio mercado de trabalho.

É interessante notar que a autora se valeu bem da tradição de pesquisa que compreende os fenômenos sociais como processos contínuos e descontínuos ao mesmo tempo, fluxos multifacetados e entrecortados por várias tendências culturais e de modos de vida. Alia o pensamento de Georges Balandier, Norbet Elias, conceitos de representação da sociologia clássica, estudos sociológicos sobre juventude no Brasil e no mundo, na busca de direcionamento para a construção dos instrumentos de coleta de dados e para sua análise. Isso lhe permitiu configurar uma explicação que respeitou o movimento do objeto de estudo: a juventude e suas representações sobre o trabalho são categorias analíticas e sociais dinâmicas que não cabem em análises reducionistas e unívocas. Entretanto, a autora não deixou de apontar os traços comuns e contínuos nas juventudes, quando comparou seus dados com dados produzidos em outras pesquisas no país e em países europeus.

As expressões que compõem o título do trabalho, “entre fazer o que gosta” e “gostar do que faz”, demonstram bem o esforço que os jovens fazem para adequar suas expectativas em relação à vida e às

contingências de uma sociedade fragmentada e desigual que atira milhares de pessoas às incertezas da sobrevivência. As falas dos jovens entrevistados estão carregadas pelo peso que é viver nesses tempos de altíssimas taxas de desemprego e de pobreza.

Nesse contexto adverso, os jovens agarram-se ao que podem para construir suas identidades. A família nuclear - já modificada, tendo a mulher como centro, os homens desempregados tendo que dividir suas responsabilidades de sustento com a mulher e com os filhos, enfim, uma família adaptada às rápidas modificações econômicas e culturais do século XX - torna-se um esteio para o jovem se constituir como trabalhador. Em seguida, a escola aparece nas falas como um mecanismo que poderá abrir-lhes caminhos na árdua tarefa de se empregar, de se sustentar e de sobreviver.

A escola pública noturna torna-se a única possibilidade para o jovem que trabalha. As falas revelam o enorme esforço que fazem para não dormir nas aulas, para agüentar a fome e esperar até chegar em casa para jantar, enfim, revelam como a juventude luta para se inserir na sociedade, seja pelo reconhecimento por meio do trabalho, seja pelo consumo que esse trabalho lhe proporciona. Por isso, os jovens lidam de forma pragmática com os seus sonhos, esforçando-se para “gostar do que faz”, muito mais do que “fazer o que gosta”. Tentar fazer “o que gosta” demanda dinheiro e, por isso, admitem que é preferível trabalhar no que não gostam e ter dinheiro, experiência, contatos sociais, entre outros, que lhes renderão, um dia, as condições para fazerem o que gostam.

As conotações da centralidade do trabalho na vida dos jovens apresentam nuances diferentes dependendo do gênero, das rendas e dos estilos de vida das famílias, da relação que se tem com a escola e com os saberes da escola, enfim, Lima aponta as várias dimensões que compõem as representações sobre o trabalho na vida dos jovens.

Constata que ainda há diferenças entre homens e mulheres, entre as meninas e os meninos no mercado de trabalho e na própria escola. As falas revelam certo predomínio de valores patriarcais, mesmo em famílias com os pais já separados e, de certa forma, os jovens revelam identificação com certas imagens, tais como a do homem provedor, a da mulher polivalente que concilia tudo, trabalho, estética, educação de filhos, estudos, etc. As meninas revelam essas imagens e vêem o trabalho como um campo onde deve haver, sim, diferenças entre o que fazem os homens e o que fazem as mulheres. Existiriam postos de trabalho mais adequados a elas, como os de secretária.

Do mesmo modo, os jovens revelam certo “conformismo” com as relações de exploração nas empresas. Apresentam discursos que naturalizam as medidas de reestruturação produtiva, de enxugamento das empresas, de exigências de qualificação, etc. Já incorporaram a ideologia de que o problema de não conseguir emprego deve-se ao fato da falta de qualificação. Um deles afirmou que estuda aos sábados também. Trabalha de dia, estuda à noite durante toda a semana e faz inglês aos sábados, durante o dia todo. Há um esforço sobre-humano desses jovens em atender às “exigências” do mercado, mas não percebem as armadilhas desse mesmo mercado. Lima destacou o quanto eles estão distantes de lutas coletivas, como as realizadas em sindicatos, por exemplo.

O trabalho é central na vida desses jovens, mas num sentido extremamente pragmático de inserção na sociedade de consumo, nas condições para ser jovem, ter lazer e possibilidades de curtir a vida, ou seja, a mercantilização da maioria dos espaços de lazer faz com que os jovens se relacionem com o trabalho como um mecanismo neutro, sem conflitos, que enquanto lhes permite viver o que precisam viver, tudo bem. São jovens acrílicos em relação ao mundo do trabalho, embora

suas vidas gravitem o tempo todo em torno dele.

O sentido pragmático também prevalece nas relações com a escola, que é vista como um espaço de obtenção do certificado. Há uma relação com a escola e poucos vínculos com os saberes da escola, sobretudo nos jovens alunos do período noturno. Eles identificam vários problemas da política educacional dos anos 1990 e início de 2000, tais como o fechamento dos cursos profissionalizantes. A reclamação pela falta desses cursos, que deixaram de ser ofertados em 1996, na rede pública, é coerente com a principal preocupação desses jovens: encontrar trabalho, empregar-se, obter renda, ou seja, trabalhar! A escola perde o seu sentido máximo de relação com o mercado de trabalho quando não oferece cursos profissionalizantes.

Nesse sentido, percebem que o “ensino para a vida”, como eixo da reforma do ensino médio, esvazia o conteúdo e os valores da escola não preparando os jovens nem para o trabalho nem para pleitear vagas em universidades públicas da região, como, por exemplo, concorrer às vagas dos cursos oferecidos pela UEL- Universidade Estadual de Londrina.

A pesquisa de Lima torna-se referência fundamental para os estudos que buscam apreender os sentidos do trabalho e da escola para os jovens, pois nos instiga a pensar e repensar essas categorias sociais e analíticas em termos de fenômenos sociais, que são processuais e contraditórios.

BIANCHINE, Terezinha Guilen. *Educação de jovens e adultos: a relação do aluno jovem com o ensino supletivo e a expectativa de sua formação frente à realidade do mundo do trabalho*. 2002. Monografia (Especialização em Psicologia Aplicada à Educação) – Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Rosemary Batista de Oliveira

O estudo de Bianchine focou as razões que levaram alunos tão jovens a concluir o nível médio de ensino por meio do curso supletivo, bem como a expectativa de formação para o enfrentamento da realidade do mundo do trabalho.

A autora fez um estudo de caso com os alunos do CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (supletivo presencial do ensino médio, desenvolvido na Central de Salas da Universidade Estadual de Londrina), nos turnos vespertino e noturno.

Buscou, na história da educação brasileira desde o período colonial até a atualidade, o momento de destaque para a educação popular voltada para jovens e adultos. Segundo a autora, foi a partir dos anos de 1930 que o processo de urbanização, com o desenvolvimento das condições de implementação do modelo econômico-industrial, começou a suscitar uma demanda social por escola.

O estudo procurou construir um conhecimento sobre as relações entre o aluno do supletivo e a educação escolar e entre ensino médio e o mercado de trabalho.

A coleta de dados foi realizada em três etapas: na primeira, levantou o número de alunos matriculados no ano 2000. Dos 217 só 177 estavam freqüentando a escola ; foram selecionados 43 alunos que tinham idade entre 17 e 19 anos e destes foi feito um sorteio de 15 alunos e mais três, para o caso de alguns não comparecerem ou não concordarem com a pesquisa. Na segunda etapa, foi aplicado um questionário com questões fechadas que priorizava dados e características pessoais em relação ao trabalho, família, classe econômica e histórico de escola, que se deu em três momentos distintos. Na última etapa, foi realizada entrevista gravada seguindo-se um roteiro de perguntas abertas que tinham como objetivo levantar opiniões, aspirações, percepções e expectativas dos alunos sobre o curso supletivo, educação de forma geral, educação escolar e trabalho.

A análise dos dados possibilitou à autora levantar algumas inferências, tais como: a educação de jovens e adultos, através do curso supletivo, instituído para atender alunos a quem as condições de vida não permitiram concluir seus estudos na idade adequada, não está atingindo seu real objetivo, haja vista a menor desistência dos alunos com idade entre 17 e 19 anos comparados aos demais com maior idade; que a procura por este curso na faixa etária acima, é maior por parte do sexo masculino do que por parte do feminino; que a condição econômica dos alunos não é de carência, como se presume que seja a condição daqueles que procuram este curso; que uma boa parcela veio de escolas particulares e de cursos diurnos, entre outras razões.

A autora conclui afirmando que o Curso Supletivo apresenta um quadro diversificado se comparado com o que revelaram estudos anteriores, em relação ao tipo de clientela que procura este curso, quando se faz referência ao ensino médio.

AMARAL, Rosemara Rodrigues. *As novas formas de exclusão na educação*. um estudo sobre as constantes transferências de alunos do Colégio Estadual São José-Londrina-PR. 1999. Monografia (Especialização em Sociologia e Sociologia da Educação) – Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Marisa Candido de Almeida

Em *As novas formas de exclusão na educação*, a autora realiza a análise da situação social que leva as crianças e os adolescentes do ensino fundamental do Colégio Estadual São José a se transferirem freqüentemente de escolas. Identificou alguns dos problemas sociais ligados a esse fenômeno, apontando dados para a reflexão do clássico problema da exclusão social e educacional, a partir do estudo específico de uma escola.

A autora observou o aumento do número da evasão escolar e das transferências dos alunos do Colégio Estadual São José, localizado na Zona Oeste de Londrina-PR, no período de 1997 a 1999. Identificou 20 alunos com idade entre 7 e 17 anos que tanto evadiam como se transferiam, mais de uma vez, desse colégio e de outros. São crianças, adolescentes e jovens que freqüentaram o ensino fundamental de 1ª. a 8ª. série, nos períodos da manhã e da tarde. Localizou os alunos nas fichas da secretaria da escola, trabalho facilitado por ser a autora uma das secretárias do colégio. Entrevistou esses 20 alunos, sete dos quais tinham idade entre 7 e 9 anos, dez tinham entre 10 e 12 anos de idade, e três tinham entre 15 e 17 anos de idade.

As entrevistas pretendiam identificar as razões dessa movimentação dos alunos. Para isso, já tinha elaborado algumas hipóteses a partir do levantamento de dados: a) no Núcleo Regional de Educação de Londrina (agência da Secretaria de Estado de Educação do Paraná), em que verificou os índices de abandono e transferência no município, nos anos de 1997 e 1998; b) na COHAB-LD – Companhia de Habitação de Londrina, em que verificou o número de assentamentos (moradias irregulares em terrenos ocupados com barracas improvisadas), de pessoas esperando por casas populares e o *déficit* habitacional de Londrina; c) no IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, seção de Londrina-PR, coletando dados sobre desemprego, subemprego, trabalho informal, entre outros. O objetivo era associar os dados de desemprego e de habitação com os problemas de transferências e de abandono dos alunos da escola estudada.

O perfil dos alunos entrevistados correspondeu ao perfil da habitação e do desemprego em Londrina, ou seja, os índices de desemprego e de falta de moradia, entre os alunos entrevistados, revelou que havia correlação entre os dois fenômenos, de precariedade das condições de vida das famílias dos alunos e suas transferências e abandono: 60% das famílias dos 20 entrevistados não tinham casa própria, 80% dos chefes de família não tinham emprego formal e se declararam “autônomos” e 10% não tinham qualquer ocupação (formal e informal) e se declararam desempregados.

Tais fatores, desemprego e falta de moradia, levam as famílias a se mudarem constantemente de cidade e de bairro, na mesma cidade, forçando os filhos a se transferirem de escola ou até se evadirem, porque as mudanças, em termos pedagógicos, são complexas e de difícil assimilação para essa faixa etária, de sorte que eles nem sempre se adaptam às novas escolas.

Amaral (1999) analisa as reformas da educação no Paraná, nos anos de

1990, e constata que criaram formas de diminuir a repetência e a evasão com a implementação de programas, tais como o Ciclo Básico de Alfabetização, da 1ª. à 4ª. série (1988) e o programa de Correção de Fluxo de 5ª. à 8ª. série (1997), que buscaram corrigir as idades e as matrículas nas séries adequadas. Tais programas fixaram-se em medidas internas da escola que, de fato, corrigiram o “fluxo”, mas sem resolver os problemas daqueles que se transferiam e não continuavam a freqüentar a escola, ou seja, os dados de evasão podem estar incompletos.

Foram criadas formas de descentralização da educação para dar mais autonomia às escolas, como o PARANAEDUCAÇÃO – agência social autônoma da educação – que administrava a contratação de pessoal sem concurso, transferindo para as escolas a responsabilidade de contratação e gestão dos recursos humanos. As escolas foram estimuladas a competir entre si por melhorias de índices de matrículas e de aprovação, deixando de lado as preocupações com a qualidade do ensino e com os seus problemas sociais. Esses programas e mecanismos aceleraram a passagem dos alunos pela escola, sem se importarem com sua formação para o trabalho e para a continuidade dos estudos, criando antigas formas de seleção e camuflando as novas modalidades de estigmatização do fracasso escolar.

Para a autora, é preciso levar em consideração os problemas sociais e, especialmente, os problemas de desemprego, de habitação e de condições vida, em geral, dos jovens e crianças estudantes, porquanto, para mudar a educação e obter um ensino de qualidade, é necessário buscar a raiz dos problemas sociais. Não se resolverão os problemas educacionais de forma isolada dos problemas socioeconômicos.

O estudo de caso revela que o cruzamento de alguns dados de transferência, evasão, desemprego e habitação dos alunos do Colégio São José deveriam ser explorados de maneira mais ampla, no município,

no estado e no país, para deslocar a ênfase dos programas de correção de fluxo, que só encobrem a realidade das crianças e dos jovens que passam pelo sistema de educação.



Sugestões de leitura

· PAIXÃO, Daniela de Lima; LEITE, Delma Rita Batista. *A inserção do adolescente no mercado de trabalho*. 2002. 80p. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.

· SASTRE, Elizangela. *Trabalho Juvenil versus formação profissional: reflexões e perspectivas*. 2002. 45p. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.

· HENRIQUES, Maria Bernardino. *Políticas públicas para a juventude: um estudo do Projeto Agente Jovem em Cambé-PR*. 2004. 70p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina.



saúde e sexualidade

capítulo 2



vulnerabilidades juvenis:

sexualidade,
acidentes
e homicídios

Leila Sollberger Jeolás
Rosângela Aparecida Pimenta Ferrari

Introdução

Pretendemos, neste texto, analisar alguns dados que evidenciam as vulnerabilidades às quais estão expostos os jovens de 15 a 24 anos em Londrina-PR, no que se refere às dimensões da saúde e da sexualidade. Enfocaremos dados sobre saúde sexual e reprodutiva - início das relações sexuais; fecundidade, gravidez, e aborto; Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e aids; métodos contraceptivos e uso do preservativo - em função das conseqüências que as práticas e representações relacionadas a esses domínios acarretam em suas vidas; e dados sobre acidentes e homicídios, em função da gravidade expressa pelos números.

Do risco e da vulnerabilidade juvenis: delimitando conceitos e teorias

A relação entre saúde e juventude tem sido problematizada sob a ótica do risco, ou seja, em vista da provável ocorrência de um evento negativo, tal como as DSTs/Aids, a gravidez, o uso de drogas, a violência (mortalidade por causas externas). Por vezes, os dados são citados de forma descontextualizada e, outras, aparecem como indicativos de (des)ordem social. Não raro os estudos apontam os jovens, ou a fase etária da juventude, como intrinsecamente associados a problemas sociais, ou mesmo com um caráter de problematização moral. A mídia acentua esses aspectos, contribuindo para elaboração de estereótipos

associados aos jovens, principalmente os relacionados à pobreza e à criminalização. Por outro lado, vários estudos apontam caminhos alternativos para a abordagem do tema, nos quais o foco recai sobre a experiência e as opiniões dos próprios jovens, em suas diversas inserções sociais (de classe, de raça/etnia, de gênero, do meio urbano ou do rural), destacando a pluralidade das formas de vivenciar essa fase de idade e a possibilidade de considerar os jovens, parte ou protagonistas das soluções a serem buscadas. Há estudos voltados para a importância de se considerar, nas análises, os aspectos positivos atribuídos pelos jovens aos riscos vivenciados: no uso e no tráfico de drogas; no trânsito e nos “rachas” de carro ou de moto; na profissão de motoboys; no “surfe ferroviário”; no skate; nos esportes radicais; nas competições esportivas, para citar alguns exemplos.

Nesse sentido, ressaltamos a importância de problematizar a própria noção de risco e buscar os significados que os jovens atribuem aos vários riscos presentes em suas vidas. Douglas (1994) trabalha com esta perspectiva e propõe que se compreenda o risco como uma construção sociocultural, tanto quanto à noção de saúde. Tomada desta forma, a noção de risco só pode ser compreendida na íntima relação que estabelece com os significados que lhe atribuem os grupos sociais, e não como sinônimo da probabilidade de um evento negativo ocorrer. Para a autora, os riscos/perigos são concebidos e controlados dentro do quadro de referências culturais de cada sociedade, não se reduzindo, como na linguagem racional moderna, à probabilidade de um evento negativo acontecer, mas aos resultados desse evento e ao valor social a eles atribuídos. A noção de risco tem, atualmente, acumulado significados relacionados tanto às várias áreas do conhecimento, quanto às situações do dia-a-dia ditadas pelo senso-comum, o que reforça a complexidade e a fluidez de sentidos que o termo carrega. Quase sempre o significado que

atribuímos aos fenômenos sociais são diferentes daqueles que possuem os sujeitos das pesquisas por nós conduzidas. O risco também não tem, atualmente, o mesmo valor que teve em outros tempos, nem tem o mesmo significado que as diferentes classes e grupos sociais lhe atribuem. Temos, portanto, que desessencializar a noção de risco para compreender como os riscos são pensados e vivenciados hoje pelos jovens, nos diversos contextos sociais em que estão inseridos.

Outro autor que contribui para a discussão sobre as dimensões simbólicas dos riscos, vivenciados pelos jovens nas sociedades contemporâneas, é Le Breton (1991). Para ele, os riscos assumem grande ambivalência e mesmo ambigüidade, atualmente: alguns são negados e afastados, outros aceitos e valorizados. Nos esportes, por exemplo, o risco pode expressar-se com a anuência social, pois controlado por regras; nos esportes radicais, são buscados e enfrentados racionalmente, fruto do gosto pela adrenalina e da atração pela aventura, como uma forma controlada de perder o controle. No caso da aids, por exemplo, a busca da vertigem (uma das figuras do risco, para o autor), componente do sexo e das drogas, distancia os jovens (e todos nós) do discurso preventivo, baseado na racionalidade do comportamento individual moderno.

Essas dimensões culturais somam-se às dimensões econômicas e políticas. Para dar conta das múltiplas determinações envolvidas nas várias práticas de risco entre jovens, o conceito de vulnerabilidade, originário da área dos Direitos Humanos, trazido para os estudos de saúde pública por Mann, Tarantola e Netter (1994), possibilita pensar grupos e indivíduos fragilizados, jurídica e politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania. Em nosso país, autores como Ayres et al. (1999) traduziram essas idéias para questões relacionadas à saúde, classificando a vulnerabilidade em três planos articulados entre si: o

programático, o social e o individual. A vulnerabilidade no plano programático está relacionada ao desenvolvimento de políticas públicas, através de programas - nacionais, regionais e locais - de atenção à população exposta aos problemas de saúde, e através de projetos e de ações que garantam o acesso a informações e serviços sociais e de saúde, assim como a recursos necessários para a assistência e a prevenção da saúde. No plano social, a vulnerabilidade é caracterizada pela estrutura social, política e econômica dos países e grupos, ou seja, pelas condições gerais de bem-estar social da população, por exemplo, grau de escolaridade, acesso a meios de comunicação, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidade de enfrentar barreiras culturais - como as de gênero - além de outras situações. No plano individual, a vulnerabilidade dependeria, justamente, das condições acima referidas nos planos sociais e programáticos.

Partimos do pressuposto de que os aspectos simbólicos das práticas e representações juvenis, relacionadas ao risco, devem estar articulados a esta abordagem da vulnerabilidade. Sem desconsiderar os aspectos sociais, em seu sentido amplo, a antropologia da saúde contribui para a compreensão das dimensões culturais das situações consideradas de risco à saúde, sendo muitas delas componentes das vulnerabilidades juvenis atuais. No caso da aids e da gravidez na adolescência, por exemplo, o modelo contagionista de doença, os valores de feminilidade e masculinidade nas relações de gênero, o desejo de ser mãe, os significados da maternidade e do casamento são componentes culturais dos riscos. Propomos, então, articular a abordagem da vulnerabilidade social à discussão das dimensões culturais do risco para se apreender as múltiplas determinações que expõem os jovens atualmente aos riscos relacionados à saúde e à sexualidade. Trata-se de incorporar as

implicações culturais do risco como componentes das vulnerabilidades a que possam estar expostos os jovens, em diferentes contextos e situações.

Sexualidade, gênero e saúde

Se é necessário entender o risco como uma construção sociocultural, a mesma abordagem construcionista deve ser aplicada para a compreensão da sexualidade. As teorias sobre sexualidade e relações de gênero tornaram-se fundamentais nos estudos sobre saúde nas últimas décadas. Elas consolidam-se como linhas de pesquisa nas Ciências Sociais também em época recente, no contexto do movimento feminista dos anos de 1960 e de 1970 e, um pouco mais tarde, no contexto dos movimentos gay e lésbico, trazendo novas perspectivas para as questões teóricas e de investigação sobre sexualidade. A sexualidade começa a ter visibilidade após os anos de 1970 e, nos anos de 1980, com o advento da epidemia da aids, ganha impulso e adquire legitimidade como objeto de estudo. No final do século XX, esse campo de investigação, que conjuga gênero e movimentos sociais, traz à tona questões da intimidade e da vida privada para o centro das discussões sobre a vida social. Os estudos passam da denúncia da invisibilidade da mulher e da discriminação por ela sofrida, para estudos dos mecanismos mais sutis e sofisticados das relações de gênero e de poder que sustentam relações hierárquicas, marcadas pela desigualdade. A compreensão destes mecanismos é fundamental para avaliar a complexidade da vulnerabilidade dos jovens - homens e mulheres - no campo da saúde.

A abordagem do construcionismo social para o estudo da sexualidade contrapõe-se às abordagens essencialistas, em suas diversas formas, para as quais o ponto em comum é a convicção de que há algo inerente à natureza humana inato nos corpos, como instinto ou pulsão, que define

os comportamentos e as práticas sexuais. As diferentes formas da abordagem construcionista questionam a universalidade desse instinto sexual, afirmando a sexualidade como uma construção sociocultural. Esta perspectiva será tomada como fundamento, a partir das referências de Vance (1995), Heilborn (1999), Weeks (2001), Parker (2001). Esses autores enfatizam o fato da sexualidade envolver rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções, remetendo-nos para o domínio do cultural e do plural. O ser humano produz e transforma a natureza e a biologia em processos históricos.

Nas sociedades ocidentais, o processo de estruturação do dispositivo da sexualidade (Foucault, 1998) e do processo civilizador (Elias, 1995) mostram como os governos ocidentais passam a desenvolver, a partir do século XIX, uma “biopolítica” que pressupunha sujeitos mais conscientes de sua responsabilidade, dotados de autocontrole para resistir aos imperativos da carne e agir de acordo com a Razão. A perspectiva histórica da sexualidade ocidental dá apoio a esta perspectiva construcionista, como se pode observar no trabalho de Vainfas (1986), por exemplo, sobre o casamento, o amor e o desejo na cultura ocidental, possibilitando compreender a origem dos nossos valores relacionados à sexualidade fundamentados pela moral cristã no ocidente.

Outros autores enfatizam, igualmente, coerções e normatizações sociais da sexualidade dos indivíduos, apontando os possíveis caminhos percorridos por homens e mulheres, na construção da sua sexualidade. Neste sentido, Chauí, Kehl e Werebe (1991) analisam o processo de coisificação, e mesmo mercantilização, do sexo na sociedade capitalista, através de sua razão normatizadora. Para elas, a liberação do discurso só ocorre em segmentos das classes médias, vindo a se tornar um produto de consumo, e surgindo, a partir daí, um novo tipo de repressão, pautado em uma autovigilância do indivíduo para seu enquadramento nos

costumes considerados viáveis pelo corpo social. A medicina tem sido uma importante instância de regulação dos corpos, principalmente na articulação entre gênero e saúde. O olhar médico sobre os corpos femininos e masculinos é direcionado pela reprodução (corpos produtivos e reprodutivos). Observam-se representações que persistem no imaginário social e permeiam as ações e as concepções de saúde (e a estruturação dos serviços de saúde): submissão e repressão para as mulheres; impulsividade e impossibilidade de controle para os homens; reprodução (e o seu controle) como uma prática feminina; e ausência do homem nas questões relacionadas à reprodução, à paternidade e à saúde de um modo geral (VILLELA, 1999).

Todas estas dimensões estão presentes quando se pensa as questões de saúde relacionadas à sexualidade dos adolescentes e dos jovens, já que eles estão iniciando sua vida sexual e a demarcação das diferenças de gênero, importantes elementos no processo de estruturação da identidade, também se fazem presentes. Os jovens vivenciam transformações e produzem singularidades, mas também reproduzem crenças e preconceitos, daí a importância de estudos e de ações de educação, voltadas para eles em questões relacionadas à sexualidade, ao gênero e à saúde. Vários autores apontam uma tendência à reprodução de valores mais tradicionais e hierárquicos nas relações de gênero, sobretudo nas classes populares urbanas. Em contraposição, observam uma tendência inversa de aceitação de valores mais igualitários, modernos e individualistas, principalmente em segmentos das classes médias com maior nível de escolaridade, e também presente na linguagem dos programas e discursos de prevenção na área de saúde (HEILBORN, 1997; LEAL; FACHEL, 1999; MONTEIRO, 1999, 2002a, 2002b; PAIVA, 1996; SALEM, 2004).

Apesar dos estudos apontarem para esta associação de gênero e de classe social, configurando valores e práticas distintas, não se pode deixar

de apontar a ocorrência de muitas mudanças, em relação à sexualidade, nas últimas décadas, que perpassam as classes sociais com diferentes intensidades. Monteiro (2002b) reforça que não se pode excluir valores do ideário individualista entre aqueles hierárquicos e tradicionais que prevalecem nas classes populares urbanas, uma vez que a dinâmica das sociedades contemporâneas não permite esse tipo de separação estanque. Parker (*apud* ARILHA; CALAZANS, 1998) afirma que os processos de urbanização e de modernização da sociedade brasileira no século XX modificaram os discursos morais sobre sexualidade. A modificação na estrutura das famílias, na moralidade e na autoridade da religião, e o surgimento da epidemia de aids tiveram importante papel em propiciar uma maior abertura no tratamento do assunto sexualidade.

Quanto aos jovens, são importantes as mudanças nos seus valores e práticas no que se refere à sexualidade. Pesquisa realizada pelo Instituto da Cidadania, “Perfil da Juventude Brasileira”, traz dados sobre vários aspectos relacionados à vida dos jovens no país, sistematizados na coletânea organizada por Abramo e Branco (2005). Este estudo, realizado em 2003, constituiu-se de um amplo levantamento quantitativo, com representatividade estatística nacional, de dados sobre os jovens de 15 a 24 anos do país. Foram entrevistados 3.501 jovens nos âmbitos geográficos urbano, rural, em pequenas, médias e grandes cidades, contemplando diferentes variáveis de renda, gênero, idade, escolaridade, raça/etnia, religião, situação conjugal, situação no mercado de trabalho. Foram propostas cento e sessenta questões sobre diferentes aspectos da vida social dos jovens. Os dados sobre sexualidade e saúde reprodutiva dos jovens brasileiros fazem parte da coletânea citada e foram analisados por Calazans (2005). Esses dados permitem apontar mudanças nas relações de gênero, inclusive nos meninos, e chamam a atenção para a necessidade de aprofundar estudos anteriores que

apontavam mudanças nos valores de gênero apenas das meninas, permanecendo valores tradicionais e maior resistência às mudanças entre os garotos.

Em pesquisas anteriores analisadas por Arilha e Calazans (1998), as meninas admitiam ter envolvimento mais curtos ("ficar") e relativizavam o valor da virgindade, sem que isso representasse desvalorização de si perante o grupo, enquanto os meninos apresentavam menores mudanças. Os dados da pesquisa mais recente citada (CALAZANS, 2005, p.220) demonstram, por exemplo, que quando o assunto é "relacionamento amoroso" este é apontado como assunto de interesse para 31% dos jovens e para 14% das jovens, o que contraria afirmações correntes de que seriam as adolescentes as que mais se interessariam por tal tema. Talvez, como indica a autora, seja necessário investigar, com maior profundidade, se o interesse dos rapazes nos assuntos sobre relacionamentos afetivos não indicaria uma necessidade de eles se manifestarem afetivamente também e, não apenas, com relação ao interesse sexual. A autora sugere, apoiada em Costa (*apud* CALAZANS, 2005, p.219), que realizou pesquisa com jovens universitários, estar havendo uma dissociação entre satisfação amorosa e satisfação sexual. Esta última já teria sido incorporada como um direito de todos e a primeira ainda estaria sendo vivida como algo difícil de ser atingido.

Início das relações sexuais

Segundo Huertas (2001), a média de iniciação sexual nos países da América Latina e Caribe, para a década de 1990, foi de 15,7 anos para homens e 17 anos para mulheres. No que se refere à primeira relação sexual dos adolescentes, apenas 23% usaram algum método contraceptivo. O contraceptivo oral foi o método mais utilizado pelas adolescentes, ao contrário do preservativo. A frequência do uso de algum método contraceptivo aumentou entre os adolescentes com maior idade

e escolaridade. Estudos realizados pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) mostraram também que, quanto menor o grau de escolaridade, menor a idade do início da relação sexual (CAMACHO HUBNER, 2000).

Estes dados foram semelhantes aos resultados dos estudos realizados no Brasil, que também apontaram a mesma relação entre fecundidade e baixa escolaridade das adolescentes (FERRAZ; FERREIRA, 1998; BEMFAM, 1999; GAMA; SZWARCOWALD; LEAL, 2002; FRANÇA JR. et al., 2003). Há consenso entre os pesquisadores de que a maior escolaridade retarda o início da vida sexual tanto de meninos como de meninas (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004).

A idade média da primeira relação sexual tem sido um dos indicadores utilizados para o debate sobre a iniciação sexual e os estudos mostram que os jovens de ambos os sexos têm iniciado sua vida sexual mais cedo. Em 1996, a idade média da primeira relação sexual entre os rapazes era de 15 anos e entre as moças, de 16 anos (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p.9). Dados da pesquisa apresentados por Castro, Abramovay e Silva (2004, p.69), realizada em 14 capitais brasileiras com estudantes do ensino fundamental e médio, indicam que a média da primeira relação sexual dos meninos está entre 13,9 anos (Cuiabá, Manaus e Salvador) e 14,5 anos (Florianópolis) e, das meninas, está entre 15 anos (Porto Alegre) e 16 anos (Belém).

Vale ressaltar a importância dos aspectos simbólicos existentes nas relações afetivo-sexuais e de gênero e suas implicações para as práticas sociais e para a vulnerabilidade ao HIV/Aids, à gravidez não planejada, ao aborto e à violência sexual. Os estudos realizados com jovens de classes populares urbanas caracterizam o universo sexual e de gênero, através de aspectos de um ideário tradicional, predominantes neste contexto social (HEILBORN, 1997; LEAL; FACHEL, 1999; MONTEIRO, 1999, 2002b;

SALEM, 2004), como: o valor da família, do trabalho e da localidade, a importância do casamento e da maternidade (sobretudo entre as meninas), o controle da sexualidade feminina e a dissociação entre prazer sexual e afeto na sexualidade masculina, e valores esperados como virgindade e fidelidade, sobretudo das mulheres.

Estes aspectos ajudam a entender e a explicar as representações e as práticas desses jovens, relacionadas à sexualidade, e as dificuldades e limites encontrados na prevenção às DSTs, ao HIV/Aids, à gravidez não planejada. É certo que as desigualdades de gênero e a dominância de valores tradicionais dificultam, sobretudo para as meninas, negociações nas relações afetivo-sexuais. A assimetria e a hierarquia existentes nas relações de gênero, os mecanismos de controle da sexualidade feminina, a valorização da virgindade e o nexos entre sexo e amor - no caso das mulheres - e a virilidade e a distinção entre relação amorosa e aprendizagem sexual - no caso dos homens, são alguns dos elementos desse ideário tradicional que impedem os jovens de exercerem, com autonomia, a sua sexualidade (PAIVA, 1996; MONTEIRO, 2002b; HEILBORN, 1997; LEAL; FACHEL, 1999).

Pesquisa de cunho etnográfico de Leal e Fachel (1999, p.106), estudando igualmente grupos populares urbanos, aponta, de maneira exemplar, as diferenças nas expectativas de meninos e meninas com relação à intimidade e ao desempenho sexual. Segundo as autoras, a iniciação sexual é definida pelas jovens como “entrega” e pelos jovens como “fazer o trabalho” ou “dar conta do recado”, indicando expectativas diferenciadas de gênero, nas quais a palavra que melhor definiria o feminino seria a de recato e as idéias que melhor expressariam o masculino seriam as de força e virilidade, remetendo claramente à distinção entre passividade e atividade que define as relações de gênero nesses segmentos sociais. Tais diferenças trazem implicações para a

forma como meninos e meninas vivem sua sexualidade, de maneira a se protegerem dos riscos aí presentes.

No município de Londrina, dados da pesquisa, coordenada por Paula e Franco Filho (*apud* BIS, 2002, p.4-5), com 2.000 adolescentes de 12 a 18 anos de diferentes escolas públicas e privadas da cidade, revelam que 42,7% deles já tiveram relações sexuais, sendo que 70% das meninas que mantêm relações o fazem sem utilizar qualquer método preventivo. Dos sexualmente ativos, 58,8% são homens e 41,5% são mulheres e a idade média do início da vida sexual é de 14,3 anos.

Outro estudo realizado com jovens do município de Londrina (OLIVEIRA, 2002) com 1.642 adolescentes de 15 a 19 anos em treze escolas públicas da cidade, representando todas as regiões, demonstrou que a média da iniciação sexual dos meninos foi de 14,2 anos e das meninas, de 15,1.

Fecundidade, gravidez e aborto

Muitos estudos apontam para o fenômeno social da redução da taxa de fecundidade – de 4,5 filhos por mulher em 1980 para 2,5 em 1991 – decorrente do uso de métodos contraceptivos, sobretudo a pílula e a esterilização e, ao mesmo tempo, o aumento de gestações em adolescentes, inclusive menores de 15 anos (AQUINO; ARAÚJO; MARINHO, 1999; CAMARANO; ARAÚJO; CARNEIRO, 1999).

Entretanto, vale ressaltar que o declínio da taxa de fecundidade não foi homogêneo, nem entre as regiões que compõem o país, nem entre as faixas etárias. Entre 1975 e 1995, a diminuição da taxa de fecundidade entre as mulheres, de modo geral, foi acompanhada pelo seu aumento entre as jovens de 15 a 19 anos, em todas as regiões, com exceção da Centro-Oeste. Em quase todas as regiões do país, o maior crescimento da taxa de fecundidade, neste grupo etário, foi verificado no último quinquênio da década de 1980 (CAMARANO; ARAÚJO; CARNEIRO, 1999).

Segundo o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional de Saúde Materno-Infantil da Bemfam de 1996 (*apud* CAMARANO, 1998, p.41), a proporção de nascimentos não planejados foi de 59% entre as mulheres de 15 a 19 anos.

Além disso, enfatizam os autores que o crescente número de gravidez não planejada faz-se acompanhar de relativo conhecimento dos métodos contraceptivos pelos adolescentes e jovens (BRUNO; BAILEY, 1998; BEMFAM, 1999; SANTOS JR., 1999; GAMA; SZWARCOWALD; LEAL, 2002).

Segundo os cálculos sobre gravidez do Alan Guttmacher Institute (1998), a cada ano, no mundo, mais de 14 milhões de adolescentes dão à luz. A proporção de mulheres que têm seu primeiro filho em torno de 18 anos varia de 1%, no Japão, a 53%, na Nigéria. Na América Latina e Caribe os índices de gravidez não planejada totalizaram 23% de todos os nascimentos que ocorreram em mães adolescentes. Na Guatemala e Peru atingiram 50% (CAMACHO HUBNER, 2000).

No Brasil, em 1999, 27% dos partos realizados no Sistema Único de Saúde (SUS) foram de adolescentes. A proporção de partos de adolescentes e o total de partos pagos pelo SUS vêm apresentando tendência de aumento, desde 1993 (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p.18). Em 2000, o parto foi o primeiro motivo de internação hospitalar das adolescentes pelo SUS, totalizando 700.000. Em todas as regiões do país, 80,3% das internações das adolescentes são por gravidez, parto e pós-parto (BRASIL, 2003). Nesse mesmo ano, do total de adolescentes, na faixa de idade de 10 a 14 anos, 0,43% tinha filhos e 17% delas, mais de um; e do total de jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, 15% já tinha filhos. Vale ainda ressaltar que, há vinte anos atrás, em cada grupo de 1.000 adolescentes, 80 tinham um filho; hoje, são 90 a cada 1.000 adolescentes (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p.14).

A vulnerabilidade social a que estão expostas estas jovens provém do fato de que as adolescentes mais pobres e com menor escolaridade são aquelas que apresentam as taxas de fecundidade mais elevadas: 128 por 1.000 mulheres, contra 13 por 1.000, nos segmentos de renda mais elevada (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p.14). Além disso, depois do nascimento de um filho antes dos 20 anos, 25% das garotas parou os estudos temporariamente e 17,3%, definitivamente, sendo a gravidez um dos principais motivos apontados por elas para o abandono escolar (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p. 16). São muitos os motivos, e de diferentes ordens, que levam à gravidez nos primeiros anos da vida reprodutiva, indo da violência doméstica e do não-acesso a métodos contraceptivos até a dificuldade em negociar o uso do preservativo, em razão da hierarquia presente nas relações de gênero e a forte valorização da maternidade na sociedade brasileira, que pode aparecer como um projeto de autonomia ou projeto de futuro.

No Paraná, segundo os dados estimados para o ano de 2005 da Secretaria Estadual de Saúde do Estado, a população de mulheres em idade fértil corresponde a 6.667.541, sendo 1.958.655 destas adolescentes e jovens entre 15 a 24 anos de idade (PARANÁ, 2005). No município de Londrina são 92.945. Entre os anos de 1997 e 2001, o número de atendimentos na rede hospitalar do SUS, no estado, na faixa etária de 10 a 19 anos, esteve relacionado, de forma significativa, à gravidez, ao parto e ao pós-parto, representando 43,6% dos 83.356 casos de internação (PERFIL, 2002).

A mesma fonte de dados para o estado do Paraná traz o percentual de partos entre adolescentes de 10 a 19 anos de idade, em 2004: 32.812 (20,7%) do total de 158.624 partos realizados. Na regional de saúde de Londrina foram 11.670 partos, dos quais 2.197 (18,8%) entre adolescentes e, no município de Londrina, dos 6.999 partos realizados, 1.220 (17,4%) nesta faixa etária.

Quanto ao aborto, as taxas na adolescência (15 a 19 anos) variam para cada país. O Brasil e os EUA apresentam taxas altas (32 e 36 em cada 1.000 mulheres), se comparados com países como a Alemanha (3 em cada 1.000) e Japão (6 em cada 1.000). Estima-se que, no Brasil, ocorram de 1 a 1,2 milhão de abortos ao ano, sendo as curetagens a quinta causa de internação das adolescentes, decorrentes, em geral, de abortos malfeitos e que aumentam na mesma proporção dos casos de gravidez, sendo responsáveis por 9% das mortes maternas e 25% das esterilidades por infecções tubárias, devido aos abortos. De 1993 a 1997, as curetagens realizadas em adolescentes após abortos passaram de 19% para 22% do total de procedimentos (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p. 19).

Doenças sexualmente transmissíveis e aids

Além da diminuição na média de idade do início das relações sexuais, do uso irregular dos métodos contraceptivos, da gravidez não planejada e do aborto, as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e a aids apresentam índices crescentes em todo o mundo. Na América Latina, 15% dos adolescentes entre 15 e 19 anos de idade adquirem anualmente alguma DST, como a tricomoníase, clamídia, gonorréia e sífilis, sendo estas as principais infecções do aparelho reprodutivo (AYRES; CALAZANS; FRANÇA JR., 1998; SANTOS; SANTOS, 1999 ; BRASIL, 2003; FRANÇA JR. et al., 2003).

Em relação à transmissão das DSTs, os adolescentes estão, de três a cinco vezes, mais vulneráveis. Cerca de três milhões de adolescentes são atingidos por ano nos Estados Unidos e, no mundo, são 300 milhões de casos (CARDOSO; FREITAS, 2001). Em todo o mundo, um entre vinte adolescentes contrai algum tipo de DST a cada ano. No Brasil, estima-se que ocorram cerca de 12 milhões de DSTs ao ano. Como a notificação dos casos de DSTs não é compulsória e cerca de 70% das pessoas com alguma doença sexualmente transmissível buscam tratamento em farmácias, o número de

casos notificados fica muito abaixo da estimativa da OMS, sendo notificados apenas 200 mil casos ao ano no país (BRASIL, 2003).

Diariamente, mais de 7.000 jovens são infectados pelo HIV, num total de 2,6 milhões por ano, o que representa a metade de todos os casos registrados. Estima-se que 10 milhões de adolescentes vivam hoje com o HIV ou estão propensos a desenvolver a aids entre os próximos três e quinze anos. Aproximadamente, 80% das transmissões do HIV no mundo decorrem do sexo desprotegido. O adolescente é propenso a dispensar o preservativo porque não tem acesso a ele ou porque não é capaz de convencer o parceiro ou parceira da necessidade do seu uso, entre outras causas. Na presença de uma DST, o risco de transmissão da aids é de três a cinco vezes maior (BRASIL, 2003).

Os dados epidemiológicos indicam os caminhos da vulnerabilidade dos jovens, sendo a via sexual e o compartilhamento de agulhas e seringas no uso de drogas injetáveis, os números mais expressivos das estatísticas. De acordo com a análise de Castilho e Szwarcwald (1998), a aids entre os jovens brasileiros tem aspectos peculiares, pois é nas faixas etárias mais jovens que a relação entre homem e mulher infectados se reduz. No grupo de 15 a 17 anos, segundo os autores, ela já era pequena desde o início da epidemia, mas se reduz a uma proporção de dois homens infectados para cada mulher (2H:1M), a partir de 1994 e, no grupo de 18 a 19 anos, essa relação passa a atingir a igualdade de 1H:1M, desde 1996/97 (p.201). Outro dado diz respeito às categorias de transmissão. Entre jovens do sexo masculino predomina a categoria de exposição “usuários de drogas injetáveis”. Por exemplo, entre os jovens de 15 a 17 anos, 43% pertence a esta categoria de transmissão. Já entre as jovens, há predominância da via de “transmissão heterossexual”. Mas, os autores chamam a atenção para o fato de que, entre as mulheres que se infectaram por via heterossexual, 34% tinha parceiros sexuais usuários de

drogas injetáveis e 10% tinha parceiros bissexuais.

Em Londrina, do total de 2.105 casos notificados de aids, 1.392 são homens e 713 mulheres. Deste total, 767 homens e 430 mulheres estão na faixa etária de 20 a 34 anos; e 492 homens e 205 mulheres estão na faixa de 35 a 49 anos. Conforme os dados, observa-se que mais de 80% dos casos notificados estão nas faixas de 20 a 49 anos e, se considerarmos que uma pessoa infectada pelo HIV pode ficar até 15 anos assintomática, pode-se afirmar que grande parte desses casos ocorreu na adolescência (LONDRINA, 2005).

Estudo já citado de Oliveira (2002), realizado com adolescentes do ensino médio de escolas públicas do município, revela que, em geral, os jovens têm um bom conhecimento sobre as formas de transmissão da aids e menor conhecimento, no diz respeito às outras DSTs. As mais citadas, depois da aids (97%), foram a herpes, a gonorréia e a sífilis (citadas por mais de 50% dos jovens). A hepatite B não é reconhecida como uma DST, pois apenas 25% dos escolares a citaram, sendo a maioria deles do curso noturno. Apesar do alto conhecimento demonstrado em relação à aids, entre 11% e 12% dos jovens ainda apontam picada de inseto, copos, talheres, banheiros e piscinas como modos de transmissão da doença. Apenas 2,3% das alunas e 1,3% dos alunos afirmaram já ter contraído uma DST e 3,5% deles não souberam informar.

Alguns estudos demonstram que os jovens consideram grande o risco representado pela aids, de modo geral, enquanto que percebem o seu próprio risco individual como pequeno (JEOLÁS; FERRARI, 2003).

Métodos contraceptivos e uso do preservativo

Os dados da pesquisa comparativa do *Demography and Health Survey* (DHS) (*apud* ALMEIDA et al., 2003), em 37 países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, apontaram que quase todos os adolescentes pesquisados referiram conhecer pelo menos um método contraceptivo,

mas seu uso foi de pequena magnitude e de modo irregular, principalmente nos estratos socioeconômicos de baixa renda e baixa escolaridade. Esta correlação foi semelhante àquela encontrada em estudos realizados no Brasil (BÉRIA, 1998; SZWARCOWALD et al., 2000; SILVA et al., 2002; GUIMARÃES; VIEIRA; PALMEIRA, 2003).

Estudo realizado pela Bemfam (*apud* REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p.10) indica que, na faixa etária de 15 a 24 anos, as moças conhecem mais métodos contraceptivos do que os rapazes, apesar de apenas 44% das jovens terem afirmado haver feito uso de algum tipo de método no passado, contra 73% dos rapazes, dos quais, 64% já usou camisinha. Pesquisa realizada em 2000, com jovens escolarizados de 10 capitais brasileiras pela UNESCO (*apud* REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p.10), demonstrou que a camisinha é o método mais citado para evitar a gravidez, com um percentual que varia de 48% a 70%, seguido da pílula, da tabelinha e da injeção anticoncepcional. Para os rapazes, a camisinha é o método mais citado, tanto para prevenção da gravidez quanto da aids.

Entretanto, apesar da evidência do aumento do uso do preservativo, as pesquisas realizadas com jovens brasileiros chamam a atenção para a insuficiência de seu uso ou para sua utilização de forma não-regular (AYRES; CALAZANS; FRANÇA JR, 1998; BRASIL, 1999; MONTEIRO, 1999; PAIVA, 1994). Estudos em larga escala apontam esta tendência do aumento do número de jovens que fazem uso do preservativo, mas indicam, igualmente, dificuldades e limites quanto ao seu uso (BRASIL, 1999; CALAZANS, 2005).

A pesquisa *Comportamento sexual da população brasileira e percepções sobre HIV e Aids* (BRASIL, 1999) mostra que 79% da população pesquisada de 16 a 65 anos declarou-se sexualmente ativa (manteve relações sexuais nos 12 meses anteriores à pesquisa). Deste total, 44% afirmou que faz uso da camisinha. O dado positivo é que, desses 44%, os jovens de 16 a

25 anos são, de longe, os maiores usuários. Entretanto, os dados da pesquisa permitem avaliar a vulnerabilidade dos jovens à aids, pois é nesta faixa etária, de 16 a 25 anos, que se encontra a maior porcentagem de indivíduos praticantes de relações eventuais (35%). Deste total, 12% são relações apenas eventuais e 23%, relações estáveis, associadas a relações eventuais. Do conjunto desses indivíduos, 33% não utiliza preservativo na relação estável e o utiliza nas eventuais; 31% não o utiliza em nenhuma das duas relações. Além disso, 28% dos jovens declararam fazer uso de álcool antes das relações sexuais e 18% o faz habitualmente.

Os dados da segunda pesquisa do Instituto da Cidadania, já citada (CALAZANS, 2005), vão no mesmo sentido. Entre os jovens que já mantiveram relações sexuais (73% do total dos jovens entrevistados), 59% deles afirmam ter usado o preservativo na última relação sexual. O uso é maior entre os mais jovens e entre os rapazes mais do que entre as moças (CALAZANS, 2005, p.233). O desafio é a manutenção do uso em relações estáveis e a proposição do uso do preservativo pelas jovens, cujas dificuldades advêm das relações de gênero que reproduzem a impossibilidade da mulher “desconfiar” de seu parceiro nas relações afetivo-sexuais. A correlação do uso do preservativo com a classe social se faz evidente: o uso do preservativo aumenta entre os jovens de maior escolaridade e de maior renda familiar. Essa relação também foi apontada pela pesquisa do Ministério da Saúde (BRASIL, 1999), além da relação do conhecimento sobre aids que aumenta com a escolaridade e com a renda. Calazans (2005) ressalta as dificuldades na manutenção do uso do preservativo. Segundo ela, as motivações dos jovens para o uso do preservativo estão relacionadas às recomendações técnicas: a prevenção de doenças (dos 50% dos jovens que já tiveram relações sexuais, 28% o utiliza para prevenção de doenças em geral, 15% ressalta especificamente as DSTs e 11%, a aids); e a contracepção (46% dos jovens

sexualmente ativos). Já as motivações para o não-uso estão muito mais associadas a afetos e a valores simbólicos: 21% afirma não usar o preservativo pela confiança que tem no parceiro e pela fidelidade e estabilidade da relação: e 7% diz que não gosta de usar ou o parceiro não gosta (CALAZANS, 2005, p.234).

Pesquisa realizada em todo o território nacional, pelo Ministério da Saúde e Ibope (FRANÇA JR. et al., 2003), com 1.882 pessoas de 14 anos e mais, mostrou que, desse total, 69% (1.298) era sexualmente ativa e 28,4% tinha até 19 anos de idade. A pesquisa demonstra que, entre os(as) brasileiros(as) mais jovens, continua crescente o uso de preservativo na primeira relação sexual. Mas, o seu uso constante, tanto com parceiros estáveis como com parceiros eventuais, se dá especialmente entre os jovens com níveis mais altos de instrução. Segundo os autores, nos grupos menos escolarizados, as meninas, em todas as faixas etárias, mantiveram-se como grupo mais exposto ao risco, com menor acesso ao preservativo gratuito e, quanto ao seu uso, esse foi inconsistente, comparado ao uso que dele faz o grupo de meninos.

Estudos mais pontuais, de cunho etnográfico, reforçam estes dados, demonstrando a dificuldade do uso contínuo do preservativo (MONTEIRO, 2002a; PAIVA, 1994, 1996).

Pesquisa realizada em Londrina por Jeolás (1999) também aponta para esta direção. Os jovens pesquisados, em cinco escolas públicas de diferentes regiões da cidade, expressam-se da seguinte forma: *conhecer bem o parceiro// ter confiança nele// usar camisinha com parceiros desconhecidos// se a gente fala de camisinha com eles, eles já vão pensando que a gente é galinha//[a camisinha] prende o gozo, a gozada que ele dá fica dentro da camisinha, para o homem é meio difícil// não uso camisinha por que confio no meu amor// sei que é errado, mas confiamos um no outro e por isso não usamos; achamos que é uma coisa que interfere no prazer.*

No município de Londrina, pesquisa realizada por Oliveira (2002) mostra que os adolescentes usam de forma inconsistente o preservativo e de forma diferenciada, conforme o sexo: 55,8% das garotas e 39,3% dos meninos disseram fazer uso esporádico; 60,7% dos garotos e 44,2% das meninas afirmaram fazer uso contínuo. O uso do preservativo na última relação sexual foi confirmado por 71,9% dos meninos e 56,7% das meninas.

Estudo de Desssunti (2002) sobre os fatores associados ao risco de DST/Aids, entre estudantes de 17 a 25 anos de idade, da área da saúde (enfermagem e medicina) da Universidade Estadual de Londrina-PR, demonstrou que, apesar de 50% dos alunos da primeira série ter de 1 a 5 parceiros, e aqueles do último ano terem de 1 a 6, apenas 19,5% e 36% deles afirmaram utilizar a pílula anticoncepcional, enquanto que 59,7% e 71%, respectivamente, disseram fazer uso do preservativo ou fazê-lo de forma descontínua. A autora concluiu que, apesar de os jovens universitários sentirem-se, de modo geral, invulneráveis às DSTs e à aids, é possível afirmar que eles encontravam-se vulneráveis com relação à doença, uma vez que afirmavam estar protegidos das DSTs e da aids pelo fato de confiarem nos seus parceiros fixos.

Embora todos estes estudos não permitam comparações, pois tratam de populações específicas e utilizam distintas metodologias, eles apontam tendências que permitem orientar novas pesquisas e políticas públicas na área da saúde e da sexualidade dirigidas aos jovens. Pode-se perceber que, de modo geral, as pesquisas mostram: que os meninos usam com maior frequência o preservativo nas relações sexuais do que as meninas; que a condição sócio-econômica e a escolaridade são variáveis importantes para se pensar a vulnerabilidade juvenil; que o uso do preservativo se faz de maneira descontínua e depende de fatores subjetivos e afetivos; e que, no campo da saúde sexual e reprodutiva, só

informações não bastam para a prevenção da gravidez não planejada e das DSTs/Aids.

Mortes por causas externas: acidentes e homicídios

Os dados por causas externas ressaltam as vulnerabilidades juvenis e demonstram o quanto elas dependem de aspectos estruturais de ordem econômica, política e cultural. No caso dos homicídios, as desigualdades sociais, a segregação urbana, a violência e a impunidade desempenham um papel fundamental. No caso dos acidentes, o estímulo ao uso de álcool e à velocidade, como elementos de transgressão juvenil e de construção de estilos de masculinidade, dentre outros fatores, são aspectos importantes a serem considerados na análise.

Segundo Minayo e Souza (2003), nas últimas décadas do século XX, o crescimento da violência no Brasil estendeu-se para vários setores da sociedade, permitindo-nos pensar em uma “nova epidemia social” ou em um dos mais graves problemas de saúde pública a ser enfrentado. As mortes por causas violentas (homicídios, acidentes de trânsito e suicídios), ocupavam, na década de 80, o quarto lugar no perfil das principais causas de óbito. Passando ao segundo lugar, a partir de 1989, perdem apenas para as doenças do aparelho circulatório (MINAYO; SOUZA, 2003).

Os acidentes e a violência têm sido causas constantes de atendimentos e de internações hospitalares no Brasil, com alta demanda aos serviços de saúde, além de seqüelas e mortes, com perda de mais anos potenciais de vida do que qualquer outra doença (MELLO JORGE, 1997; MELLO JORGE; GOTLIEB; LAURENTI, 2001). Segundo Mello Jorge, Gotlieb e Laurenti (2001), as causas externas ocupam o primeiro lugar entre as causas de morte, em três capitais brasileiras; e a segunda posição em todo o Brasil, com cerca de 120 mil óbitos por ano, representando 15% das causas bem definidas, sendo as faixas etárias mais jovens as mais acometidas.

As lesões e os envenenamentos foram a primeira causa de internação hospitalar no Brasil, em 1995, na faixa etária de 15 a 29 anos, no sexo masculino (LEBRÃO; MELLO JORGE; LAURENTI, 1997). É necessário que se diga que há carência de registro e notificação destes casos, devido à falta de preparo e às questões culturais dos profissionais que dificultam a notificação das causas de doença e de mortalidade, por consequência da violência (DESLANDES, 1999).

O fenômeno da violência moderna é assunto de especialistas de várias áreas do conhecimento. Entre os cientistas sociais, não há consenso sobre as causas de seu crescimento. Adorno (2000) agrupa as diferentes abordagens sobre o assunto em três núcleos: a) mudanças estruturais na sociedade e nos padrões convencionais de criminalidade e de violência; b) crise do sistema de justiça criminal e extensão da impunidade; c) desigualdade e segregação urbana. Todos, entretanto, têm como ponto de partida a perspectiva do acirramento das contradições sociais, com alteração das relações cotidianas, nas quais o medo e a desconfiança generalizados ganham espaço, gerando soluções individualistas. Não é sem motivo que cresce, de um lado, o enclausuramento e a posse de armas, empregados como meios de proteção à propriedade privada e à vida e, de outro, a opção pelo crime, o tráfico de drogas e, também, o acesso às armas, como forma de integração social a qualquer custo (SOUZA, 1999).

A relação entre impunidade e violência é enfatizada por alguns autores como Adorno (2000) e Souza (1999) como um dos fatores determinantes da violência e da violação dos direitos humanos. Como exemplo, o estudo realizado por Souza (1999) verificou que, em 50 mortes de crianças e adolescentes, em 1993, na cidade de Fortaleza, apenas 6 (seis) julgamentos (12%) foram realizados até junho de 1997. Desses casos, somente 8% dos homicidas (4 em 50) foram condenados, num período de

4 anos, confirmando a demora, a ineficácia e a ineficiência do poder judiciário, atrelado aos outros órgãos complementares (SOUZA, 1999).

Outro elemento importante a ser considerado para compreender a violência crescente entre os jovens brasileiros pobres, principalmente em relação aos homicídios, é a dimensão que tomou o tráfico de drogas em nosso país. Zaluar (1992, 1994) analisa a violência pulverizada existente, hoje, entre jovens no Rio de Janeiro, mostrando como a participação em grupos organizados do tráfico de drogas possibilita-lhes demonstrar força e agressividade e adquirir um tipo de passaporte para a aceitação social. O que se torna particularmente verdadeiro nas favelas é que o crime organizado vem exercendo forte atração no meio dos jovens carentes, por significar maneira fácil e rápida de ganhar dinheiro, prestígio e poder, em contraposição à pobreza imperante ali, ao passo que seus pais só conseguem sobreviver às custas de árduo trabalho e de muitos sacrifícios, sem gratificações condizentes. Para estes jovens, a entrada num grupo ligado ao tráfico representa garantia de lugar – de aceitação social – no interior de uma sociedade que, certamente, os ignora e a eles não reserva lugar algum. A aceitação social ocorre às custas da violência e da morte prematura, na maioria dos casos. Estudos, que enfocam o tráfico de drogas, demonstram que suas atividades estimulam a competição individual desenfreada, com pouco ou nenhum limite institucional nas conquistas e na resolução dos conflitos interpessoais.

Deve-se, portanto, desmistificar o fato da juventude ser tratada apenas como “problema social”, pois muito mais do que autores da violência, os jovens aparecem como vítimas. Os dados evidenciam serem os jovens pobres e negros as principais vítimas da violência, principalmente dos grupos de extermínio (ADORNO, 2000).

100 É consenso, entre diferentes autores, a predominância de estudos sobre violência que apontam os jovens como o grupo etário com maior

prevalência de vítimas por causas externas. Os estudos de Minayo e Souza (2003), Waiselfisz (1998), Mello Jorge, Gawryszewski e Latorre (1997), Souza (1994) e Zaluar (1994) reforçam a tendência de um crescimento acentuado da violência neste grupo. Todos colocam os jovens pobres e do sexo masculino no topo das estatísticas sobre mortes por causas externas, sobretudo no caso dos homicídios.

Segundo Castro e Abramovay (2002), os próprios jovens caracterizam o seu meio como aquele no qual a violência deixou de ser um componente de excepcionalidade e se disseminou a tal ponto que se naturalizou, banalizou e passou a ser elemento comum nas populações de baixa renda.

Entretanto, deve-se ressaltar que a distribuição das mortes violentas não é homogênea, nem quanto aos grupos etários, nem quanto ao gênero, nem quanto às regiões do país. Nesse sentido, a violência fatal e os acidentes devem ser compreendidos em suas especificidades.

Os dados sobre Londrina seguem as tendências nacionais com algumas particularidades. O relatório de pesquisa de Iniciação Científica de Peixoto (2004) analisou os dados referentes à violência por causas externas entre jovens de Londrina, no ano de 2003. Os dados foram obtidos no Instituto Médico de Londrina, instituição que emite todos os laudos de necropsia por mortes de causas externas de Londrina e região. O objetivo da pesquisa era analisar quais as relações existentes entre os dados de mortes por causas violentas e o uso de drogas, lícitas e ilícitas, uma vez que os laudos estão seguidos dos Boletins de Ocorrência (B.O.) das referidas mortes e, também, dos resultados dos exames de toxicologia realizados. Do total de 740 laudos de necropsia, foram analisados 327, tendo sido descartados os referentes a óbitos por causa natural e aos de moradores de outras cidades. Desse total, foram encontrados: 99 laudos de acidentes de trânsito; 187 de homicídios ou

outras violências; 18 de suicídios; e 23 de outras causas externas. Cabe salientar que esses dois últimos não foram analisados no texto aqui apresentado.

Os dados encontrados dispostos de acordo com as faixas etárias estão apresentados na tabela abaixo:

TABELA 1 **Distribuição das vítimas de mortes por causas externas, de acordo com a faixa etária, Londrina, 2003**

CAUSAS EXTERNAS FAIXA ETÁRIA	Homicídios		Acidente Trânsito		Suicídios		Demais C. Ext.	
	Nº Óbitos	%	Nº Óbitos	%	Nº Óbitos	%	Nº Óbitos	%
00 – 04 anos	0	0%	2	2%	0	0%	3	13%
05 – 09 anos	0	0%	2	2%	0	0%	1	4%
10 – 14 anos	5	3%	4	4%	0	0%	3	13%
15 – 19 anos	46	24%	12	13%	2	11%	3	13%
20 – 24 anos	45	23%	18	19%	1	6%	2	9%
25 – 29 anos	30	16%	8	8%	6	32%	1	4%
30 – 34 anos	20	11%	9	9%	1	6%	2	9%
35 – 39 anos	17	9%	5	5%	1	6%	0	0%
40 – 44 anos	7	4%	9	9%	3	16%	1	4%
45 – 49 anos	4	2%	4	4%	2	11%	2	9%
50 – 54 anos	4	2%	2	2%	1	6%	3	13%
55 – 59 anos	1	1%	9	8%	1	6%	0	0%
60 ou mais	5	3%	14	14%	0	0%	2	9%
Não identificada	3	2%	1	1%	0	0%	0	0%
TOTAL	187	100%	99	100%	18	100%	23	100%

FORNTE: Relatório de Pesquisa de Peixoto (2004)

Os resultados apresentam o seguinte perfil das vítimas de homicídios: jovens do sexo masculino, brancos, com baixa escolaridade e baixa qualificação profissional. Entre as vítimas dos acidentes de trânsito, as ocorrências se concentram entre os jovens e entre pessoas com mais de 60 anos, do sexo masculino, brancos, com baixa escolaridade e baixa qualificação profissional.

A respeito da correlação destas mortes e o uso de drogas (lícitas e ilícitas), o consumo do álcool se mostrou presente, de forma significativa, entre as mortes por homicídios e acidentes de trânsito, embora o exame de dosagem alcoólica não tenha sido realizado em todos os casos. Entre os jovens (15 a 24 anos) vítimas de homicídios, foram realizados 77

exames de dosagem alcoólica, correspondendo a 85% do total de jovens. Desse total de exames, 17 (22%) deram resultado positivo e 60 (78%), negativo. Os números são mais expressivos nos acidentes de trânsito: foram realizados 15 exames de dosagem alcoólica, o que corresponde a 50% das vítimas e, desses exames, 06 (40%) deram resultado positivo e 09 (60%), negativo.

No caso do uso de drogas ilícitas, a correlação entre o seu uso e as mortes por homicídio e acidentes é menor do que a correlação com o uso do álcool, seguindo os dados de uso de drogas lícitas e ilícitas, na população em geral. Entre os jovens de 15 a 24 anos, vítimas de homicídio, foram realizados 67 exames toxicológicos de psicoestimulantes e derivados barbitúricos, correspondendo a 74% das vítimas. Desse total de exames, apenas 1 (1%) deu resultado positivo e 66 (99%), negativo. Já entre as vítimas de acidentes de trânsito, o exame só foi realizado em 3 casos, correspondendo a apenas 10% dos jovens acidentados e, em nenhum desses casos, o exame apresentou resultado positivo.

Apesar desses baixos índices de uso de drogas ilícitas, dados da Secretaria de Segurança do município de Londrina, juntamente com dados sobre o país, apontam que grande parte dos casos de mortes por homicídios entre jovens, atualmente, estão ligados ao tráfico de drogas.

A correlação das mortes por homicídio com as drogas tem sido apontada por vários pesquisadores. Para o caso de Londrina, por exemplo, a dissertação de mestrado de Zequim (*apud* LEIJOTO 2005, p.21) mostra que os 52 adolescentes mortos entre 2000 e 2002, na cidade, eram usuários de drogas e que os 82 homicídios que ocorreram neste período tiveram relação com o tráfico de drogas. De acordo com a mesma pesquisa, 92% dos homicídios registrados na cidade, entre abril de 2003 e março de 2004, também têm essa relação com o tráfico.

Para dados sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas, entre grupos

específicos de jovens em Londrina, pode ser analisado o trabalho de Paulilo et al. (2001) que pesquisou 722 jovens atendidos por instituições e programas sociais da cidade; e também o trabalho de Gerchmann (1998), realizado no Centro de Referência e Atendimento ao Adolescente de Londrina – CRAAL.

Dados sobre acidentes em Londrina foram analisados, em um levantamento de 2.722 fichas de atendimento, no pronto socorro de um hospital público de nível secundário, nos meses de janeiro a março de 2003. O estudo demonstrou que a primeira causa de atendimento de adolescentes de 10 a 19 anos de idade do sexo masculino foram as lesões, os envenenamentos e outras conseqüências decorrentes de traumas por acidentes motociclistas. Para as garotas, os acidentes foram a terceira causa de atendimento, chamando a atenção as tentativas de suicídio por ingestão de medicamentos (DUBUC, 2004).

Considerações finais

Segundo o censo demográfico de 2000 (LONDRINA, 2003), o município de Londrina totaliza 447.065 habitantes, sendo que 85.098 (19%) são adolescentes e jovens (15 a 24 anos). Destes, 62.048 (70%) estão cadastrados no Sistema de Informação em Atenção Básica – SIAB (LONDRINA, 2004). Pretendemos chamar a atenção para algumas das questões relacionadas à saúde e à sexualidade desses jovens. Os estudos e projetos de prevenção, voltados para eles, apontam a necessidade de se ultrapassar as análises centradas na mudança de comportamento individual. Eles ressaltam que se deve buscar incorporar as dimensões econômicas, políticas e culturais das vulnerabilidades a que estão expostos os jovens. Neste sentido, apreender os múltiplos aspectos da vulnerabilidade juvenil implica reconhecer que os aspectos simbólicos das práticas sociais não podem ser desprezados, pois,

juntamente com as dimensões econômicas e políticas, produtoras de desigualdades no acesso à saúde e à educação, são também definidores da exposição a riscos entre os diferentes grupos juvenis.

Algumas iniciativas importantes que buscam uma abordagem mais integral na atenção à saúde estão sendo implementadas em Londrina e elas poderiam estender-se à população jovem. A Estratégia da Saúde da Família (ESF), por exemplo, oficializada em 1994, através da assinatura do convênio entre o Município e o Ministério da Saúde, atende 70% da população urbana e 100% da população rural nas 51 Unidades Básicas de Saúde do município. Entretanto, apesar do atendimento interdisciplinar ao adolescente e ao jovem constar entre as recomendações da ESF, esse grupo etário ainda não recebe atendimento sistematizado e integral no serviço de atenção básica de saúde (FERRARI; THOMSON; MELCHIOR, 2006).

Com relação a um atendimento específico para adolescentes, o município conta, desde 1996, com o Centro de Referência do Atendimento ao Adolescente de Londrina – CRAAL, pioneiro no Estado do Paraná. O CRAAL é um ambulatório que atende adolescentes de 12 a 19 anos, residentes no município, implementado pela Secretaria de Saúde do Estado e pela 17ª Regional de Saúde de Londrina, em parceria com a Caixa de Assistência de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina – CAAPSMML, com a Secretaria de Saúde do município de Londrina e com a Universidade Estadual de Londrina. Os atendimentos aos adolescentes, neste ambulatório, são na área clínica, ginecológica e obstétrica (pré-natal) e os trabalhos de prevenção são realizados em oficinas seqüenciadas e focais, com metodologia participativa e atuação na prevenção da gravidez na adolescência, das DSTs/Aids, do uso de drogas, dentre outras questões. Além dos atendimentos e das oficinas realizadas com os(as) adolescentes, o serviço oferece também oficinas para professores da rede municipal e estadual e

profissionais da saúde das UBS do município. Entretanto, a oferta fica ainda muito aquém das reais necessidades dos adolescentes e dos jovens do município, dada à insuficiência de infra-estrutura, de recursos humanos e materiais.

Para Ayres e França JR. (1999) a forma estereotipada e naturalizada com que se tem tratado os jovens em nossos serviços de educação e de saúde, com ênfase generalizada no aspecto biológico, tem sido um dos maiores obstáculos ao trabalho com esta população. Esta fase da vida só pode ser analisada por meio das relações socioculturais e históricas que impõem formas de ser, de relacionar-se socialmente, assim como determinam a compreensão sobre os fatos e o comportamento dos grupos correspondentes. Se as mudanças físicas são universais nesta idade, as conseqüências da passagem por esta fase da vida não o são e representam desafio para as diferentes formas de lidar com elas.

As instituições, que desenvolvem trabalhos sobre saúde sexual e reprodutiva com jovens, fazem recomendações precisas para o enfrentamento de algumas das questões aqui apontadas e todas se referem à necessidade do incremento e da criação de políticas públicas voltadas para esta população. O dossiê da Rede Feminista de Saúde (2004) indica algumas: o incentivo à educação formal além do ensino fundamental, pois os reflexos na saúde reprodutiva da população são evidentes; a inclusão das meninas de 10 a 14 aos em programas de saúde sexual e reprodutiva, uma vez que as taxas de iniciação sexual, de gravidez, de aborto e de DSTs/Aids lhes dizem respeito; o incentivo de ampliação de projetos de educação sexual nas escolas; e o investimento em projetos que abordem as relações de gênero, o que quer dizer incluir também os meninos nas discussões e nas políticas públicas, pois, com raras exceções no país, não há estudos que investiguem a participação, a responsabilidade e os desejos dos rapazes no processo de reprodução,

nem tampouco programas e políticas públicas que os incluam nas discussões.

Sobre os acidentes de trânsito, acrescentamos que abordagens educativas devem ser implementadas, assim como políticas públicas, juntamente com programas de prevenção do uso de álcool. Quanto às mortes por homicídio, vários autores têm apontado a necessidade e a urgência de mudanças sociais estruturais para fazer face a esse problema de múltiplas dimensões; mudanças que passam, necessariamente, pelo enfrentamento das desigualdades e contradições sociais, da dimensão que tomou o tráfico de drogas e da impunidade que se estende no país, determinando padrões de violência e de violação dos direitos humanos.



Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro P. Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma perspectiva nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ADORNO, Sérgio. Adolescente Crime e Violência. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia; SPOSITO, Marília Pontes (Orgs.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

ALAN GUTTMACHER INSTITUTE. *Into a new world: young women's sexual and reproductive lives*. Nova York: CEPIA, 1998.

ALMEIDA, Maria Conceição Chagas; AQUINO, Estela Maria Leão; GAFFIKIN, Lynne; MAGNANI, Robert J. Uso de contracepção por adolescentes de escolas públicas na Bahia. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 5, out. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/html>>. Acesso em: 26 jan. 2006.

AQUINO, Estela Maria Leão; ARAÚJO, Thália Velho Barreto; MARINHO, Lilian Fátima Barbosa. Padrões e tendências em saúde reprodutiva no Brasil: bases para uma análise epidemiológica. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (Orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ARILHA, Margareth; CALAZANS, Gabriela Junqueira. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, v.2, 1998.

AYRES, José Ricardo C. Mesquita; CALAZANS, Gabriela Junqueira; FRANÇA JR., Ivan. Vulnerabilidade do adolescente ao HIV/Aids. In: VIEIRA, Elizabeth Meloni; FERNANDES, Maria Eugênia Lemos; BAILEY, Patrícia; MCKAY, Arlene (Orgs.). *Seminário gravidez na adolescência*. Brasília, DF; São Paulo: Ministério da Saúde/Associação Saúde da Família/USAID, p.97-109, 1998.

AYRES, José Ricardo C. Mesquita; FRANÇA JR, Ivan; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETTI FILHO, Heraldo César. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In:

BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard (Orgs.). *Sexualidades pelo avesso*: direitos, identidades e poder. São Paulo: Ed.34, p.50-72, 1999.

BEMFAM - SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. *Adolescentes, jovens e a pesquisa nacional sobre demografia e saúde*: um estudo sobre fecundidade, comportamento sexual e saúde reprodutiva. Rio de Janeiro: CDC/UNICEF, 1999.

BÉRIA, Jorge Umberto (Org.). *Ficar, transar...* a sexualidade do adolescente em tempos de Aids. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

BIS - Boletim Informativo da Saúde, ano VI, n.33, jun/jul/ago. Londrina: Secretaria Municipal da Saúde de Londrina, PML, 2002. Disponível em: <<http://www.londrina.gov.pr.br/htm>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. PN DST/AIDS. *Comportamento sexual da população brasileira e percepção sobre HIV e Aids*. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/htm>>. Acesso em: 20 dez. 2005.

_____. Ministério da Saúde. *Boletim epidemiológico*: aids. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/htm>>. Acesso em: 20 dez. 2005.

_____. *Informações de Saúde*. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2005.

_____. Secretaria de Políticas de Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. *Dados e pesquisas em DST e Aids*. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/final/dados/dst.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2005.

BRUNO, Zenilda Vieira; BAILEY, Patrícia. Gravidez em adolescentes no Ceará: maternidade ou aborto. In: VIEIRA, Elizabeth Meloni; FERNANDES, Maria Eugênia Lemos; BAILEY, Patrícia; MCKAY, Arlene (Orgs.). *Seminário gravidez na adolescência*. Brasília, DF; São Paulo: Ministério da Saúde/Associação Saúde da Família/USAID, p.57-66, 1998.

CALAZANS, Gabriela Junqueira. Os jovens falam sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva: elementos para a reflexão. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.215-241, 2005.

CAMACHO HUBNER, Alma Virginia. *Perfil de salud sexual y reproductiva de los y las adolescentes y jovens de América Latina y el Caribe*: revisión bibliográfica, 1988-1998. Washington: OPS, 2000.

CAMARANO, Ana Amélia. Fecundidade e a anticoncepção da população de 15-19 anos. In: VIEIRA, Elizabeth Meloni; FERNANDES, Maria Eugênia Lemos; BAILEY, Patrícia; MCKAY, Arlene (Orgs.). *Seminário gravidez na adolescência*. Brasília, DF; São Paulo: Ministério da Saúde/Associação Saúde da Família/USAID, p.35-46, 1998.

CAMARANO, Ana Amélia; ARAÚJO, Herton Ellery; CARNEIRO, Isabela Gomes. Tendências da fecundidade brasileira no século XX: uma visão regional. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (Orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.95-111, 1999.

CARDOSO, Déa Mascarenhas; FREITAS, Isabel C. Fonseca. Doenças sexualmente transmissíveis na adolescência. *Pediatria Moderna*, São Paulo, v.37, p.22-28, Edição Especial: Adolescência, maio 2001.

CASTILHO, Euclides Ayres; SZWARCOWALD, Célia Landmann. Mais uma pedra no meio do caminho dos jovens brasileiros: a Aids. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, v.1, p.197-207, 1998.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p.143-176, jul.2002.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete (Orgs.). *Juventudes e sexualidade*. Brasília, UNESCO, 2004.

CHAUÍ, Marilena; KEHL, Maria Rita; WEREBE, Maria José; BRUSCHINI, Maria Cristina. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.36, p.99-110, 1991.

DESLANDES, Suely Ferreira. O atendimento às vítimas de violência na emergência: prevenção numa hora dessa? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.4, p.81-94, 1999.

DESSUNTI, Elma Mattias. *Fatores psicossociais e comportamentais associados ao risco de DST/Aids entre estudantes da área de saúde da Universidade Estadual de Londrina*. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Risk and blame: essays in cultural theory*. Londres: Routledge, 1994.

110 DUBUC, Islaine Fernandes. *Características dos adolescentes atendidos no Pronto*

Socorro de um hospital público em Londrina. 2004. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Enfermagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FERRARI, Rosângela A. Pimenta; THOMSON, Zuleika; MELCHIOR, Regina. Atenção à saúde dos adolescentes: percepção dos médicos e enfermeiros das equipes da Saúde da Família. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22 (11): 2491-2495, nov., 2006.

FERRAZ, Elizabeth; FERREIRA, Inês Quental. Início da atividade sexual e características da população adolescente que engravida. In: VIEIRA, Elizabeth Meloni; FERNANDES, Maria Eugênia Lemos; BAILEZ, Patrícia; MCKAY, Arlene (Orgs.). *Seminário gravidez na adolescência*. Brasília, DF; São Paulo: Ministério da Saúde/Associação Saúde da Família/USAID, p.47-54, 1998.

FRANÇA JR. Ivan; PAIVA, Vera; LOPES, Fernanda; VENTURI, Gustavo. *Comportamento da população brasileira sexualmente ativa*. Pesquisa nacional MS/Ibope, Brasil. 2003. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/htm>> Acesso em: 20 dez. 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GAMA, Silvana Gramado Nogueira; SZWARCWALD, Célia Landmann; LEAL, Maria do Carmo. Experiência de gravidez na adolescência, fatores associados e resultados perinatais entre puérperas de baixa renda. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p. 153-161, jan./fev. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/html>>. Acesso em: 26 jan. 2006.

GUERCHMAN, Maria Lúcia. *Breve estudo da perspectiva do adolescente*. Monografia (Especialização) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 1998.

GUIMARÃES, Alzira Maria A. Nery; VIEIRA, Maria J.; PALMEIRA, José Arnaldo. Informações dos adolescentes sobre métodos anticoncepcionais. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v.11, n.3. maio/jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/html>>. Acesso em: 26 jan. 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, p.291-342, 1997.

HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

HUERTAS, Liliana La Rosa. *Reforma sanitária, promoción de la salud y programas de salud de l@s adolescentes em la Region: casos de Brasil, Costa Rica y República Dominicana*. Washington: OPS, 2001.

JEOLÁS, Leila Sollberger. *O jovem e o imaginário da aids: o bricoleur de suas práticas e representações*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.

JEOLÁS, Leila Sollberger; FERRARI, Rosângela Aparecida Pimenta. Oficinas de prevenção em um serviço de saúde para adolescentes: espaço de reflexão e de conhecimento compartilhado. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.611-620, 2003.

LEAL, Ondina Fachel; FACHEL, Jandyra M. G. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, Maria Luiza. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

LEBRÃO, Maria Lucia; MELLO JORGE, Maria Helena Prado; LAURENTI, Ruy. Morbidade hospitalar por lesões e envenenamentos. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.31, n.4, Supl. 1, p.26-37, 1997.

LE BRETON, David. *Passions du risque*. Paris: Métailié, 1991.

LEIJOTO, M. Crack alimenta violência em Londrina. *Jornal da ACIL*, Londrina, p.20-23, abr. 2005.

LONDRINA. Secretaria Municipal de Planejamento. *Síntese do perfil do município de Londrina 2003: baseado nos dados de 2002*. Londrina, 2003. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/perfil2003.htm>. Acesso em: 10 fev. 2006.

_____. Secretaria Municipal de Saúde. Diretoria de Assistência à Saúde. *Dados do SIAB-Londrina 2003*. Londrina, 2004. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/perfil2003.htm>. Acesso em: 10 fev. 2006.

_____. SINAN/Gerência de Informações em Saúde/AMS/PML, 2005 (mimeo).

MANN, Jonathan; TARANTOLA, Daniel J. M.; NETTER, Thomas W. (Orgs.). *A AIDS no mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MELLO JORGE, Maria Helena Prado; GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; LATORRE, Maria Rosário Oliveira. Análise dos dados de mortalidade. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.31, n.4, Supl. 1, p.5-25, 1997.

MELLO JORGE, Maria Helena Prado. À guisa de conclusão. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.31, n.4, Supl. 1, p.51-54, 1997.

MELLO JORGE, Maria Helena Prado; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson; LAURENTI, Ruy. *A saúde no Brasil: análise do período de 1996 a 1999*. Brasília: OPAS, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos (Orgs.). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MONTEIRO, Simone. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. *Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002a.

_____. Gênero, saúde e proteção entre jovens: um perfil tradicional. In: BARBOSA, Regina Maria; AQUINO, Estela Maria Leão; HEILBORN, Maria Luiza; BERQUÓ, Elza (Orgs.). *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas, SP: UNICAMP, p.23-48, 2002b.

OLIVEIRA, Regina Lúcia César. *Estudo sobre o conhecimento de doenças sexualmente transmissíveis e comportamento sexual de adolescentes do ensino médio de escolas públicas de Londrina, PR*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Saúde do Paraná. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br>> Acesso em: 3 jun. 2005.

PAIVA, Vera. Sexualidade e gênero num trabalho com adolescentes para prevenção do HIV/AIDS. In: PARKER, Richard; GALVÃO, Jane; BASTOS, Cristiana; PEDROSA, José Stalin (Orgs.). *A AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p.231-250, 1994.

_____. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e sujeito sexual. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p.213-234, 1996.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PAULILO, Maria Ângela Silveira; JEOLÁS, Leila Sollberger; URAHAMA, Cristiane K.; CAMPANERI, Maria Angélica; LIMA, M. L. Risco e vulnerabilidade: jovens e drogas. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 22, p.57-66, set. 2001.

PEIXOTO, Roberto Bassan. *Os jovens na interface da violência e das drogas: vítimas e atores*. Londrina: UEL/PROPPG, 2004. Relatório de Iniciação Científica.

PERFIL do sistema de saúde do estado do Paraná. *Cadernos de Saúde Pública do Estado do Paraná*, Curitiba, nov., 2002.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Adolescentes, saúde sexual, saúde reprodutiva: dossiê*. Belo Horizonte, 2004.

SALEM, Tânia. Homem...já viu né?: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SANTOS JR., José Domingues. Fatores etiológicos relacionados à gravidez na adolescência: vulnerabilidade à maternidade. In: SCHOR, Néia; MOTA, Maria Socorro F. Tabosa; BRANCO, Viviane Castelo (Orgs.). *Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, v.1, 1999.

SANTOS, Vera Lopes; SANTOS, Cledy Eliana. Adolescentes, jovens e aids no Brasil. In: SCHOR, Néia; MOTA, Maria Socorro F. Tabosa; BRANCO, Viviane Castelo (Orgs.). *Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, v.1, 1999.

SILVA, Wilson Aparecido et al. Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e Aids em jogadores juniores. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.36, Supl. 4, p. 68-75, 2002.

SOUZA, Ednilsa R. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.10, supl. 1, p.213-218, 1994.

SOUZA, Leila Regina Paiva (Coord.). *A espera de justiça: assassinato de crianças e adolescentes na grande Fortaleza*. Fortaleza: Expressão, 1999.

SZWARCWALD, Célia Landmann; BASTOS, Francisco Inácio; ESTEVES, Maria Angela Pires; ANDRADE, Carla L. Tavares. Comportamento de risco dos conscritos do exército brasileiro, 1998: uma apreciação da infecção pelo HIV segundo diferenciais sócio econômicos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, p. 113-128, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986.

VANCE, Carole. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.7-31, 1995.

VILLELA, Wilza. Prevenção do HIV/Aids, gênero e sexualidade: um desafio para os serviços de saúde. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard (Orgs.). *Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: Ed. 34, p.199-213, 1999.

WASELFSZ, Julio Jacobo. (Coord.). *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. São Paulo: Cortez, 1998.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ZALUAR, Alba. *Violência e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. (Org.). *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1994.



Resenhas

GUERCHMANN, Maria Lúcia Gonçalves. *Breve estudo da perspectiva do adolescente*. 1998. Monografia (Especialização em Adolescência) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

Resenha elaborada por Elias Barreiros

Os sujeitos deste estudo foram os adolescentes atendidos pelo Centro de Referência e Atendimento ao Adolescente de Londrina (CRAAL). Participaram da pesquisa 200 jovens, na faixa etária dos 13 aos 19 anos, dos quais, 78 eram meninos e 122, meninas. O método utilizado abrange tanto a pesquisa qualitativa como a quantitativa, em que os indicadores para a avaliação são retirados de um questionário com perguntas fechadas e abertas, respondidas de maneira voluntária e anônima pelos adolescentes. A partir daí, a autora busca revelar o retrato dos adolescentes londrinenses que utilizam o serviço citado.

A primeira parte do questionário traz o perfil dos jovens atendidos: 78 (39%) do sexo masculino e 122 (61%) do sexo feminino; a maior parte tinha entre 14 e 18 anos; as garotas procuravam o serviço mais cedo, por volta dos 13 anos até os 18, em comparação aos meninos, cuja idade variava entre 14 e 19 anos.

A maioria dos entrevistados (47,5%) pertence a famílias que ganham até 3 salários mínimos, e 93,47% deles eram residentes em Londrina na época da pesquisa. Em relação à frequência escolar, 2/3 (67,34%) dos jovens estavam freqüentando a escola: 59,84% do sexo feminino e 79,22% do sexo masculino. A grande maioria desses jovens estudava em instituições públicas.

Sobre a questão de moradia, 47,5% dos entrevistados disseram morar com os pais, 27% dos quais ficaram com a mãe por estarem os pais separados. Dos 23,5% que não moravam com os pais, o grupo feminino é maior (28,1%), em relação ao masculino (16,46%).

A segunda parte do questionário aborda os conhecimentos sobre saúde sexual e reprodutiva. Com relação à iniciação sexual, 69,50% dos entrevistados já tiveram relação sexual, dos quais 77,87% são garotas e 56,41%, garotos. No que se refere à idade de início da vida sexual, 32,35% dos meninos disseram ter tido sua primeira relação aos 13 anos, enquanto 27,7% das meninas tiveram sua relação aos 15 anos. A maior parte dos adolescentes (50%) iniciou sua vida sexual com seus namorados e namoradas, sendo a porcentagem bem maior entre as meninas (62,3%) do que entre os meninos (30,77%).

A maioria dos entrevistados (71,50%) afirmou nunca ter tido nenhuma Doença Sexualmente Transmissível (DST). Em relação à gravidez, 22,95% dos entrevistados não se previne para evitar a gravidez e a camisinha foi citada apenas por 21,59% dos adolescentes, enquanto 16,39% disse usar a pílula anticoncepcional. Dos jovens que responderam ao questionário, 78,69% disseram nunca ter provocado um aborto. As respostas sobre prevenção da gravidez chamam a atenção: quando os garotos foram perguntados sobre a maneira de evitar engravidar uma garota, 55,13% respondeu que ejacula fora; 5,13% usa preservativo; e 7,69% pede para a garota usar pílula. Sobre o risco de contrair aids, 50,50% acredita ter um

risco pequeno, 17,50% um médio risco e 27,00% considera um risco grande.

A terceira parte do questionário traz questões sobre o uso de drogas. A maconha é citada por 14,0% dos jovens como de uso eventual e por 8% como de uso freqüente. A cocaína é referida, entre o grupo feminino, por 4,92% das garotas que dizem fazer uso eventual da droga, enquanto entre os meninos o uso eventual é de 7,46% e o uso freqüente é de 2,99%. O álcool, entre as meninas, tem um uso eventual de 38,52% e freqüente de 9,02%. No grupo masculino, 39,74% faz uso eventual e 12,82%, uso freqüente. Em relação à idade em que os jovens começaram a usar drogas, 78,79% de meninas e meninos começaram entre os 14 e os 15 anos.

Pode-se observar também, na análise do material, que há diferenças de gênero na perspectiva dos adolescentes que participaram das oficinas do CRAAL: o homem leva vantagens em relação à mulher; para os homens há, segundo os jovens, uma maior liberdade para sair, pois são mais fortes para se defenderem, menos cobrados quanto ao exercício das tarefas domésticas; e têm mais liberdade para namorar e transar, além de não serem criticados, mas valorizados. Contrariamente, com as meninas, se adotarem o mesmo comportamento, correm o risco de serem chamadas de “fáceis” ou “galinhas”. A maior desvantagem de ser mulher, segundo os adolescentes, é o fato da mulher engravidar e ter que assumir o filho sozinha. Uma das vantagens, segundo os meninos principalmente, é a da mulher ser mais sentimental e afetiva, adjetivos desvalorizados quando associados aos homens.

Para concluir, a autora aponta alguns indicativos da vulnerabilidade em que se encontram os jovens participantes da pesquisa, principalmente quanto à gravidez não planejada, às DSTs/Aids e às drogas, uma vez que esses jovens estão pouco qualificados para o mercado de trabalho e parte deles encontra-se fora da escola.

JEOLÁS, Leila Sollberger. *Os jovens e o imaginário da aids: o bricoleur de suas práticas e representações*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Resenha elaborada por Elías Barreiros

Nesta tese, a autora discute o imaginário do risco da aids entre jovens da rede estadual de ensino e de um serviço público de saúde, sendo o risco aqui pensado como uma categoria sociocultural. Através de abordagem qualitativa de pesquisa, a autora analisou textos escritos pelos escolares da rede pública de ensino e os debates realizados através de grupos focais com os jovens do serviço de saúde. A autora conclui que os jovens se distanciam dos discursos da área da saúde e afins, que tentam abordar o risco representado pela aids de forma racional e objetiva.

A pesquisa foi realizada com dois grupos de jovens, na faixa etária de 14 a 25 anos. O primeiro grupo formado por estudantes de cinco escolas da rede estadual de ensino, que cursavam os últimos anos do primeiro grau e o segundo grau. As escolas foram escolhidas a partir de três fatores, na intenção de atingir o maior universo possível de alunos que freqüentam a escola pública: a localidade, abrangendo diferentes regiões da cidade; a presença do curso supletivo, pelo menos em algumas das escolas; e o funcionamento no horário noturno e diurno. O segundo grupo, constituído por uma população de 13 a 18 anos, freqüentava um serviço público de saúde e era formado por adolescentes de baixa renda, muitos encaminhados por entidades que trabalham com jovens de escolas profissionalizantes e casa-abrigo.

Na primeira parte da pesquisa, foram realizadas discussões sobre aids em salas de aula, abrangendo 18 turmas, num total de 593 alunos e, ao final do debate, iniciado pela exibição de um filme, era pedido aos participantes que escrevessem, sem se identificarem, a respeito do que pensavam e sentiam sobre o risco de se infectar com o HIV. Foram obtidos mais de 1.000 relatos dos jovens; além desse material, a autora registrou em caderno de campo, suas impressões e os acontecimentos ocorridos durante os debates e as conversas, em que os jovens expressavam dúvidas, medos, ou pediam orientações, o que possibilitou melhor compreensão de seus anseios, suas dúvidas, suas expectativas, no que se refere à sexualidade, e também suas representações em torno do risco da aids. Na segunda parte da pesquisa, a autora participou de trabalhos de prevenção e de pesquisa em um serviço público de atendimento aos adolescentes, com atividades e debates semanais em salas de espera, com oficinas de prevenção mensais e com a realização de 8 grupos focais, sendo 4 com meninas e 4 com meninos.

É importante ressaltar a relatividade do risco representado pela aids, para eles, se comparado a outros riscos aos quais se sentem expostos. Nas escolas, os jovens enumeraram o risco de outras doenças, bem como de assaltos, de homicídios, da perda dos pais, de acidentes, da invalidez, das drogas e das brigas, para os meninos, e estupro para as meninas; a aids aparecia em terceiro lugar. Nos grupos focais, ao se pedir exemplos concretos de riscos enfrentados por eles, nos últimos meses, a aids não aparecia espontaneamente nas discussões dos jovens. Suas respostas foram muito semelhantes a essas mencionadas acima e, mesmo quando era pedido para falarem sobre os riscos relacionados à sexualidade, era a gravidez apontada, em alguns casos, e não a aids.

120 A análise do material permite concluir que, embora o risco do HIV seja avaliado pelos jovens como mais próximo de si (um amigo, um vizinho,

um parente ou mesmo um parceiro), ele ainda é projetado no “outro”, representado, agora, pela figura do usuário de drogas, do “promíscuo”. O imaginário dos “grupos de risco” (homossexuais, travestis, prostitutas) e a moralização de comportamentos sexuais tidos como “pecaminosos”, tão persistentes no início da epidemia, faziam com que o risco fosse pensado como algo muito distante. Se houve um refluxo deste imaginário, ainda assim, os jovens projetam mecanismos de proteção que afastam o risco de eles próprios serem atingidos: “conhecer” o parceiro; “ter confiança”; “evitar pessoas desconhecidas”; usar a camisinha somente enquanto não “se conhece” o parceiro, entre outros. A idéia da dupla capa protetora ainda é atuante, ou seja, o indivíduo e o seu grupo sentem-se protegidos, pois o que é conhecido e familiar é entendido como sinônimo de segurança e proteção, já o desconhecido passa a representar o perigo.

O trabalho traz uma discussão sobre a noção de risco, mostrando que, se para a área da saúde, o conceito refere-se à probabilidade da ocorrência de um evento negativo, para os diferentes grupos sociais, ou para outras culturas, a idéia de risco (ou de perigo) expressa sempre significados diversos. Os perigos são pensados no domínio da cultura, são também vividos e controlados nas sociedades humanas, de diferentes formas e com vários sentidos. Por esta razão, a aids, como qualquer outra doença, mal ou infortúnio, foi moralizada e politizada, havendo, portanto, necessidade de que o risco representado por ela, seja pensado de forma inseparável dos simbolismos que representa. Os aspectos simbólicos da aids (medo do contágio – sangue, saliva, esperma -, medo da morte, medo do “outro”) transformam-se em elementos de vulnerabilidade para os jovens, pois influenciam sua percepção do risco representado pelo HIV. Ao voltar a tratar da noção do risco da aids, em uma perspectiva culturalista, a autora aponta para a ambivalência dos

significados que o risco adquiriu em nossa sociedade, de forma coletiva ou individual: ele é calculado, planejado e procurado, como no caso dos esportes radicais e rachas; pode ser imposto ou depende de vulnerabilidades sociais e individuais, como no caso das drogas, brigas de gangues e outras formas de violência urbana; ou ainda pode ser aceito e aprovado socialmente, como é o caso das competições esportivas.

O trabalho apresenta, ainda, dados referentes às diferenças de gênero, quando se trata de assunto relacionado à sexualidade, como é o caso da aids. Essas diferenças traduzem-se na forma como os jovens percebem o risco e como se expõem desigualmente à vulnerabilidade, em relação à epidemia. As meninas têm dificuldades maiores em “negociar” o uso da camisinha por receio de “magoar” o parceiro ou de o perder, por dar a impressão de “desconfiar”. A construção social dos papéis sexuais, em nossa sociedade, cria uma expectativa de passividade das mulheres em relação à sexualidade, o que caracteriza uma relação desigual de poder entre homens e mulheres e determina valores, como o da virgindade, da virilidade, da fidelidade, entre outros, traduzindo-se em diferentes exposições ao risco do HIV ou a diferentes formas de vulnerabilidade para os jovens.

Por fim, o trabalho mostra como o discurso racional da prevenção se contrapõe à impossibilidade de controle, presente nas falas dos jovens, quando o assunto é desejo, amor, paixão e drogas. A camisinha aparece, então, como um intruso, um terceiro que interfere no encantamento do amor e da paixão. O uso da camisinha é abandonado tão logo a relação fica mais estável e os parceiros se conhecem melhor.

OLIVEIRA, Regina Lúcia César de. *Estudo sobre o conhecimento de doenças sexualmente transmissíveis e comportamento sexual de adolescentes do ensino médio de escolas públicas de Londrina, PR*. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Elias Barreiros

A dissertação de mestrado tem como objetivo investigar o conhecimento acerca das DSTs/Aids e o comportamento sexual entre jovens de 15 a 19 anos, do ensino médio de escolas públicas da região urbana de Londrina. Como objetivo específico, a autora aponta a correlação dos conhecimentos sobre DST/Aids com o turno escolar, freqüentado pelos jovens, e com o sexo dos participantes da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em 13 escolas da área urbana da cidade, incluindo todas as regiões (Norte, Sul, Leste, Oeste e Central), escolhidas de forma aleatória simples, desde que contassem com o ensino médio nos dois turnos (noturno e diurno). Com exceção de três escolas, em que os questionários foram aplicados somente no período noturno, todas tiveram as respostas de alunos de três salas de cada período e abrangência das três séries. A pesquisa teve como subsídio um estudo exploratório, realizado no Centro de Referência de Atendimento ao Adolescente de Londrina - CRAAL, a partir de quatro grupos focais, compostos de meninos e meninas com idade de 15 a 19 anos, que freqüentam escolas públicas da cidade. Tal estudo serviu para a elaboração do questionário a ser respondido pelos adolescentes.

Os resultados referentes ao conhecimento sobre DST/Aids demonstram que a aids foi a doença sexualmente transmissível (DST) mais citada (97%). As outras mais assinaladas foram a herpes, a gonorréia e a sífilis, identificadas por mais de 50% dos jovens. A autora alerta para dificuldade de reconhecer a hepatite B como uma DST, tendo sido citada por apenas 25% dos jovens, a maioria do período noturno, portanto, de maneira geral, com mais idade.

Em relação à identificação dos sinais e dos sintomas das DSTs, 50% dos adolescentes, a maioria do sexo feminino, referiu-se a sintomas como úlceras genitais, mau odor e dores.

A forma mais citada de transmissão das DSTs/Aids foi o ato sexual sem preservativo (99%), vindo em seguida a transfusão de sangue e as drogas de uso injetável. A gravidez foi referida como forma de transmissão de algumas DSTs por mais de 80% dos estudantes, a maioria do sexo feminino. A porcentagem daqueles que ainda assinalam as picadas de inseto, os copos, os talheres, os banheiros e as piscinas como modos de transmissão varia de 11% a 12%.

A autora relata que, de modo geral, os estudantes demonstraram um bom conhecimento sobre as formas de transmissão de DST/Aids e sobre a melhor maneira de preveni-la. A forma de prevenção às DSTs/Aids mais citada foi o uso do preservativo, citado por 97,7% das meninas e 96,5% dos meninos. Esta forma foi seguida pelo não compartilhamento de seringas, mencionado por 79,8% das meninas e 79,7% dos meninos.

A maior fonte de informações dos jovens, acerca das DSTs/Aids, são as revistas e os jornais, referidos por 79,7% das garotas e 67,7% dos garotos. A autora acentua o baixo número de referências aos profissionais de saúde, citados por 39,3% das meninas e 51,1% dos meninos. Em relação às pessoas com quem os adolescentes conversam sobre o assunto, a maioria diz conversar mais com os amigos, sendo

essa resposta dada por 77,2% das meninas e 65,4% dos rapazes. Um número elevado de meninos afirma não conversar com ninguém sobre o assunto (20,3%), em comparação com o de meninas (6,8%).

Do total de 1.642 adolescentes que responderam ao questionário, 746 (45,4%) iniciaram a vida sexual, dos quais 55,1% são do sexo masculino. Os meninos também iniciaram a atividade sexual mais cedo (14,2 anos) que as meninas (15,1 anos). No que diz respeito ao uso do preservativo nas relações sexuais, 55,8% das garotas e 39,3% dos meninos disseram fazer uso esporádico dele ou nunca o usarem. O uso contínuo do preservativo foi referido por 60,7% dos garotos e 44,2% das garotas. Sobre a última relação sexual, observou-se que 71,9% dos meninos e 56,7% das meninas fizeram o uso do preservativo. Um pequeno número de estudantes - 2,3% das alunas e 1,3% dos alunos - disse já ter contraído alguma DST e 3,5% não soube informar.

O trabalho objetivou fornecer subsídios para as ações e programas de prevenção às DSTs/Aids entre essa população, assim como contribuir para a assistência primária, evitando agravos na saúde e na qualidade de vida dos adolescentes.

A análise mostra que é predominante a idéia da reprodução pertencer ao universo feminino, bem como ser associada aos homens a idéia de força, o que lhes dá mais segurança em relação às doenças, inclusive às DSTs/Aids. Nesse sentido, a camisinha é considerada um elemento que pode influir negativamente na potência e na sensibilidade, durante a relação sexual. Conclui-se que esses jovens estão vulneráveis às DSTs/Aids e não participam dos cuidados para prevenir uma possível gravidez de suas parceiras ou não se sentem responsáveis por isso. Em seu cotidiano, o termo cuidado está mais relacionado às várias formas de violência urbana (acidentes, homicídios), pois eles consideram que têm pouco risco de contrair o HIV e a aids, pensada como doença do "outro".

Ainda se faz presente a idéia de grupo de risco e um constante afastamento com relação à homossexualidade, sempre relacionada, para eles, à promiscuidade e à “falta de caráter”. Pode-se constatar, desse modo, uma gama de fatores que tornam os meninos de classes populares urbanas vulneráveis, no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, sem que eles se percebam em risco.

BARREIROS, Elias. *Meninos não choram: gênero e saúde entre jovens de classes populares urbanas*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Roberto Bassan Peixoto

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a construção social das masculinidades entre jovens de classes populares urbanas da cidade de Londrina. A pesquisa tem abordagem qualitativa, com ênfase nos registros do caderno de campo elaborado durante o trabalho de prevenção, desenvolvido com metodologia participativa e dinâmicas em grupo, com temas relacionados à sexualidade, ao cuidado, à paternidade, à prevenção de DSTs/Aids e à violência.

As oficinas de prevenção foram feitas no âmbito de três projetos: um projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL), vinculado a um serviço público de saúde direcionado a jovens (1999-2002); um projeto desenvolvido em uma organização não-governamental (Ong/Aids) de Londrina, através de oficinas de prevenção realizadas em várias regiões da cidade (2001-2002); e um projeto desenvolvido em uma instituição técnico-profissionalizante que trabalhava com cerca de 270 rapazes, de 12 a 18 anos de idade, residentes em várias regiões da cidade (2003).

Os dados para a pesquisa foram levantados através de diário de campo e de dois instrumentos de avaliação: um questionário sobre conhecimentos, práticas e valores acerca da sexualidade e um roteiro de questões abertas respondido após cada oficina, com o objetivo de analisar as oficinas e os trabalhos desenvolvidos.

O objetivo do trabalho foi apreender como esses jovens representam e dão significado a um modo de ser homem, partindo de questões em torno da sexualidade e da saúde reprodutiva. As falas dos jovens apontam para a reprodução de valores em torno da virilidade e do ideal do homem ativo. Tais questões têm sido naturalizadas pelos meninos, à medida que vão consolidando o seu processo de socialização, no qual a busca pelo prazer sexual faria parte da natureza do homem, seria como algo impossível de ser controlado. Os papéis sociais de homem/masculino e mulher/feminino são reforçados e à mulher cabe, freqüentemente, o cuidado da casa e dos filhos, enquanto ao homem cabe o papel do provedor.

Sugestões de leitura

- ANDRADE, Selma Maffei. *Acidentes de transporte terrestre em Londrina - Paraná: análise das vítimas, dos acidentes e das informações*. 1998. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade Estadual de São Paulo.
- CONTATO, Michelle Cristine. *A paternidade na adolescência*. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.
- DESSUNTI, Elma Mathias. *Fatores psicossociais e comportamentais associados ao risco de DST/Aids entre estudantes da área de saúde da Universidade Estadual de Londrina*. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade Estadual de São Paulo.
- JEOLÁS, Leila Sollberger; FERRARI, Rosângela Aparecida Pimenta. Oficinas de prevenção em um serviço de saúde para adolescentes: espaço de reflexão e conhecimento compartilhado. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.611-620, 2003.
- PEIXOTO, Roberto Bassan. *Os jovens na interface da violência e das drogas: vítimas ou atores? Relatório Final de Iniciação Científica*. Bolsa PROIC/CNPq/UEL, 2004.



**políticas
sociais
públicas**

capítulo 3



juventudes e políticas sociais públicas

■ Maria Angela Silveira Paulilo

Introdução

O texto tem por finalidade apresentar alguns aspectos das políticas públicas direcionadas à juventude brasileira. Concebe a juventude como construção histórica que varia de sociedade para sociedade ao longo do tempo. Traz a discussão sobre as políticas públicas a ela destinadas e, mais especificamente, sobre a política social direcionada a crianças e a adolescentes, proposta pelo município de Londrina. As conclusões apontam para o fato de que as políticas de juventude somente assim tornar-se-ão tais, se tiverem, como eixo unificador, a luta pelos direitos humanos e pela democracia.

Juventudes

Falar sobre juventude implica explicitar, como ponto de partida, a compreensão de seu conceito. Compreendemos juventude como uma categoria sócio-histórica, apoiadas pelos estudos de Ariès (1981) sobre a infância e a juventude, ou seja, como construções que variam de sociedade para sociedade e ao longo do tempo. O autor desmistificou o fundamento “natural” da infância e da juventude, baseado no critério biológico definidor das faixas etárias, retrazendo o processo histórico de

formação da juventude nas sociedades ocidentais, desde o período de não-existência de preocupações especiais com a criança – século XII – até a formação desta categoria social – século XVII – quando a criança passa a exercer papel diferenciado dentro da família e a inspirar a política educacional. O surgimento desta categoria é reforçado pelas instituições, como a escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho industrial e a ciência (GROPPO, 2000). O que quer dizer que, por um lado, as instituições modernas tiveram um peso na institucionalização do curso da vida e, por outro lado, a modernidade foi também construída sobre o reconhecimento, a criação e a recriação das faixas etárias.

Podemos, desta forma, observar que a definição dos parâmetros etários que marcam a juventude, nas sociedades ocidentais atuais, não é tarefa das mais fáceis e há muita variação nesse aspecto. Segundo Sallas (1999, p.23), de acordo com a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a adolescência abrangeria a fase dos 10 aos 14 anos, definida como pré-adolescência, e a fase dos 15 aos 19 anos, a adolescência propriamente dita. Sendo a adolescência um período de grandes transformações biológicas, durante o qual se estrutura a personalidade, é mais fácil definir seus limites etários. Entretanto, de acordo com Waiselfisz, (1998, p.17) quando se trata da juventude, definida como uma categoria sociológica, que indica o processo em que os indivíduos se preparam para assumir o papel de adultos na sociedade, seus limites etários são mais difíceis de ser definidos, pois são dependentes de fatores sociais. Este autor recomenda que se trabalhe com a faixa etária de 15 a 24 anos, incluindo, portanto, a adolescência, já que é nesse período que se acentua o processo de preparação dos indivíduos para o mundo adulto.

Falar sobre juventude implica ainda considerar que a condição juvenil

fase de suas vidas de maneiras diversas, partem de marcos distintos, seguem diferentes trajetórias e tomam rumos variados. Em um país como o Brasil, de diferenças e desigualdades tão evidentes, a tentativa de identificar “a” juventude brasileira torna-se exercício de inócua abstração. São inúmeros os recortes que interferem nas trajetórias dos jovens - classe, raça, gênero, etnia, região - e estes recortes os tornam mais incluídos ou menos excluídos, fazem suas possibilidades de acesso mais próximas ou mais distantes, suas perdas mais leves ou mais profundas. Falar, portanto, de juventude implica considerar, nas palavras de Novaes (2003), o “mosaico de inclusão e exclusão” que conforma a sociedade e, por conseguinte, a juventude brasileira.

De acordo com Abad (2003), os jovens têm passado por um processo de “desinstitucionalização” decorrente da crise das instituições, usualmente destinadas a transmitir uma cultura hegemônica, e suas raízes estariam associadas a alguns fatores. De forma resumida, seriam eles: a multiplicação de novas formas de famílias; o esgotamento do modelo educacional como possibilidade de mobilidade ou ascensão social; a emergência de novos atores sociais, entre os quais, os jovens que pressionam por reformas, contratos e políticas sociais que reconheçam a especificidade da condição juvenil; a dissolução das identidades, ligadas à idéia de nação ou de território; a relativização do tempo da infância, assim como do tempo da adolescência, pelo quase desaparecimento do primeiro e pela precocidade do segundo que pode, hoje, prolongar-se por quase um terço de vida; a mudança do trânsito linear pelo circuito família-escola-emprego para itinerários indeterminados e descontínuos; e o surgimento de novas formas de “aldeia global”, entre as quais sobressaem os meios de comunicação. Esta nova condição juvenil apresenta, segundo o autor, como características: forte autonomia individual, urgência em multiplicar experiências vitais, rápida maturidade

mental e física e emancipação mais precoce nos aspectos emocionais e afetivos, assim como a prática, igualmente prematura, da sexualidade.

Rua (1998) compara as gerações dos anos 1960 e a dos anos 1990 e estabelece uma diferenciação entre elas. A primeira, diz a autora, apresentava-se mobilizada por grandes utopias: socialismo, pacifismo, liberdade, igualdade, disposição para a ação coletiva, organização para que suas demandas fossem incluídas ou suas ameaças afastadas. A segunda mostra-se carente de utopias, de organizações coletivas e de recursos de poder. Ainda na avaliação de Rua, na esfera política, são poucos elementos para análise, embora se mostrem os jovens de hoje mais bem informados. Parecem menos preconceituosos e mais abertos a novos saberes. Dizem pouco, no entanto, no que concerne às grandes questões do país. Cabe a dúvida se as características na esfera política seriam peculiares à juventude ou típicas de uma época, ou seja, se provenientes de aspectos históricos ou de componentes geracionais. Algumas diferenças podem ser percebidas entre as gerações: os jovens manifestam maior sensibilidade às questões ambientais e disposição para mudança de comportamento nessa área. Por outro lado, quando se trata de filiação religiosa, duas parecem ser as opções tomadas: uma de ruptura com qualquer religião; outra, de adesão a uma espiritualidade individualista eivada de componentes mágicos, como a dos pentecostais, kardecistas e carismáticos. A autora enfatiza a distinção, hoje, entre duas juventudes: uma, com terceiro grau escolar e outra, com 10,2% de analfabetos, ao lado de outros fatores como renda, capacidade de acesso a emprego. Seus traços de uniformidade emergem na pressão para criação de novos postos de trabalho, na vulnerabilidade a comportamentos de risco, na morte por causas externas, nas formas diversas de morbidade devido à maternidade precoce, no uso de drogas, nos acidentes de trânsito, na violência física e na aids.

De acordo com Novaes (2003, p.139), “falar em juventude é sempre falar de riscos, transgressões, aventuras, necessidade de adrenalina, violência etc.” A diferença para a geração de hoje encontra-se no paradoxo entre o tempo aumentado de ser jovem, se comparado ao das gerações anteriores e ao sentimento de vulnerabilidade diante da morte, materializado no “imaginário da bala perdida” que cerceia a vida de todos, tanto do jovem rico como do pobre.

Rua (1998) aponta para a inexistência de um padrão consistente de manifestações juvenis e uma das razões pode ser encontrada na ausência de canais novos de participação que absorvam a disposição dos jovens para atuar socialmente. Ressalta que, no Brasil, a constituição de uma identidade jovem parece pouco provável, dada à diversidade de clivagens que distinguem a juventude brasileira: raça, etnia, situação socioeconômica associada à ausência de instituições voltadas para este segmento e para esta finalidade. Conclui que o fato de ser jovem, por si só, não constitui uma base de identidade social; o jovem mobiliza-se a partir de instituições preexistentes. Sem elas, os jovens tendem a continuar a ser objeto de políticas, sem capacidade de influir ou decidir sobre elas.

Uma vez definidas as dificuldades de trabalhar com o tema e traçado um esboço, ainda que impreciso, sobre o que pode ser denominada condição juvenil, trazemos para o debate aspectos das políticas públicas direcionadas à(s) juventude(s), segmento expressivo e diverso, constituído por atores plurais imersos em contextos igualmente plurais.

Políticas de Juventude

Da mesma forma que consideramos necessário explicitar o conceito sobre juventude, também o fazemos no que diz respeito ao entendimento do que sejam políticas públicas. Adotamos o conceito de Rua (1998), que assim as define:

[...] proponho o entendimento das políticas públicas como conjuntos de decisões e ações destinados à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem atividade política, compreendida esta, como conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos (RUA, 1998, p. 731).

Bango (2003), em breve retrospecto histórico, considera os anos 1950 a etapa inicial de esforços, por parte dos estados nacionais, direcionados à população jovem, na América Latina. Cita o investimento em educação como uma das principais respostas dos estados à necessidade de incorporação de crianças, adolescentes e jovens nos ensinos primário e médio, dentro do modelo então vigente de modernização por meio do sistema educativo. Os anos 1960 e 1970 apresentaram, como principal enfoque das políticas, o controle social exercido de forma autoritária pelas ditaduras então instaladas, em resposta às diversas manifestações populares, entre as quais, a intensa mobilização estudantil do período. Os anos 1980 trouxeram o prenúncio da transição democrática, que coincidiu com o início da recessão econômica e a extensão da pobreza por todo o continente. As políticas sociais, implementadas no período, apresentavam, portanto, forte caráter compensatório, tanto para conter a insatisfação popular, como para sustentar estratégias decorrentes do processo de ajuste estrutural já em curso. O ano de 1985 foi designado, pela ONU, como o Ano Internacional da Juventude, com a finalidade de aumentar a visibilidade dos jovens na agenda pública dos estados latino-americanos. A década de 1990 marcaria, na América Latina, a generalização de políticas juvenis voltadas à incorporação dos jovens excluídos do mercado de trabalho e, em consequência, surgiram diversos programas associados à capacitação para o trabalho, promovidos por organismos internacionais. No caso brasileiro, o autor acredita que, em face da

vislumbra-se um oportuno momento para que as políticas relacionadas à juventude ocupem – ainda que tardiamente - lugar de destaque na prioridade proposta pelo novo governo, no que se refere à efetiva implementação das políticas sociais. O autor formula um questionamento sobre os impactos gerados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que parte da população à qual ele se refere são os adolescentes e os jovens.

Sposito (2003) considera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fruto da Política Nacional de Promoção, Atendimento e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, positivado em 1990, um dos exemplos históricos mais importantes de uma política pública, sustentada por uma concepção plena de direitos. A partir desta década, continua a autora, começou a emergir, no conjunto das ações desenvolvidas pelo Executivo Federal, o reconhecimento de problemas que, de maneira visível, afetam os jovens: saúde, violência e desemprego. No final da década, a exacerbação dos processos de exclusão e o aumento do desemprego, como um de seus fatores, provocaram um novo tipo de ação, os programas de inclusão direcionados para segmentos específicos de jovens considerados em “risco social”.

Cabe esclarecer que, no Brasil, até a Constituição Federal de 1988, as questões relacionadas à infância e à adolescência pertenciam ao âmbito do Ministério da Justiça. Até então, a lei vigente, o Código de Menores, estava voltada apenas para o segmento de crianças e de adolescentes considerados “em situação irregular”, tratando-os de forma diferente do conjunto da população infanto-juvenil. Com o ECA, os cuidados relacionados a crianças e a adolescentes, em situação de risco social ou em conflito com a lei, passaram a ser atribuição dos diferentes estados da Federação. Prevalcia ainda, até 1988, a concepção de infância e adolescência como seres destituídos de direitos, passíveis, portanto, de

tutela. As mudanças legais aboliram o conceito ultrapassado de “assistencialismo”, que percebia as pessoas (crianças, adolescentes e famílias), em condições de miserabilidade, como pessoas “carentes”. A concepção instituída pelo ECA compreende crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento, sujeitos portadores de direitos, o que confere um novo paradigma de atendimento às necessidades da população infanto-juvenil. Esta mudança, entretanto, não foi e não tem sido simples, uma vez que envolve diferentes atores como as próprias crianças e adolescentes, pais, gestores das políticas públicas, sociedade em geral, dirigentes de serviços, técnicos e funcionários.

A Constituição de 1988 proporcionou ainda a criação de Conselhos de Direitos em diversas áreas sociais, entre os quais, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA -, um espaço, assim como os demais, de exercício político da participação e do controle social. Este Conselho apresenta, assim como os outros conselhos, conflitos, lutas internas, tensões e dificuldades. Sales (2004) diz da ambigüidade existente na política relativa aos direitos de crianças e adolescentes, no que se refere ao fato da assistência social, no Brasil, ter sido marcada mais pela atuação da esfera privada que pelas ações do Estado, e à vinculação religiosa de muitas das organizações que atuam nessa área. Ressalta que as esferas governamentais continuam a insistir na postura conservadora e autoritária de exercício do poder, refletida no descaso e na falta de reconhecimento das instâncias de participação popular, como interlocutores legítimos no âmbito das decisões políticas. Em que pese os obstáculos, a autora considera que a questão social da infância e da juventude tem conquistado notável visibilidade, distanciando-se, cada vez mais, do espaço tangencial tradicionalmente a ela dedicado pelas políticas públicas.

Ainda de acordo com Sales (2004), ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente são atribuídas inúmeras ações de impacto: a

implantação dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares em quase todo o país; a implementação do SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência -, em todos os municípios brasileiros; a organização e realização periódica de Encontros Nacionais de Articulação com os Conselhos Estaduais; a realização de assembleias descentralizadas em diversos estados; a reafirmação do ECA por meio da articulação e mobilização nacional contra a redução da idade penal, entre outras de igual importância. Os princípios de descentralização e municipalização do atendimento, preconizados pela Constituição Federal, fazem com que os serviços que operacionalizam as políticas sociais básicas aconteçam, prioritariamente, no município. É, portanto, no âmbito do município que devem estar centralizados os esforços para essa difícil integração, uma vez que esses serviços são organizados setorialmente.

Assim como muitos municípios brasileiros, o município de Londrina, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovou, em 1991, a lei municipal que criou o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar. Dessa forma, em 1992, foram constituídos ambos os Conselhos, cuja atuação tem procurado romper com a exploração da criança e do adolescente, entendendo-os como sujeitos de sua história, inseridos num contexto familiar, comunitário e social, com direitos fundamentais que precisam ser garantidos para o seu desenvolvimento integral. São três as diretrizes que orientam a organização e a operacionalização dos serviços direcionados a crianças e adolescentes, no município.

A primeira é a de que os serviços oferecidos, quer pelo poder público, quer pela sociedade civil organizada, obedeçam a critérios de organização regional; não mais aos critérios da esfera federal ou estadual, mas aos do município ou, nos casos de grandes centros, aos da microrregião.

A segunda diz respeito à questão da setorialidade desses serviços.

Eles devem transcender suas áreas específicas (saúde, educação, assistência social, cultura, entre outras) e buscar uma intersetorialidade com vistas ao atendimento da população que habita a região.

Em terceiro lugar, tem-se o controle e a participação da comunidade, prevista no ECA, por meio dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares. Assim organizados, o poder público e a sociedade civil, juntos, podem decidir, formular políticas e exercer o controle sobre a sua execução e os seus resultados.

A articulação entre os serviços, baseada nessa concepção de rede, foi apontada como necessidade premente pelos participantes da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorrida em maio de 2001, em nosso município. Na ocasião, todos os grupos de discussão apontaram para a necessidade de priorizar: a) a ampliação do acesso à rede de serviços, aumentando a oferta, potencializando equipamentos sociais nos bairros e articulando as políticas públicas; b) a oferta de serviços, pautada na integração com a família e com a comunidade e na abordagem integralizada de todos os serviços sociais.

O esforço coletivo, realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pela rede de serviços da área, permitiu construir a proposta de uma política articulada, de forma a garantir a qualidade no atendimento à população infanto-juvenil.

As diretrizes e padrões de qualidade apresentam-se agrupados em três segmentos, de acordo com suas especificidades: apoio socioeducativo, educação profissional e serviços especializados. Seguem-se os programas de atendimento, conceitos relativos às suas áreas de atividades e breve descrição da rede de serviços, na área de criança e adolescente no município de Londrina (LONDRINA, SAS/CMDCA, 2003).

Programas e Serviços Municipais¹

Programa de apoio socioeducativo

Conceito: os atendimentos em regime de apoio socioeducativo compreendem um conjunto de ações diferenciadas, que visam proporcionar a crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, em situação de vulnerabilidade pessoal ou social, o atendimento, em horário integral ou parcial, de acordo com a necessidade da criança ou adolescente, promovendo uma educação para a cidadania e participação comunitária, possibilitando, assim, o seu desenvolvimento integral, através de diversas atividades culturais e artísticas, físicas, lúdicas, de saúde e de participação comunitária.

Programa de educação profissional

Conceito: educação profissional é um processo educativo que objetiva propiciar a iniciação profissional com vistas ao desenvolvimento da autonomia dos adolescentes atendidos. Visa à aquisição de hábitos e de atitudes de trabalho e deve assegurar o desenvolvimento de competências e habilidades básicas, específicas e de gestão.

A educação profissional é susceptível de uma abordagem em etapas; é, portanto, desenvolvida por meio de programas específicos para cada fase do processo, tais como:

- a) programas de pré-profissionalização: abarca um repertório de atividades com prioridade para o desenvolvimento das habilidades básicas e complementares que busquem o desenvolvimento integral do adolescente;
- b) programas de qualificação profissional: compreende o processo de treinamento e habilitação para a atividade profissional; os cursos devem

1. A rede de proteção direcionada à população infanto-juvenil, em Londrina, é apresentada anexa a este texto.

possuir programa de formação com conteúdo e carga horária de cada disciplina especificados e oferecer certificação;

c) programas de colocação e acompanhamento ao trabalho: embora exista a possibilidade de inserção do adolescente no mercado de trabalho de maneira livre a partir dos 16 anos de idade, cabendo aos programas de educação profissional apenas orientar sobre os direitos trabalhistas e processos de seleção, não se exclui a possibilidade de programas de colocação e de acompanhamento nos casos de trabalho protegido, trabalho autônomo e de aprendiz.

Serviços especializados

Os serviços especializados consistem em um conjunto diversificado de programas que desenvolvem ações referentes às medidas de proteção terciárias. Compreendem os programas de: Abrigo; Execução de Medidas Socioeducativas; Atendimento a Usuários de Substâncias Psicoativas; Atendimento a Vítimas de Maus-Tratos, Abuso, Negligência e Violência Sexual; Atenção Psicológica e Psiquiátrica; Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social e Pessoal. Tais serviços voltam-se, portanto, para o atendimento integral de crianças e adolescentes, cujos direitos de cidadania foram ameaçados ou violados e buscam retomar sua condição ideal de desenvolvimento.

O município de Londrina conta, para a operacionalização destes programas e serviços, com várias entidades governamentais, não-governamentais e parceiras, sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social do município. São dezesseis, para o Programa de Apoio Socioeducativo; seis, para o Programa de Educação Profissional; e onze, para os serviços especializados. Conta ainda com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, três agências do Conselho Tutelar, o Ministério Público e o Juizado da Infância e Juventude.

do estabelecimento de linguagens comuns e práticas coerentes, alcançar uma unidade, na diversidade, e um salto de qualidade, no cotidiano do atendimento de milhares de crianças e adolescentes, em nosso município, sob o paradigma da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente.

Síntese conclusiva

Das considerações acima podem ser depreendidas duas conclusões.

A primeira é que, sem dúvida alguma, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu um modelo de políticas públicas para a infância e a juventude, cujas ações devem materializar-se por meio de uma Rede de Proteção Integral. As alterações legais e institucionais por ele determinadas, como a criação dos conselhos tutelares, as conferências estaduais e nacionais e a posterior vinculação administrativa do CONANDA à Secretaria dos Direitos Humanos, ao invés de ao Ministério da Justiça, foram alterações significativas de uma política que se quer consistente e coerente com os princípios que a regem.

A segunda conclusão é que há, no âmbito das políticas públicas, um longo caminho a percorrer, porque o Brasil é um país de traços ainda pouco democráticos, no que se refere à gestão pública, e apresenta um conjunto de políticas públicas nacionais, até o presente, eivado de visíveis componentes clientelistas e assistencialistas.

Sabemos que falar em políticas para a juventude implica falar em políticas de inclusão social. Sabemos ainda da necessidade da retomada sustentada do desenvolvimento econômico com a necessária construção de um sistema único de gestão, assim como de um sistema único de inclusão social, capazes de operar de forma descentralizada e assegurar a todos - crianças, jovens e adultos - a almejada proteção social de caráter universal.

Nesse longo caminho, cabe destacar a proposta de Pontual (2003), relativa à reversão do quadro de forte exclusão social, ainda prevalente na sociedade brasileira. Segundo o autor, há necessidade de agregar

quatro elementos essenciais a uma política que se quer pública: a dimensão da inclusão; a universalidade de acesso; a participação dos atores diretamente nela interessados; e o exercício efetivo da cidadania. Considera as demandas da juventude parte do conjunto de demandas da sociedade e identifica seis tipos de desafios, cujos conteúdos contemplam mais especificamente o segmento juvenil, embora não de forma exclusiva: a criação de canais de organização, de participação e de representação que não se tornem corporativos; o reconhecimento da diversidade na própria juventude; a constituição de uma abordagem matricial e, ao mesmo tempo, transversal da temática da juventude às demais políticas públicas; a ampliação e a multiplicidade de modalidades na construção dos espaços de participação; e o uso de diferentes formas de linguagem e de expressão.

Igualmente, à guisa de proposta, poderíamos finalizar esta breve discussão sobre juventudes e políticas sociais públicas com a citação de Sposito:

Se assumirmos que a condição juvenil recobre uma pluralidade de situações e de sujeitos que vivem a fase de vida percorrendo trajetórias diferentes, reconheceremos que as políticas de juventude percorrerão necessariamente caminhos diversificados. Poderão ser de inclusão, afirmativas de identidades ou formas de expressão voltadas para o presente, ou de integração na vida adulta, mas o que as unifica deve ser a sua inserção no campo de luta pelos direitos e de construção da democracia (SPOSITO, 2003, p.73).

Bibliografia

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BANGO, Julio. Política de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

GROPPO, Luiz Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. *Reordenamento Institucional*. Londrina: Secretaria da Ação Social/Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2003.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. Relatório Anual. Londrina, 2004.

NOVAES, Regina. Juventude, Exclusão e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

PONTUAL, Pedro. Juventude e poder público: diálogo e participação. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

RUA, Maria das Graças. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CNPD). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. 2. ed. Brasília, 1998, v.2.

SALES, Mione Apolinário. Política e direitos de crianças e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Orgs.) *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

SALLAS, Ana Luisa Fayet et al. (Coord.). *Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania*. Brasília: UNESCO, 1999.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência: os jovens no Brasil, juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

Rede de proteção direcionada à população infanto-juvenil em Londrina

1. Criança e adolescente - apoio sócioeducativo

1.1 - Movimento Evangélico Pró-Vida - MEPROVI PEQUENINOS

1.2 - Associação Pró-Criança – Centro de Educação Infantil Jurema Neves Canziani

1.3 - Centro de Educação Infantil Boa Esperança

1.4 - Centro de Promoção ao Menor Nossa Senhora das Graças - Centro de Educação Infantil Níssia Rocha Cabral

1.5 - Associação Beneficente Amigos da Criança da Vila OK – ABAC

1.6 - Centro Profissionalizante Ágape Smith - CEPAS

1.7 - A.P.M.I. Guarda Mirim de Londrina

1.8 - Instituto Leonardo Murialdo – EPESMEL - Escola Profissional e Social do Menor de Londrina

1.9 - Comunhão Espírita Cristã de Londrina - Escola Oficina Pestalozzi

1.10 - Comando Polícia Militar do Paraná – 5º Batalhão de Polícia Militar – Programa Cidadão Mirim

1.11 - Associação Cristã Evangelizadora Beneficente – ACEB

1.12 - Casa do Caminho

1.13 - Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC/Centro Social Marista

Irmão Acácio – CESOMAR Londrina

1.14 - PROVOPAR – LD – Programa do Voluntariado Paranaense

1.15 - VIVA A VIDA: Sede; AABB; CSU; Fraternidade; Jardim do Sol, João Turquino; Marabá; Mr. Thomas; Novo Amparo; São Jorge; Semírames; União da Vitória III; Guaravera; Lerroville; Paiquerê

1.16 - Projetos da SMAS: oficinas pedagógicas: POP; Sinal Verde; Sentinela/ Nuselon

2. Adolescentes/educação profissional

2.1 - Centro Profissionalizante Ágape Smith - CEPAS

2.2 - A.P.M.I. Guarda Mirim de Londrina.

2.3 - Instituto Leonardo Murialdo – EPESMEL – Escola Profissional e Social do Menor de Londrina

2.4 - Comunhão Espírita Cristã de Londrina – Escola Oficina Pestalozzi

2.5 - Núcleo Espírita Irmã Scheilla

3. Criança/adolescente - serviços especializados

3.1 - Projeto Sentinela – NUSELON – Núcleo Social e Evangélico de Londrina

3.2 - Instituto Leonardo Murialdo – EPESMEL – Escola Profissional e Social do Menor de Londrina/Projeto Murialdo – Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade

3.3 – SMAS – Projeto Sinal Verde – Parceria com Instituto Leonardo Murialdo – EPESMEL – Escola Profissional e Social do Menor de Londrina

4. Criança e adolescente - abrigos

4.1 - Lar Anália Franco

4.2 - Núcleo Social e Evangélico de Londrina – NUSELON

152 4.3 - Comunidade Evangélica da Libertação – CEL

4.4 - Casa de Maria - Centro de Apoio a Dependentes e Casa Lar Arte de Viver

4.5 - SMAS – Projeto Casa Abrigo/ Parceria com Instituto Leonardo Murialdo – EPESMEL

5. Criança e adolescente - serviços de apoio e fiscalização

5.1 - CAPS Infantil – Centro de Atenção Psicossocial

5.2 - CIAADI – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente/SAS – Serviço de Atendimento Social (Mantenedor: Governo Estadual)

5.3 - Programa Semi-liberdade/ SAS – Serviço de Atendimento Social.

5.4 - Ministério Público

5.5 - Juizado da Infância e da Juventude

5.6 - Conselhos Tutelares Centro, Sul e Norte

6. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

(Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, Londrina, 2004)

Resenhas

URAHAMA, Cristiana Kuniko. *A vulnerabilidade do jovem diante do risco da drogadição*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Roberto Bassan Peixoto

A pesquisa esboçou um quadro da situação do uso de drogas ilícitas entre adolescentes atendidos por programas e/ou instituições sociais, no município de Londrina e teve por objetivos: verificar quais os fatores que contribuem para o risco da drogadição; analisar o significado, para o jovem, do uso da droga; e compreender as dificuldades de ele se livrar da dependência, nos casos em que se reconheça como tal. O estudo aborda ainda a questão das drogas desde a evolução recente do consumo até a política pública de saúde e modelos de prevenção ao uso indevido de drogas, passando pela compreensão do papel exercido pelo narcotráfico e os efeitos decorrentes do consumo de drogas ilícitas.

A autora analisa dados quantitativos e qualitativos coletados a partir de 722 questionários junto a crianças e adolescentes, atendidos por instituições e programas públicos de atendimento existentes no município de Londrina. O questionário continha ao todo 33 questões, sendo 29 fechadas e 04 abertas. As questões fechadas levantaram dados quantitativos relacionados a dados pessoais, dados socioeconômicos e

dados relativos à droga. Através destes dados foi levantado o perfil socioeconômico, assim como o mapeamento do uso de drogas lícitas (álcool) e ilícitas entre os jovens abordados. As questões abertas abordaram o significado das drogas, as situações que os levam a utilizá-las e as dificuldades para se livrar da dependência química.

A análise dos dados quantitativos é desenvolvida e apresentada em gráficos sobre: idade; sexo; escolaridade; trabalho; renda; moradia; uso de droga; primeiro contato com a droga; idade e frequência de contato com a droga; primeira droga experimentada; drogas utilizadas; se ainda é usuário; droga injetável; onde e como consegue a droga; gasto com drogas; problemas por causa das drogas; dependência ou não; tratamento de drogadição. Os dados do estudo qualitativo referem-se ao significado das drogas, às situações que levam os jovens a utilizá-las e as dificuldades para se livrarem da dependência, sendo agrupados em grandes categorias temáticas: dano; discurso genérico; valorização negativa; aconselhamento; implicação pessoal; prazer; responsabilização do indivíduo; aceitação/não-aceitação; vulnerabilidade; dependência; fatores emocionais; vontade; falta de apoio institucional.

Foi verificado pela autora que, entre outros dados importantes, o aumento do uso abusivo de drogas entre os jovens acontece com prevalência na faixa etária entre 12 e 16 anos de idade, o que indica uma fase de risco para a dependência química. Reitera ainda que o uso indevido de drogas ilícitas não aparece somente entre as camadas populares, uma vez que é um problema vivido por muitas famílias de classe média e alta. Assim, é muito importante que se desmistifique os estereótipos a respeito dos usuários de drogas e que a sociedade perceba ser esta uma problemática social de âmbito público, que carece da atenção de todos na luta por uma política pública de saúde, voltada tanto para a prevenção, quanto para a recuperação de dependentes químicos, uma vez que o

uso abusivo pode provocar graves problemas à saúde física e mental do indivíduo, além de outras complicações ligadas à vida cotidiana, familiar e social. A autora aponta para a necessidade da implementação de programas sociais públicos, voltados para a prevenção e para o atendimento da dependência química.

COSTA, Selma Frossard. O processo de reinserção social do dependente químico após completar o ciclo de tratamento em uma comunidade terapêutica. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.3, n.2, p. 215-242, jan./jun. 2001.

Resenha elaborada por Elias Barreiros

Esse artigo apresenta uma pesquisa realizada no contexto de uma instituição de Londrina, a Meprovi-Clínica que, há doze anos, atende dependentes químicos de qualquer região do país. Caracteriza-se como uma comunidade terapêutica, que trabalha com o internamento e a abstinência total do indivíduo, tentando abranger as dimensões física, psíquica e espiritual do sujeito em tratamento.

O público atendido pela instituição são pessoas do gênero masculino, com mais de 12 anos de idade e dependentes químicos, não havendo distinção em relação à raça, à religião ou às condições socioeconômicas. Segundo explica a autora, o Meprovi-Clínica configura-se como uma instituição sem fins lucrativos, mantendo-se por meio de convênios, doações e campanhas, assim como pelo Ministério Evangélico Pró-Vida (MEPROVI).

Nesse contexto, Costa analisa, como objeto de estudo, a dinâmica do processo de exclusão do indivíduo durante o período de tratamento e a posterior inclusão ao meio sociofamiliar. Os dados para a análise foram coletados em entrevistas estruturadas, no caso dos residentes na cidade de Londrina, com datas marcadas e após as devidas explicações sobre o assunto da pesquisa. Aos que não residiam na cidade, foram enviados formulários pelo correio junto a uma carta com explicações sobre a pesquisa.

O principal critério para a delimitação da amostra para a escolha dos sujeitos da pesquisa foi o de que os internos tivessem cumprido os nove meses de tratamento, durante os anos de 1998 e 1999, pois, desse modo, a experiência do tratamento e a volta ao convívio familiar ainda seriam recentes e os sentimentos, situações e fatos poderiam ser expostos com mais facilidade. Nesses anos, trinta e duas pessoas completaram o tratamento. Foi possível estabelecer contato satisfatório com doze homens que responderam às entrevistas, quatro dos quais foram entrevistados pessoalmente; os demais responderam às fichas enviadas pelo correio.

Os sujeitos da pesquisa podem ser considerados uma população jovem e economicamente ativa, já que estão na faixa etária dos 17 aos 39 anos. Desses, 66,6% eram solteiros, com predominância entre os que têm até 27 anos. Os casados, divorciados e viúvos estão igualmente representados por 16,6%. Entre os solteiros, dois afirmaram ser pais, o mesmo afirmando 50% dos entrevistados, isto é, dois tem dois filhos e dois tem um filho.

Todos os entrevistados moram com algum familiar, sete (58,3%) possuem casa própria, quatro (33,3%) residem em casas alugadas e um (8,3%) em casa financiada, sendo os valores máximo e mínimo de aluguel, respectivamente, de R\$800,00 e R\$80,00. Na média, o valor está entre R\$80,00 e R\$260,00. Apenas um dos entrevistados afirmou estar com o aluguel atrasado. A maioria das casas situa-se em conjuntos habitacionais e em bairros populares.

Todos também residiam com familiares antes do internamento. Os dados acima apresentados indicam, como aponta a autora, que todos pertencem a famílias de classe de renda média baixa e baixa e com algum vínculo familiar. Todos mantiveram algum tipo de contato familiar durante o internamento. Dos doze entrevistados, onze eram visitados por

familiares: pais, mães e irmãos e um afirmou receber apenas a namorada. Somente para três deles as visitas eram feitas de forma esporádica; para todos os outros, eram semanais ou mensais.

A autora ressalta que a família tem um papel importante em relação ao interno, ajudando-o no cumprimento dos nove meses de tratamento, pois os atores sentem, de forma positiva, o interesse e a preocupação dos familiares, tornando-se o retorno ao meio sociofamiliar mais fácil, segundo falam os próprios sujeitos. Para 75% deles, o retorno foi de *“fácil a mais ou menos fácil”*; para estes, o esforço pessoal, o apoio da família e o emprego foram fundamentais. Os 16,6% que afirmaram ser *“difícil”* o retorno, atribuem a dificuldade ao relacionamento com os amigos que pressionam para a volta à dependência. Apenas um dos entrevistados afirmou ser *“muito difícil”* o retorno, por não conseguir ficar sem o uso de substâncias psicoativas.

Para Costa, a presença da família é fundamental durante todo o processo de tratamento, pois é no meio familiar que se dá a primeira etapa da reinserção social, sendo fundamental a maneira como é recebido e como se estabelecem as relações entre os familiares; é isso que influi diretamente na sua segurança emocional e social. A autora diz que, para 75% dos solteiros, o relacionamento familiar está entre *“satisfatório e bom”* e, entre os dois casados, o relacionamento conjugal é classificado como *“muito bom”*.

Dos doze entrevistados, 58% pertencem a famílias que não contam com a figura do pai e da mãe. A mãe é indicada por 62,5% dos solteiros como a pessoa com quem é mais fácil relacionar-se no convívio familiar; a figura do pai é normalmente tida como ausente. Fora do convívio familiar, a namorada é indicada por cinco (62,5%) dos solteiros como a pessoa com quem se relacionam com mais facilidade, e o passeio mais comum para 50% dos solteiros é a casa da namorada. Em relação aos passeios,

62,5% dos solteiros costumam visitar igrejas.

Segundo nos mostra Costa, um número significativo dos egressos do Meprovi-Clínica acaba mantendo um vínculo religioso quando voltam ao convívio social. Antes do tratamento, 50% dos entrevistados não tinham qualquer orientação religiosa; depois do tratamento, onze entrevistados (91,6%) afirmaram que passaram a freqüentar uma Igreja Cristã, e desses apenas dois (18,2%) não o fazem assiduamente.

Desse modo, percebe-se, como mostra a autora, que a orientação espiritual é fundamental no processo de tratamento dessa instituição que, além de valorizar o atendimento psicológico e social, acentua os aspectos espirituais de orientação cristã evangélica.

Outra questão posta pela autora diz respeito à situação profissional dos sujeitos da pesquisa. Costa aponta o emprego e a participação nos gastos familiares como elementos importantes para a auto-estima e inserção social dos atores. Entre os doze entrevistados, nove (75%) estavam desempregados ao iniciar o tratamento – o desemprego é um dos elementos da exclusão do dependente químico – um (8,3%) estava empregado e dois (16,6%) não responderam à questão.

No momento da pesquisa esse quadro havia mudado consideravelmente. Dos doze entrevistados, oito (66,6%) declararam possuir emprego, um (8,3%) respondeu que é autônomo e três (25%) que estavam desempregados. Entre os empregados, o salário médio estava entre R\$ 350,00 e R\$ 500,00, sendo o menor salário de R\$125,00 e o maior de R\$1000,00.

A autora sugere que a explicação para essa mudança, em um país com altas taxas de desemprego como o nosso, talvez esteja no fato de que dois estavam trabalhando no comércio com os respectivos pais, outros três possuem uma profissão definida (ajustador mecânico, marceneiro e carpinteiro), funções essas com maiores possibilidades de inserção no

mercado de trabalho, diferentemente daqueles que não têm uma profissão definida. Os que não conseguem colocar-se no mercado de trabalho afirmam que a maior dificuldade está na falta de qualificação e nos baixos salários. A partir daí, a autora nos relata o quadro de escolaridade dos entrevistados.

Entre os doze entrevistados, não foi identificado nenhum analfabeto; a escolaridade predominante é a de segundo grau. Após o tratamento, cinco (41,6%) retornaram aos estudos. Quanto aos outros sete (58,4%) que não retomaram os estudos, a autora diz que a provável causa pode ser a falta de recursos e a necessidade de trabalhar.

No artigo também são traçadas considerações sobre a maneira pela qual os sujeitos da pesquisa chegaram ao Meprovi-Clínica, assim como são registradas suas impressões sobre essa casa de recuperação, ao primeiro contato e no decorrer do tratamento. Em relação à primeira impressão, cinco (41,6%) afirmaram ter sido “*normal, sem expectativas*”, outros cinco (41,6%) classificaram como sendo “*ruim ou muito ruim*” e dois (16,6%) afirmaram ter tido uma “*boa impressão*”, pois tiveram uma boa recepção. Dos doze, oito (66,6%) mudaram de idéia sobre a instituição durante o tratamento, e o principal motivo foi o de terem passado a conhecer melhor as pessoas do lugar; outros dois (16,6%) disseram manter a mesma impressão da chegada, isto é, “*boa impressão ou normal*”. Além disto, todos disseram que indicariam a instituição a outras pessoas.

Em relação ao tratamento da dependência química, dez (83,3%) afirmaram que não fazem mais uso das substâncias “*viciadoras*”, um (8,3%) ainda usa álcool e cigarros e outro (8,3%) está em novo tratamento. Destes dois últimos, o primeiro classifica-se como usuário e o segundo se diz dependente e que voltou a ter contato com drogas através de amigos. Ambos afirmaram não estarem recuperados da dependência.

fazem mais uso de drogas e/ou álcool disseram que tiveram contato com o ambiente de drogas, dois (25%) não responderam e três (37,5%) relataram que se afastaram das antigas relações ou do lugar onde moravam. No que se refere ao assédio por parte de traficantes, apenas dois (16,6%) são ou foram procurados por eles.

A autora nos aponta, em suas considerações finais, que o processo de reinserção, pós-tratamento, atravessa a dimensão familiar, econômica, educacional, social e espiritual. Enfatiza a dimensão sociofamiliar, mostrando a importância da família durante o tratamento; ela representa para o interno uma referência afetiva, dando-lhe maior segurança de que vai haver um lugar para retornar depois do tratamento.

Outra questão importante é a reinserção educacional e no mercado de trabalho, tarefa bastante complicada no nosso país; a conquista desses espaços traz confiança e esperanças que contribuem muito para uma efetiva recuperação.

A autora também destaca a dimensão espiritual como uma forma de estabelecer novas relações sociais. Enfim, torna-se essencial a retomada do curso natural da vida. As instituições que buscam trabalhar as interfaces, que permeiam a questão da dependência, fornecem mais condições aos indivíduos para uma melhor reinserção no mundo social.

DAL BELLO, Marília Gonçalves. *Jovens, vulnerabilidade e violência: outra história é possível?* 2004. Dissertação de Mestrado em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Elias Barreiros

O presente estudo busca tecer uma análise sobre a vulnerabilidade dos jovens pobres ao risco da violência. Foram considerados os significados da violência sob a ótica de jovens e mães, usuários de uma das unidades do projeto Viva a Vida, desenvolvido em uma das regiões periféricas da cidade de Londrina-PR. Foi também analisado o desempenho do projeto no que diz respeito a seus resultados no sentido de atenuar, entre os jovens, o risco da violência por eles presenciada e vivida.

Em Londrina, o projeto Viva a Vida, implantado em 2001 em doze áreas periféricas da cidade, integra um conjunto de projetos que oferecem atividades lúdicas e de formação para a cidadania por meio da criação de espaços de convivência e de centros que acolhem jovens no período extra-escolar. Suas ações direcionam-se a crianças e adolescentes de sete a quatorze anos que se encontram em situação de risco social,

entre os quais, destaca-se o risco da violência, objeto desse estudo.

As atividades realizadas traduzem-se em um esforço concentrado pela “socialização de experiências de produção em movimento e enriquecimento da perspectiva de vida, contrapondo-se ao cotidiano empobrecido, às ilusões compensatórias e à contemplação passiva que estão na base da indústria cultural”.² Trata-se de uma proposta educativa, destinada ainda à constituição da identidade e da socialização de jovens excluídos, de recuperação da auto-estima e de desenvolvimento de vínculos com a família e a comunidade.

Foi delimitado, como universo para esse estudo, uma das unidades do projeto Viva a Vida, situada próxima a um assentamento periférico, cujos índices de violência apresentam-se como um dos maiores da cidade de Londrina. Seus objetivos incluem o estudo da vulnerabilidade ao risco da violência entre jovens, a apreensão dos significados elaborados pelos jovens e suas mães e a análise da atuação do projeto Viva a Vida, em face do contexto de violência por eles vivenciado. Foi dada maior ênfase à análise dos significados atribuídos à violência, principalmente àquela ocorrida na esfera pública. O nome do assentamento, assim como o da unidade do projeto Viva a Vida foram omitidos com o intuito de assegurar a integridade física dos sujeitos que compõem o universo desta pesquisa.

Para a abordagem metodológica, utilizou-se a pesquisa qualitativa. A coleta de dados envolveu um período de inserção de oito meses no campo da pesquisa e o registro de todo o processo de inserção, observação e acompanhamento dos sujeitos da pesquisa foi realizado mediante anotação em diário de campo. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental referente à região estudada, de leitura dos Relatórios Mensais de Atividades do Projeto Viva a Vida, da observação

2. Outra história é possível: Projeto Viva a Vida (2002)

direta no período de inserção no campo e de entrevistas semi-estruturadas. O universo foi constituído por doze jovens, na faixa de 12 a 14 anos, residentes no local há, pelo menos, um ano, e suas mães, que são também parte integrante do projeto, num total de 24 sujeitos. Para a análise dos dados foram estabelecidos dois eixos temáticos: o primeiro versa sobre os significados da violência elaborados pelos jovens e suas mães, e o segundo traz as mudanças e os desafios vividos pelo projeto, no que concerne à diminuição da vulnerabilidade ao risco da violência; às críticas e às sugestões dos jovens e de suas mães, relacionadas ao projeto; e às aspirações futuras das mães em relação aos filhos, e dos jovens, relativas às suas perspectivas de futuro.

A análise dos significados da violência, elaborados por jovens e suas mães, mostrou a violência associada a agressões físicas graves, ou seja, a homicídios decorrentes de ações das quadrilhas de tráfico de drogas nos espaços públicos, nas ruas do assentamento. Os principais motivos das mortes relatadas decorriam de brigas entre quadrilhas rivais e dívidas contraídas com traficantes. Tristeza, ódio e desejo de vingança foram os sentimentos expressos com maior intensidade pelos entrevistados, ao se referirem à morte de pessoas conhecidas ou de membros da própria família. Entretanto, ao relatarem a morte de pessoas com as quais não tinham proximidade, pode ser observado um sentimento de indiferença diante dos homicídios ocorridos, o que aponta para a banalização da violência que não os atinge diretamente ou às pessoas mais próximas a eles.

A análise dos resultados obtidos mostra que o projeto Viva a Vida pode ser apontado como um trabalho que tem, em alguma medida, contribuído para atenuar o comportamento violento dos jovens. As atividades desenvolvidas constituem-se em um espaço seguro de lazer para eles, que permanecem menos tempo na rua, expostos às ações das quadrilhas associadas ao crime organizado. Ao apontar aos jovens e às

mães, estratégias outras que não o uso da violência na resolução de conflitos, o projeto é percebido como fator positivo. Entre os jovens, a socialização promovida pela prática de atividades esportivas, dança e capoeira foi analisada como um processo que tem contribuído para a aceitação de regras e normas de convivência harmoniosa entre colegas. Muitos jovens, ao serem insultados, ameaçados ou provocados, relataram ignorar o ocorrido, evitando assim o desdobramento para o envolvimento em agressões físicas. As mudanças atribuídas ao projeto, em relação aos jovens, foram lembradas pelas mães por meio da melhora das notas escolares, dos hábitos alimentares e da higiene pessoal. Entre os desafios a serem enfrentados, foram apontadas a necessidade de maior integração dos educadores com o contexto vivenciado pelos jovens e a melhor capacitação técnica no tratamento dispensado aos educandos. Atitudes autoritárias e discriminatórias foram criticadas pelos jovens. Por outro lado, nas situações em que os educadores demonstraram paciência e atenção diante de comportamentos agressivos apresentados pelos jovens, houve a conquista de respeito e de obediência para com os educadores.

As aspirações futuras das mães para seus filhos incluem a ascensão social por meio de profissões reconhecidas, como a de professor e médico. Entre os jovens, no entanto, ao se referirem à qualificação profissional, foram mencionados cursos profissionalizantes, como os oferecidos pela EPESMEL e pelo POP e ocupações associadas à dança, à capoeira e ao teatro, como alternativas profissionais. Percebe-se que os jovens, ao se depararem com as limitações econômicas e as dificuldades de acesso a um sistema escolar de qualidade, mostram-se mais conscientes de suas possibilidades futuras, relacionadas ao trabalho.

A síntese final destaca que um dos desafios mais árduos enfrentados relaciona-se à fragilidade do projeto, diante da atuação das quadrilhas de tráfico de drogas que contrasta com a falta de um sistema de segurança

pública, com a impunidade reinante e com a incapacidade do Estado de confrontar o poder exercido pelo crime organizado.

Neste sentido, o trabalho aponta para a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de segurança, não somente no âmbito local, mas em escala nacional que, combinadas com políticas sociais amplas, diminuam a vulnerabilidade ao risco para a violência que tem nos jovens suas principais vítimas.

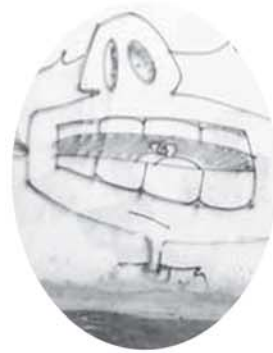
Sugestões de leitura

- BRIZOLA, Ana Paula Jurado. *Adolescentes infratores: suas famílias e expectativas*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.
- CAMPANERI, Angélica Maria Risoti. *O significado das drogas para adolescentes em situação de risco*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.
- GALDIERI, Márcia Eloina. *O difícil restabelecimento dos vínculos familiares: um estudo de caso*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.
- MENDES, Flávia Cimitan. *Percepção de adolescentes dos jardins Santa Fé e Monte Cristo de Londrina quanto às drogas*. 1999. Monografia (Especialização em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual de Londrina.
- ZANATA, Maristela. *Política de atenção e proteção à família: um estudo do PETI em Londrina*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.



**política
cultural**

capítulo 4



política cultural e juventude

O movimento
hip-hop em Londrina

João Batista Martins
Flaviana Barcelini
Irineu Jun Yabushita



Introdução

Nossas preocupações com este trabalho giram em torno de uma população que vem se apresentando aos nossos olhos de uma forma muito polêmica: as juventudes¹. Os jovens têm sido representados em nossa sociedade – principalmente pelos meios de comunicação – sob diversos ângulos: num determinado momento incapazes, pois incompletos; noutro, violentos; acolá, sem futuro; ali, inconseqüentes... quantas visões, quantas facetas...

Essas aproximações – muitas vezes carregadas de preconceitos e expectativas – nos levam a pensar várias coisas: afinal, de que pessoa estamos falando e em qual lugar ela está sendo colocada? Quando falamos do “problema da juventude” (ou “do adolescente”), queremos dizer mais especificamente o quê? A situação da juventude/adolescência é um problema do jovem/adolescente ou do adulto? Caso haja problemas, como resolvê-los, de quem é a responsabilidade na promoção dessa “solução”?

1. Ao longo deste trabalho, discutiremos que não existe uma juventude, mas juventudes. Cabe notar ainda que nós não distinguiremos adolescência e juventude, uma vez que as propostas de políticas culturais abrangem ambas as categorizações.

Ao nos inscrevermos no âmbito do grupo de pesquisa *Catálogo sobre juventudes: (re)conhecendo diversidades e desigualdades juvenis em Londrina e região* (UEL, 2003), ficamos responsáveis pela realização do mapeamento de atividades que contemplassem o desenvolvimento cultural da juventude londrinense. No contexto da literatura sobre a temática cultura juvenil, não encontramos muita coisa. Tivemos acesso a trabalhos que se dedicaram a estudar grupos de jovens mais específicos, como por exemplo, que se organizam em torno de ritmos musicais, como os punks (TURRA NETO, 2001).

Quanto às instituições que promovem cultura na cidade de Londrina, não encontramos nenhuma especificidade: certas instituições públicas dão conta do desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer em momentos muito específicos ao longo do ano – férias, festas de final de ano, etc...

Diante de tal situação – a da falta de uma bibliografia mais consistente e representativa sobre a questão da cultura jovem na cidade de Londrina – um desvio de rota vislumbrou-se e uma outra problemática desenhava-se diante de nossos olhos: será que o jovem londrinense não tem acesso à cultura? Se sim, que cultura é essa? Tais questionamentos nos levaram para outros caminhos na discussão sobre a relação entre cultura e juventude, delimitando-nos, mais especificamente, na reflexão sobre o acesso do jovem a projetos culturais, promovidos pelas instituições públicas do município de Londrina.

Nesse sentido, chamou-nos atenção o Projeto Rede da Cidadania, desenvolvido pela Prefeitura Municipal, que tem como um de seus objetivos atender ao público jovem da cidade. Assim, ao longo do ano de 2003, propusemo-nos a conhecer o referido Projeto, verificando quais as atividades específicas dirigidas à juventude. Vimos uma tentativa de aproximação e de atendimento das demandas próprias e específicas

desse segmento, principalmente para aqueles que não têm acesso aos bens culturais produzidos pela sociedade.

Cabe registrar que abordamos as juventudes não enquanto “um problema”, mas problematizando as circunstâncias e as vicissitudes que os jovens enfrentam no processo de inserção social, principalmente aquele vivenciado pelos oriundos das classes populares. Essa perspectiva, por sua vez, nos leva a reconhecer que a nossa sociedade oferece aos jovens oportunidades de acesso e de produção cultural muito diferenciadas, visto que tal acesso é marcado por questões econômicas, sociais, culturais e políticas.

Nesse sentido, tomar a política cultural dirigida aos jovens da cidade, como objeto de nossas reflexões, tem como perspectiva verificar se ela, uma vez que é desenvolvida nas periferias da cidade, possibilita, assegura ou facilita a inserção social do jovem londrinense, atendendo suas demandas de lazer, cultura, trabalho e outras.

No que segue, discutiremos algumas noções que norteiam nosso entendimento de política cultural. Em seguida, apresentaremos a política cultural promovida pela Prefeitura Municipal de Londrina – Projeto Rede da Cidadania – e suas interfaces com a juventude, especialmente com o movimento hip-hop.

Da política cultural à cultura política

Para nortear nossa discussão sobre política cultural, tomaremos aqui algumas idéias desenvolvidas por Coelho (1999) sobre o tema. Nosso objetivo, com essa aproximação, é subsidiar nossas reflexões acerca da Rede da Cidadania – entendida aqui, enquanto expressão de uma política cultural implementada pelo poder público na cidade de Londrina.

Para o autor, é necessária a criação de uma política cultural que tenha como objetivo, não apenas conseqüências efetivas no presente e, sim,

uma política cultural que possa propiciar uma cultura política, ou seja, uma política que vise ao desenvolvimento do senso de sociedade/convívio, de garantia da capacidade do regime administrativo em vigor. As políticas que visam proteger o patrimônio como algo imutável não fazem sentido (patrimonialista), muito menos as políticas criacionistas, que propõem a criação da cultura apenas no presente.

Para discutir uma política cultural, é necessário discorrer sobre a noção de identidade, que é fundamental no processo de formação de tal política. Coelho (1999) nota que, após o advento Collor, houve uma mudança no tratamento da questão da identidade: ao invés de falar em identidade, iniciou uma nova perspectiva, a da identificação que é um processo sujeito a mudanças. Foi nesse momento que houve a necessidade de uma política criacionista, que visava ao presente, para atender as demandas da época. Tal perspectiva efetivou-se, uma vez que toda política cultural tem que levar em conta o que a população demanda, em algum momento, e não simplesmente o que os artistas ou os criadores possuem como demanda fundamental.

Outro ponto de relevância para a implementação de uma política cultural diz respeito à abrangência da indústria da cultura, por exemplo, a televisão. Esse meio de comunicação, em alguns países, possui uma força política exacerbada. Até o momento, esse fato tem sido ignorado, pelas políticas culturais, como meio de disseminação da cultura propriamente dita.

Para Coelho (1999), a elaboração de uma política cultural, com a perspectiva de transformação numa cultura política, deve pautar-se em quatro movimentos. O primeiro deles é a produção cultural propriamente dita, criação do bem cultural, tal como sua confecção material. O segundo é a distribuição, que ocorre quando o material produzido chega ao alcance do receptor final. O terceiro é a troca que, em nossa sociedade, consiste em uma troca monetária. E quarto e último é o uso que se faz,

quando o consumidor, tendo seu bem cultural adquirido, apropria-se dele da maneira como deseja e utiliza-o para determinada finalidade.

Levando em conta nossa sociedade, com desigualdades sociais e com uma renda per capita insuficiente para a utilização da produção cultural, consideramos difícil uma política que consiga abarcar as quatro fases do processo produtivo. As pessoas que se interessam pela cultura produzida podem não ter condições financeiras para poder usufruir, ou podem não ter repertório formado para apreciá-la.

Um outro ponto proeminente para a elaboração de uma política cultural é o fato de existir, em nossa sociedade, inúmeros grupos ou tribos com conteúdos diferenciados em extensão e profundidade, ou seja, nossa sociedade se vê fragmentada num multi-pluralismo acentuado. Diante de tal situação, os órgãos de fomento cultural teriam que proporcionar uma política condizente com tal demanda. Sob esta perspectiva, temos clareza de que nem todas as demandas serão atendidas, mas, é possível, a partir de certos parâmetros, planejar uma política condizente com o público alvo, de forma a não deixar de atender os circuitos clássicos, os novos circuitos e, tampouco, atender somente os produtores culturais.

Queremos dizer com isso que uma política cultural, direcionada a transformar-se em uma cultura política, deve ser estruturada de tal forma que privilegie a cidade e seus recursos, como ponto de partida para a formação de uma cultura política, o que coloca em questão a problemática do acesso e da relação entre público e privado.

Para Coelho (1999), apesar das políticas culturais tentarem alcançar o espaço realmente público, acabam restringindo-se, na maioria das vezes, a espaços privados e semi-públicos. Cabe registrar que nem toda arte que se apresenta em um espaço público é arte pública, isto porque, para sê-lo, tem de proporcionar aos cidadãos um contato direto para que

possa ocorrer a construção de um imaginário comum. Além disso, devem causar estranhamento e acabar por humanizar o homem, através de suas impressões sobre tal arte, caso contrário pode não passar, apenas, de decoração. Ademais, tem, como função, tornar-se um ponto de referência para os indivíduos, de maneira que possam identificar-se com o local a que pertencem.

Esse tipo de política tem, como desdobramento, a delimitação e a implementação da noção de identidade, já que contribui para a promoção de uma vida qualificada e colabora para a formação de uma cidadania atenta, estimulando a liberdade de reflexão e o intercâmbio de idéias e de valores.

Da Rede da Cidadania

O Projeto Rede da Cidadania configura-se como um espaço político-pedagógico em que a juventude pode produzir cultura e, a partir daí, obter o caminho para a inserção cultural na cidade de Londrina (LONDRINA, 2003).

Foi criada durante a I Conferência de Cultura da cidade de Londrina, realizada em setembro de 2001, como uma forma de universalizar o acesso aos bens culturais das comunidades, estendendo, não só a política cultural aos bairros e distritos, através de uma parceria entre a comunidade cultural e a sociedade, como também os serviços de saúde, de educação e de segurança pública, ou seja, incluindo a cultura no rol das políticas públicas.

Durante esta conferência foi criado também um Fundo Especial de Incentivo a projetos culturais, o que culminou na aprovação de uma nova lei municipal, criando o Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC, configurado como o mais reconhecido e atualizado modelo municipal de incentivo à cultura com os objetivos de:

- Repassar recursos para os projetos culturais, mediante convênios de cooperação cultural;
- Criar duas linhas de incentivos: Projetos de Produção Independentes, que nascem como uma iniciativa independente dos produtores culturais e estimulam o crescimento, a criatividade e o amadurecimento de grupos de produção cultural; e os Projetos e Programas Estratégicos, que visam dimensionar a cultura para toda a cidade e ativar circuitos culturais;
- Promover contrapartida social, graças à qual os empreendedores culturais oferecem ao município um conjunto de ações para democratizar o acesso à cultura;
- Garantir a liberdade de enquadramento, não havendo uma linha específica em que o projeto necessita estar enquadrado, mas sim uma forma mais ampla de possibilidade de integração das atividades culturais desenvolvidas.

A Rede da Cidadania é considerada um dos pilares da política pública de cultura na cidade de Londrina, com o papel de democratizar o acesso à formação, à fruição e à produção cultural, a partir do desenvolvimento de idéias de um cidadão pleno de direitos sociais, para expressar, criativamente, suas idéias a respeito da cultura. Ela tem base nas comunidades da cidade de Londrina e visa oportunizar o acesso à cultura através da ação, do fomento, da formação cultural, da potencialização e da ativação de circuitos culturais, nessas comunidades.

Nos debates da I Conferência de Cultura da cidade de Londrina foram apontados os objetivos da Rede da Cidadania, quais sejam:

- Criar um circuito público da cultura em Londrina, como meio de permitir o acesso à produção, formação e fruição cultural;
- Consolidar o acesso ao processo cultural como política pública, ou seja, como direito básico do indivíduo;
- Desenvolver a política cultural como prática multidisciplinar,

integrando-a a outras políticas sociais, como forma de equacionar e buscar soluções de problemas sociais;

- Fortalecer o meio cultural, consolidando oportunidades de trabalho para artistas, oficinairos, arte-educadores e empreendedores culturais;
- Trabalhar a formação de público para várias manifestações culturais.

Além desses, foram adicionados outros dois objetivos formulados durante o processo de planejamento estratégico da Rede:

- Buscar o desenvolvimento global do indivíduo com base nos valores do prazer, da expressividade, da afetividade e da precedência do processo em relação ao produto;
- Colaborar com a organização da comunidade para a participação na política cultural, estabelecendo uma relação orgânica entre o programa, o Conselho Municipal da Cultura, os Conselhos Regionais e as Câmaras Setoriais. (LONDRINA, 2003, p. 2-3)

Como já foi dito acima, o programa da Rede da Cidadania está embasado em duas leis fundamentais: 8.871/2002, que estabelece as diretrizes culturais do município, reconhecendo que a cultura, direito de todos e manifestação da subjetividade e da vida, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelo Poder Público Municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização integral da pessoa humana; a outra Lei, 8.984/2002, que estabelece o Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC, que prevê Programas e Projetos Estratégicos – PPE – devendo contribuir, decisivamente, para a consecução das Diretrizes Culturais Municipais, estabelecidas na Lei 8.871/2002, em especial a universalização do acesso à cultura, através de grandes processos de ação e/ou fomento e formação cultural, potencialização de circuitos culturais, ativação de novos circuitos culturais e potencialização de conjuntos de Projetos Independentes, que tenham identidade de finalidade.

Essas leis agregam a tendência contemporânea de reconhecer a relevância pública de um conjunto de grupos de criação, projetos e agentes culturais e sociais, buscando a integração de talentos organizativos e processos criativos com as diretrizes culturais municipais, já que o processo cultural desenvolve-se a partir da relação entre os artistas e a própria população, ficando, ao poder público, o papel organizador e agregador desse processo.

O princípio básico desta política cultural é o desenvolvimento de processos contínuos, de fomento através do contato da comunidade com oficinas de diferentes linguagens culturais, tentando estabelecer a solidificação dos projetos culturais e dar autonomia a estes projetos e, a partir disto, visar à formação de agentes capacitados para a liderança do processo, à multiplicação de experiências e à mobilização de novos agentes, que levarão à continuidade dessa experiência cultural, sem perder o princípio da formação inicial dos projetos.

A Rede possui, ainda, princípios pedagógicos e arte-educativos que podem ser descritos como princípios que adequam a cultura com o objetivo de educar o indivíduo, para que tenha competência para formar cidadãos capazes de organizar seus conhecimentos, em vez de armazená-los somente para a acumulação de saberes. Trata-se de reconhecer a vida como uma escola de cidadania, cujos objetivos sejam: sedução pela ludicidade; desbloqueio da expressividade; (re)descoberta do prazer; estímulo à afetividade e à precedência do processo ao produto e entendimento das linguagens culturais, como meio viabilizador desse processo e não como um fim em si mesmas.

A formação humana é a principal função da Rede, pois é ela que garantirá a qualidade dos programas nela contidos, que se desenvolvem seguindo seus princípios e objetivos.

Através do relatório da Rede (LONDRINA, 2003), observamos que o

caráter das oficinas foi discutido diretamente com as comunidades e receberam, devidamente, o financiamento do PROMIC para que suas atividades fossem realizadas. A inserção da cultura no rol das políticas públicas tem sido um caminho mais viável para a participação da comunidade nos assuntos culturais e propicia maior diversidade nas linguagens culturais do município, colaborando para uma ampla divulgação da cultura em suas comunidades.

As oficinas de hip-hop

Grande parte das oficinas promovidas pela Rede junto à comunidade é dirigida ao público jovem, pois este apresenta o perfil propício para a ampliação do trabalho e para a continuidade da realização dos projetos.

Em entrevista com o coordenador, no final do ano de 2003, ano em que iniciamos nossa pesquisa, fomos informados que o investimento em oficinas juvenis, inseridas em contextos comunitários, pode evitar que jovens se envolvam em ações violentas, oportunizando-lhes, ao mesmo tempo, o exercício da cidadania. Entende-se que, ao participar mais ativamente na construção e na execução da política cultural, o jovem sai da situação de expectador e participa intensamente das atividades realizadas, protagonizando, dessa forma, o papel de transmissor de conhecimentos em sua comunidade, auxiliando outras pessoas a nela se inserir, a partir do contato com a programação cultural exposta.

Dentre as oficinas oferecidas pela Rede, chamou nossa atenção as de hip-hop. No processo de negociação entre a comunidade e os representantes da Rede, tais oficinas foram muito solicitadas pelos jovens da periferia da cidade, vinculadas ao fato de esse ritmo musical expressar uma atitude reivindicatória, em relação à sociedade de modo geral e, mais especificamente, ao poder público.

Cabe lembrar que o hip-hop é uma expressão musical que emergiu das periferias das cidades e, de uma certa forma, expressa – através de

suas letras – a realidade em que essa juventude está inserida: suas dificuldades, a violência das favelas, a violência da polícia, etc... Além disso, este tipo de música tem tido grande penetração no universo social, uma vez que vem recebendo da mídia uma atenção especial, conforme observações encontradas no site Movimento Hip-Hop (2005).

As oficinas de hip-hop promovidas pelo Projeto Rede da Cidadania são estruturadas a partir de quatro pessoas, cada uma responsável por ensinar um dos elementos que circunscreve esse ritmo musical: temos aquele que ensina a manipular os instrumentos – o DJ; um outro que ensina a dança – o bi-bop; um terceiro ensina a cantar – o MC (mestre de cerimônias) e o quarto que ensina o grafite.

Nossos encontros com o hip-hop

Nossa aproximação com os jovens que participaram das oficinas do hip-hop ofertadas pela Rede da Cidadania aconteceu em dois momentos: o primeiro foi um encontro de hip-hop em que as bandas que se apresentaram foram estruturadas a partir das oficinas promovidas pela Rede da Cidadania. Ali, realizamos entrevistas com doisicineiros do projeto e com alguns membros de algumas bandas que se apresentaram. O outro momento foi nossa participação no Festival de Hip-Hop pela Paz, ocorrido no Centro Social Urbano do Jardim Paraíso (Zona Norte de Londrina), no qual se apresentaram vários grupos, entre os quais, alguns vinculados à Rede.

O encontro de hip-hop da Rede da Cidadania

Este evento ocorreu em novembro de 2003, no Anfiteatro do Zerão – centro de Londrina e teve um caráter festivo, uma vez que ele encerrava as atividades desenvolvidas nas oficinas de hip-hop, promovidas pela Rede da Cidadania. A divulgação do evento foi realizada nos vários espaços culturais da cidade, através de cartazes e dos meios de comunicação, em jornais e rádios. O público que assistiu ao espetáculo

era jovem e praticamente lotou a arquibancada do anfiteatro. Enquanto os grupos de hip-hop se apresentavam, os grafiteiros deixavam suas marcas nas laterais do palco do anfiteatro.

Durante o evento, tivemos a oportunidade de conversar com um dos oficinairos responsáveis pela formação dos grupos que participavam do evento, conhecido como Pirata. Ele participa do projeto Rede da Cidadania há 3 anos, apenas há um ano como oficinairo e é responsável pelas oficinas de mestre de cerimônia chamadas: “MC lendo o mundo”. Em sua oficina, participam um número aproximado de 30 alunos e ela é ministrada no Clube Maria Cecília, situado no Bairro Maria Cecília (Zona Norte da cidade).

Ele nos relata que, durante as oficinas, discute com seus alunos temas variados: drogas, família, prostituição, educação sexual, entre outros. Para ele, esta é uma oportunidade do jovem formar uma consciência crítica e ter a oportunidade de mudar seu rumo, começar a se interessar pelos estudos... cobrar os seus direitos... Segundo ele, quando a pessoa sabe realmente quem é, o que deseja para sua vida, onde quer chegar, consegue ultrapassar qualquer obstáculo. Nesse sentido, entende o hip-hop como uma linguagem que as pessoas utilizam para se expressar e interpretar a realidade que vivenciam.

Também tivemos oportunidade de entrevistar Hugo, que trabalha com oficinas de grafite. Ele participa de um grupo chamado Aliens que atua na Zona Norte da cidade. Trabalha há 2 anos como oficinairo e desenvolve suas atividades na escola CAIC da Zona Sul da cidade e numa escola no bairro São Jorge. No início do projeto, suas oficinas recebiam cerca de 30 alunos. Entretanto, com a dificuldade de conseguir material, suas oficinas foram reduzidas e cada uma conta com 10 alunos. A faixa etária varia de 12 a 28 anos. Ele relata que suas oficinas são estruturadas a partir da realidade vivenciada por seus alunos. Os temas dos grafites são definidos a partir de uma ampla discussão sobre as vivências de cada um, seus

problemas, as expectativas, etc... Fala que, apesar do ambiente ser “gostoso”, pois trabalha-se com arte o tempo todo, alguns de seus alunos saem das aulas para usar drogas.

Participaram do evento 12 grupos de hip-hop que apresentaram suas músicas ao longo da tarde. Durante nossa inserção no evento, tivemos a oportunidade de conversar com 8 grupos. As entrevistas foram rápidas, uma vez que eles estavam muito apreensivos devido à apresentação. Assim, destacamos as principais características de cada grupo e sua inserção no universo do hip-hop:

Sociedade Periférica – grupo de rap que foi criado há 2 anos; possui 5 integrantes. A intenção do grupo é expressar-se e mostrar à comunidade geral a falta de subsídios para as comunidades das periferias, o descaso do governo às suas necessidades, a violência policial, os erros do ser humano.

Composição Verbal – Todos os membros do grupo moram no mesmo bairro e se conhecem há muitos anos. Há 2 anos, decidiram organizar-se para cantar. Possui 3 integrantes. Os temas abordados falam, de modo geral, sobre o sistema social em que estão inseridos (política, polícia, saúde). O grupo interage com uma parte da comunidade – especialmente com jovens – com o intuito de conscientizar, alertar sobre as condições sociais que estão vivenciando. Eles se uniram para representar a comunidade e conscientizar os jovens que pensam que a vida é ilusória.

Verbo Definitivo – O grupo existe há 2 anos e possui um único membro que mora na Vila Fraternidade. Júnior – a pessoa que “defende” o nome do grupo - diz que está sem parceiros no momento. Apesar disso, atua com outras pessoas que convida para as apresentações. Ele cria músicas cujos temas estão relacionados com a realidade da periferia de Londrina.

Primeira Consciência – Possui 7 integrantes e está formado há 1 ano e 3 meses. Todos os membros do grupo moram na Zona Norte da cidade. Suas músicas têm o propósito de levar ao público a realidade da periferia.

Revolução Zona-Sul – Possui 2 integrantes. É formado há 3 anos no bairro Cafezal. Tiveram a oportunidade de gravar um CD, cujo produto é vendido durante suas apresentações. As letras de suas músicas priorizam temas românticos e relativos à vida na periferia.

Consciência e Humildade – O grupo existe há quase 6 anos, com 3 integrantes. Eles moram no Vivi Xavier (Zona Norte). Já gravaram CD. Suas músicas têm o propósito de levar o público a se conscientizar da realidade da periferia: violência, drogas, etc... Entendem que, através da música, os jovens podem engajar-se nos processos de mudança de sua realidade.

Pira Pura – Grupo composto por 6 integrantes, formado há mais de 7 anos e tem um CD gravado. Moram na Zona Norte da cidade. As letras de suas músicas são muito variadas: ora românticas, ora realistas, ora reivindicatórias. Tem como perspectiva levar o público, através da música, a se conscientizar da realidade da periferia: violência, drogas e outras.

SOS Atitude – Grupo existente há aproximadamente 5 anos. Seus membros moram na Zona Norte da cidade. O grupo vê hip-hop como uma forma de apresentar a realidade da periferia, o que leva os jovens a discutirem alternativas para a superação de suas dificuldades.

Todos os grupos entrevistados participaram das oficinas de hip-hop promovidas pela Rede da Cidadania. Todos acharam a experiência muito interessante, uma vez que foi oportunizado o estudo e a criação de letras de músicas; aperfeiçoaram o grafite, discutiram formas de apresentação, criaram novos passos de dança, enfim, as oficinas proporcionaram a troca de experiências.

Além disso, a inserção dos grupos na Rede da Cidadania possibilitou sua visibilidade, uma vez que eles tiveram a oportunidade de se encontrar,

ao longo do ano, em pequenos eventos. Para alguns grupos, essa visibilidade desdobrou-se em convites para apresentações em outros eventos ou em shows, possibilitando-lhes, assim, vislumbrar a entrada no mercado de trabalho.

Para o ano de 2004, os grupos esperavam continuar o trabalho, visto que pretendiam buscar a profissionalização, ampliando sua inserção no mercado de trabalho, através da participação em eventos e, se possível, gravando seus CDs.

Festival de Hip-Hop pela Paz

O Festival de Hip-Hop teve lugar no Centro Social Urbano do Jardim Paraíso. O campo onde o Festival se realizou era grande, bem amplo, o que possibilitou que as pessoas se acomodassem com tranquilidade. O movimento de montagem do palco, do leva-e-traz os instrumentos, das caixas de som era observado por várias pessoas que circulavam por ali na rua, nos bares e na frente das casas.

À medida que se aproximava a hora do início do espetáculo, as ruas ao redor do Centro Social Urbano foram ficando mais movimentadas. As pessoas vinham de vários lugares, geralmente em grupos, e acomodavam-se para assistir aos “artistas”. A maioria absoluta das pessoas que ali estava era jovem e se vestia de modo muito peculiar: com calças de “skatista”, camisetas largas e bonés.

A movimentação também foi “acompanhada e averiguada” pela Polícia Militar: por ali passaram dois policiais que se dirigiram à mesa de som, perguntando pelo responsável que os atendeu, explicando o motivo do evento e mostrando os papéis que autorizavam sua realização.

Nelsinho, o responsável pela atividade, informa-nos que o Festival que estava “rolando” era uma coisa boa, já que esse acontecimento une os adolescentes que vivem numa situação de violência, e que isto era bom para

que eles não ficassem “à toa” e praticassem crimes. Disse-nos ainda que quem estava “bancando” o som era um candidato a vereador, na cidade.

Ao longo da tarde, passaram pelo palco do evento 12 grupos de hip-hop, oriundos de várias partes da cidade. Aqueles que não eram do local iniciavam sua apresentação pedindo “licença” – uma forma de solicitar a atenção do público e pedir autorização para falar – justificavam sua presença no evento e agradeciam a oportunidade de se apresentar naquela região.

Dentre as pessoas que estavam ali, reconhecemos Serginho, um oficinairo da Rede da Cidadania que estava acompanhado de seu irmão e de um MC conhecido por Rey. Este, ao saber de nosso interesse pelo hip-hop, nos procurou e nos mostrou um CD que havia gravado com os oficinairos e com os alunos do grupo de que ele participava no CAIC. O CD foi feito artesanalmente: foi gravado numa guarita do CAIC onde eles fizeram o isolamento sonoro e gravaram algumas músicas.

As pessoas que assistiam ao espetáculo foram muito receptivas com o som, dançavam e cantavam, o que demonstrava que conheciam os grupos e também acompanhavam as músicas que eles estavam cantando.

Nas nossas idas e vindas pelo lugar, vimos Luana – uma oficinaira de grafite da Rede – que estava fazendo seus grafites na passarela que ficava no final da rua.

Do Movimento Hip-Hop

Acompanhar os dois eventos de hip-hop foi muito interessante, pois, através deles, pudemos conviver com dois estilos bastante diferentes de abordagem deste ritmo musical. No primeiro, boa parte das letras das músicas que foram apresentadas tinha um teor religioso – era um “hip-hop gospel”. Já no evento “Hip-Hop pela Paz”, essa vinculação não ficou tão marcante. Sucede até que alguns grupos que ali se apresentaram, fazerem apologia da violência.

Tal diferença nos faz pensar numa certa cisão no “Movimento” hip-hop em Londrina. Por um lado, temos alguns grupos que pretendem divulgar, através das letras de música, um padrão de comportamento (quando no enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelos jovens da periferia) que se distancie da ação violenta, indicando outras alternativas para a resolução dos problemas. Por outro lado, temos grupos que fazem apologia da ação violenta, como uma forma de confronto com as instituições sociais estabelecidas.

Tivemos a impressão – pelas observações que realizamos no Festival de Hip-Hop – que a pretensão do Projeto da Rede da Cidadania é promover um hip-hop mais “domesticado” – não afeto à violência. Pensamos que essa forma de abordar a questão é legítima, uma vez que, enquanto política cultural, a Rede é propositiva e executora de um ideário cidadão – “participativo”.

No entanto, o efeito dessa política, ao privilegiar determinada compreensão do fenômeno hip-hop, mantém uma certa divisão no “movimento”, pois, em vez de promover e manter as contradições intrínsecas ao movimento – o que seria muito interessante no que diz respeito à organização dos próprios grupos envolvidos com o hip-hop -, “investe”, através das oficinas, aprendizagem, etc., em “alguns” grupos, naqueles que se filiam a sua ideologia.

Tematizando a política cultural para juventude e outras questões

Tomamos como ponto de partida para nossas reflexões acerca da política cultural desenvolvida pelo Projeto Rede da Cidadania, a idéia de que as atividades de fruição e produção de cultura, assim como as de recreação e esporte, são campos centrais para a vivência da condição juvenil. São espaços propícios para construção de identidades e da sociabilidade, como também para a criação de linguagens e códigos próprios.

Assim, a participação do jovem em atividades dessa natureza (cultural, de lazer e recreação) possibilita experimentação, a troca de informações, a ampliação de referências, a elaboração e o confronto de valores. Permite que os jovens encontrem-se com outros jovens, em espaços menos controlados e regrados por adultos, ou, no mínimo, sob a tutela de adultos.

De certa forma, encontramos, em nossas cidades, falta de equipamentos e de mecanismos que propiciem o acesso a atividades desse tipo, principalmente nas regiões mais pobres e periféricas.

No entanto, uma pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania (2004), mostra que, apesar da falta de apoio institucional – principalmente do poder público – uma das marcas da geração atual tem sido a proliferação de grupos juvenis, principalmente entre os setores populares, que se configuram como espaços de criação cultural, tornam-se verdadeiros canais de articulação de identidades coletivas e transformam-se em referência para além dos participantes diretos do grupo, sinalizando comportamentos e posturas éticas para grandes contingentes de jovens, em escala nacional. Nesse sentido, os resultados da pesquisa quantitativa mostram a presença desses grupos na vida juvenil:

[...] 15% dos jovens participam diretamente de algum, e quase metade dos jovens pesquisados (54%) conhece grupos culturais do seu bairro ou comunidade; em primeiro lugar de música, mas também de teatro, dança, rádio comunitária etc, além de grupos ligados a esportes radicais como o skate (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p.17).

Cabe registrar que, no que tange à política cultural implementada pela Rede da Cidadania na cidade de Londrina, os jovens envolvidos pelas oficinas – especialmente aquelas do hip-hop que aconteceram ao longo do ano de 2003 - sentiram-se bastante satisfeitos, visto que ali tiveram a oportunidade de experimentar espaços de construção de identidades

coletivas. Essa participação deve ser pensada como um recurso pedagógico eficaz na educação para o exercício da cidadania, uma vez que tais espaços propiciaram reflexões em torno da realidade que vivenciam, bem como formas alternativas de expressão de tais experiências, através da música, da dança e do grafite.

Ao trabalhar com oficinas de hip-hop, a Rede também reconhece uma forma de expressão própria das periferias e, concomitantemente, lhes dá visibilidade. Isso significa dizer que tal valorização coloca em movimento as contradições produzidas pela organização de nossa própria sociedade, recolocando as questões pertinentes à juventude como um problema que diz respeito a todos, e não só aos jovens.

O projeto, por sua vez, tem promovido, na cidade de Londrina, uma participação efetiva da juventude nas políticas para o setor cultural, possibilitando a construção de uma cultura política, nos termos propostos por Coelho (1999). Tal desdobramento efetiva-se em várias dimensões: participação dos jovens nas Conferências Municipais de Cultura em que os usuários do projeto têm assento, voz e voto; participação nas escolhas das oficinas a serem oferecidas pela Rede; implementação de recursos que deram continuidade às atividades desenvolvidas no ano de 2003. Os grupos que participaram das oficinas de hip-hop no ano de 2003 tiveram acesso a uma formação mais específica através de oficinas, realizadas em 2004, e preocuparam-se em organizar os grupos na preparação de shows.

A Rede da Cidadania, por sua vez, cumpre um papel cultural extremamente importante para os jovens porque oportuniza espaços para a formação da sua identidade cultural, possibilitando-lhes informação, lazer e cultura, o que contribui para que eles desenvolvam, não só um senso crítico da realidade em que vivem, mas, ao mesmo tempo, meios de expressão através de uma estética própria.

No que diz respeito à cultura, vale registrar, brevemente, as várias

dimensões desse conceito. A mais geral, encerra a idéia de produção de sentidos que norteiam e valorizam a vida em sociedade. Outra pressupõe a constante invenção e reinvenção de formas e de canais de comunicação entre diferentes atores e instituições sociais. Finalmente, a mais corriqueira refere-se à existência de múltiplas manifestações culturais expressas sob forma de arte. Em todas essas dimensões, a cultura é dinâmica, não monolítica. No contexto da discussão sobre políticas públicas de juventude, falar em cultura é integrar os três conceitos: disputar sentidos, comunicar imagens, valores e vínculos societários e, ainda, atribuir importância às manifestações artísticas, produzidas ou apreciadas pelos jovens.

Nesse sentido, entendemos que a oferta de políticas que garantam o desenvolvimento de uma cultura politicamente específica da juventude, direcionadas para esse segmento e vinculadas seja à saúde, seja à educação, seja à cultura, devem ser pautadas em programas e ações que assegurem expedientes e métodos participativos, potencializando a energia juvenil para o enfrentamento de problemas sociais imediatos, que interfiram em suas trajetórias pessoais e interajam nas questões da cidadania.

Para fortalecer as possibilidades de participação dos jovens, no âmbito das políticas públicas de juventude, é preciso ampliar o acesso a informações qualificadas, a conhecimentos apropriados, a recursos materiais e simbólicos, a canais de expressão e comunicação. Essas são condições fundamentais para que amplos segmentos juvenis sejam considerados, não só como interlocutores legítimos, mas também como agentes fundamentais na definição de indicadores, para monitoramento e avaliação das políticas públicas de juventude.



Bibliografia

COELHO, Teixeira. *Guerras culturais: arte e política no novecentos tardio*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

INSTITUTO CIDADANIA, *Projeto Juventude*: documento de conclusão. São Paulo, 2004, p.17. Disponível em: <http://www.projetojuventude.org.br>. Acesso em 18 maio 2005.

LONDRINA. Prefeitura do Município. *Rede da Cidadania: a cidade como circuito expressivo*. Londrina: Secretaria Municipal de Cultura, 2003. (mimeo).

MOVIMENTO HIP-HOP. Disponível em <http://www.movimentohiphop1.hpg.ig.com.br/> Acesso em 18 maio 2005.

PROJETO JUVENTUDE: perfil da juventude brasileira. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.projetojuventude.org.br>. Acesso em 18 maio 2005.

TURRA NETO, Nécio. *Enterrado, mas ainda vivo!*: identidade punk e território em Londrina. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

UEL - Universidade Estadual de Londrina. Relatório de pesquisa *Catálogo sobre juventudes: (re)conhecendo diversidades e desigualdades juvenis em Londrina e região*, Londrina, 2003.



Resenhas

SOUZA, Carina. *Punk e modismo: visão em Londrina*. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Irineu Jun Yabushita

A autora apresenta um panorama do movimento *punk* de Londrina na década de 90, observando aspectos relacionados à ideologia *punk* e ao modismo, relacionado à “imagem” *punk* veiculada pela mídia. O problema apresentado pela autora está relacionado à destruição do movimento *punk* de Londrina, supostamente causado por esse tipo de exposição midiática.

O objetivo principal da autora está na tentativa de contribuir com a discussão sobre os temas relacionados, demonstrando que a dissolução do movimento não se deu com o surgimento do modismo, isto é, ela levanta elementos que demonstram que o movimento não se confunde com o modismo.

Em seu trabalho, a autora destaca o histórico do surgimento do movimento *punk* mundial, na Inglaterra nos anos de 1970, e os aspectos envolvidos em relação à mídia e à sociedade da época. A partir daí, mostra como o movimento se difundiu mundialmente, em virtude da sua postura, da aparência e da música característica, e esclarece sobre os seus desdobramentos, sobre sua relação com a sociedade, e com alguns outros movimentos juvenis e, ainda, sobre sua politização.

Depois disso, a autora fala sobre a origem do movimento no Brasil, iniciado com algumas reportagens, em 1977. Porém, alguns aspectos que ocorreram no Brasil auxiliaram na adoção da postura de modismo, devido à sua grande propagação, pela mídia televisiva (MTV), e ao fato de que muitas das bandas *punk* tornaram-se comerciais, o que auxiliou no processo de modismo em nosso meio. Outro aspecto interessante, no Brasil, foi a divisão que ocorreu na cidade de São Paulo, o grupo *punk* do centro da cidade (Pessoal da City) acabou se confrontando com o grupo *punk* da periferia (ABC e Zona Leste), fato responsável pela formação de grupos que procuravam a fidelidade da postura, a identidade e a autoafirmação, além da territorialização. Entretanto, apesar destes aspectos, na década de 1990, o movimento *punk* continuou divulgando o seu estilo de vida através da música *punk*, seus Fanzines, seus eventos e o visual característico, o que auxiliou a divulgação, além de ser meio de correspondência com os *punks* do exterior.

Após essa digressão, a autora nos apresenta a consolidação do *punk* em Londrina, que se deu em 1986. Relata que o interesse inicial dos jovens londrinenses em relação ao *punk* nasceu com a música, como ocorreu na Inglaterra. Característica desses grupos foi também a utilização de vestimentas e acessórios típicos, que causaram susto na sociedade londrinense, denominada pela autora, como conservadora e moralista.

Também foi comentado que o *punk* londrinense, no seu início, teve a postura “anarco-*punk*”, adotando o anarquismo como ideologia. Porém, por não assimilar a “teoria anarquista”, os jovens a adotaram como bem entendiam.

Em seu trabalho, a autora descreve vários fatores externos relacionados à “decadência” do movimento *punk* de Londrina, porém, não apresenta fatores intrínsecos que poderiam ter causado a diluição do movimento, em sua adaptação, seja à modernidade, seja ao movimento

identitário dos jovens. Outro aspecto observado é que objetivo e justificativa do trabalho se confundem, pois, a partir de seus argumentos, observa-se que a autora está bastante envolvida com o movimento, o que poderia ter ofuscado sua reflexão sobre o tema.

LANDHAMMER, Fernanda Maria; LIMA, Flávia Yoshitami. *Sanduíche: uma revista eletrônica para os jovens*. 2002. 79p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) – Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Irineu Jun Yabushita

O trabalho é a proposta de um programa da televisão aberta, em formato de revista, para a veiculação de matérias voltadas ao público jovem, já que as autoras observaram inexistência de um programa que apresentasse matérias diretamente direcionadas ao público jovem.

No seu trabalho, as autoras conceituaram os sistemas de difusão de informação, utilizados pela mídia, os formatos utilizados em programas televisivos e os gêneros jornalísticos utilizados para a difusão das matérias.

Para tal proposta, foi realizada uma pesquisa não-probabilística intencional, envolvendo respostas de jovens, com diferentes graus de escolaridade e classes sociais, para a obtenção de dados referentes ao perfil, às preferências dos jovens entrevistados em relação aos temas, à periodicidade, ao horário de veiculação, ao formato do programa, à duração, à abordagem, ao cenário, ao número e ao figurino dos apresentadores.

A pesquisa deu-se entre os dias 03 e 14 de setembro de 2002, envolvendo 200 jovens, com idade entre 14 e 21 anos, sendo 23 estudantes da Escola Municipal Jadir Dutra de Souza (Patrimônio Selva);

45, da Escola Estadual Behair Edna Mendonça (Região Norte); 40, de várias escolas particulares; 30, da Guarda-Mirim de Londrina; 42, da Universidade Estadual de Londrina e 20 jovens, consultados no Calçadão.

Os dados da pesquisa demonstraram que a idade da maioria dos jovens é de 14 a 15 anos, seguidos dos de 18 a 19 anos, do sexo feminino, com renda familiar entre 1 e 5 salários mínimos e entre 5 e 10 salários mínimos; a escolaridade que mais sobressaiu foi a superior incompleta, seguida pelo ensino médio incompleto.

Em relação aos hábitos televisivos, observou-se que a maioria assiste à televisão, sendo os filmes, os programas de humor e os jornalísticos os preferidos, assistidos todos os dias, normalmente no período da noite.

Quanto ao programa preferido, a maioria assistiria a um programa jornalístico, com cenário colorido, moderno e com imagens externas, apresentado por pessoas com roupas modernas e linguagem jovial, sendo o formato preferido o de revista, com tempo de duração de 30 minutos, periodicidade semanal, no período noturno e, tendo como assuntos, sexo, comportamento, cultura, com abordagem interpretativa.

Assim, a partir dos dados obtidos, foi feita uma proposta de programa, contendo os temas e os formatos preferidos pelos jovens entrevistados.

O trabalho analisado apresenta todos os principais itens relacionados a um trabalho científico, e também mostra a possibilidade de realização de um programa, baseado nos dados obtidos na pesquisa.



juventudes do campo

capítulo 5



jovens do campo:

a procura de
visibilidade social

Maria Regina Clivati Capelo
Suely Aparecida Martins
Wagner Roberto do Amaral

Juventudes do campo: refazendo caminhos pesquisados

No final da década de 1960, Britto (1968) organizou quatro volumes de “Sociologia da Juventude”, nos quais constam apenas dois textos sobre juventude rural¹. No artigo intitulado “Problemas de uma Sociologia da Juventude Rural”, Guigou (1968) aponta inicialmente as dificuldades que os sociólogos enfrentam para tratar dessa temática e mostra que eles precisam livrar-se de certos preconceitos tal como ocorre com a questão do isolamento do mundo rural. Embora ressalte as diferenças entre jovem urbano e rural, Guigou, que focaliza o contexto rural francês, ajuda a entender que ser jovem é mais do que viver uma fase transitória. Para ele, existem diferentes modos de ser rural: aqueles que vivem e trabalham no campo² (jovens rurais-agrícolas) e aqueles que trabalham

1. A concepção inicial do projeto de pesquisa do qual resultou este capítulo, previa o levantamento e a catalogação de dados quantitativos sobre juventudes. Entretanto, a carência de dados sobre jovens rurais, na região de Londrina, suscitou a necessidade de realizar um estudo do tipo “estado da arte”, com a finalidade de levantar resultados de outras pesquisas que pudessem contribuir para a compreensão das diversidades e desigualdades juvenis. Para tanto, foi preciso extrapolar o período delimitado pelo projeto que abrangia os anos de 1980 a 2000. Por isso, apenas nesta área temática, do presente livro, recuamos no tempo, tentando encontrar trabalhos que pudessem ilustrar preocupações acadêmicas com jovens do campo.

2. Ao longo das discussões ocorridas no grupo de pesquisa, optamos pelo uso da expressão “campo” para abranger todas as situações que estão presentes no mundo rural, bem como para fugir da armadilha que considera o rural como espaço exclusivo da agricultura ou da pecuária, em oposição à modernidade industrial do urbano. Essa oposição não satisfaz a necessidade de compreender o campo em toda a sua complexidade e diversidade.

na cidade, mas residem em vila rural (operários rurais). O local da moradia³ e as correlações entre as atitudes sócio-culturais dos jovens rurais, confrontados com a profissão dos pais, são critérios que permitem comparar a ocorrência de mudanças entre gerações⁴.

Viver a faixa etária entre 16 e 24 anos não é suficiente para definir o jovem rural. Conforme Guigou, é preciso que o jovem declare-se como tal. Isso indica a necessidade de analisar as relações desses jovens com a sociedade mais ampla, bem como de definir historicamente as continuidades e as descontinuidades, que permitem caracterizar os jovens rurais de cada época.

Sustaita (1968)⁵ compreende que o adjetivo “rural” é de difícil entendimento, em geral é definido pela oposição com o urbano. O autor prefere, no entanto, usar o que denomina de “marco de referência”, isto é, no mundo urbano as referências tendem a ser mais abstratas, exigindo a compreensão de símbolos; no mundo rural, as referências tendem a ser mais concretas – as plantas, os rios, as fontes.

Afirma ainda o autor (1968, p. 208) que jovem rural é aquele que se localiza na faixa etária entre 15 e 24 anos, “que viveu aproximadamente até a idade de 15 anos no meio rural, tempo durante o qual se socializou com pautas de ação e relação rurais”. Subdivide em dois subgrupos: os

3. Consoante Guigou (1968, p.75), para ser rural, o jovem precisava residir “numa comunidade de menos de 40% de sua população ativa, vivendo apenas de seus rendimentos agrícolas e trabalhando efetivamente na agricultura”.

4. Exemplo desse tipo de estudos é uma pesquisa entre jovens belgas: entre outras revelações importantes, detectou-se que 30% dos jovens rurais exerciam a mesma profissão de seus pais e que 70% desses pais exerciam a mesma profissão dos atuais avós (GUIGOU, 1968, p. 87).

5. O autor mostra que nos países desenvolvidos, a exemplo dos EUA, não há “diferenças de renda, educação, emprego, atividades recreativas e escolha vocacional entre jovens da cidade e os do campo”, contrariamente ao que ocorre nos países em desenvolvimento.

residentes rurais e os migrantes que vivem na cidade; cruza essas variáveis com a estrutura econômica de países “desenvolvidos ou subdesenvolvidos” e realiza uma análise, levando em conta a situação de classe social. Mostra similaridades entre os jovens de classe média do campo e os da cidade, na maioria dos países industrializados, mas reconhece que os jovens do mundo rural são mais suscetíveis aos valores tradicionais. Também as moças rurais, quando comparadas com as urbanas, apresentam comportamentos mais regrados (fumam e bebem menos do que as urbanas) e seus pais são mais rigorosos quanto aos costumes. Notou, entretanto, muitas diferenças entre jovens rurais de classe média e de classe baixa.

Nos países subdesenvolvidos, conforme Sustaita (1968, p. 217), a juventude rural “somente participaria no *primitivismo* que sofre sua sociedade pelas más condições sanitárias, educacionais, alimentares etc.” Ressaltando que não existem pesquisas descritivas em economias subdesenvolvidas, o autor finaliza, afirmando que o problema dos jovens migrantes rural-urbanos, tanto em países desenvolvidos, quanto em subdesenvolvidos, pode ser analisado em relação à situação de classe social e à integração no complexo sócio-cultural urbano.

Eisenstadt (1976, p. XIII) propõe-se a comparar sociedades em que existam grupos etários, com aquelas em que eles não existem, de modo a revelar que os grupos etários só emergem em sociedades universalistas, ou seja, “em sociedades em que a família ou qualquer outro grupo particularista não é a unidade básica da divisão social do trabalho” Nesse sentido, o autor, ao comparar os setores urbanos com os setores rurais nas sociedades modernas, destaca que, no mundo rural, a vida do adolescente transcorre na unidade familiar e o adiamento de sua maturidade social deve-se a um longo período de preparação, não se constituindo como um problema. Por sua vez, “sua consciência

também não se origina de uma idade específica e de problemas juvenis, como nos setores mais modernizados e urbanizados” (1976, p.161). Dessa forma, os grupos etários que surgem, são imprecisos, pouco coesos e com características de grupo de brincadeira.

Essa situação pode sofrer alguma alteração nos setores rurais, quando crianças, adolescentes e jovens têm acesso à escola, mas mesmo assim, minimamente, pois “o tradicional ‘familismo’ da vida rural mantém seu controle e o impacto da gradação etária da escola não é muito significativo” (EISENSTADT, 1976, p. 161). Ainda conforme esse autor, a escola nos setores rurais assumirá seu papel, à medida em que esses setores se tornarem mais mecanizados e orientados para o mercado. Assim, os grupos etários tornam-se importantes, quando a economia auto-suficiente (de caráter familiar) se debilita e os pais já não conseguem agregar todos os filhos ao trabalho da terra, tendo a necessidade de aumentar as alternativas ocupacionais (1976, p.162).

Os estudos referidos tomavam como parâmetro para a definição da categoria “juventude”, a idade, embora expressassem preocupações com a problemática das identidades e classes sociais e dos pertencimentos político-culturais. A partir dos anos 1980, Bourdieu (1983, p. 112-113) alertou os sociólogos, afirmando que as faixas etárias são arbitrárias e relativas, servindo para “impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em seu lugar”. Conquanto admita que as relações entre idade social e idade biológica são muito complexas, entende que se trata de uma manipulação o fato de focalizar os jovens como um “grupo constituído dotado de interesses comuns, relacionados a uma idade definida biologicamente”.

Considerando “juventude” apenas uma palavra, Bourdieu explica que **208** “juventude e velhice não são dados, mas construídos socialmente na

luta entre os jovens e os velhos”⁶, por isto a palavra juventude fica vazia de sentido se ela não se referir a dados empíricos. Os pertencimentos e identidades juvenis são construídos com base nas diferenças culturais e desigualdades sociais que marcam, não apenas a dicotomia entre o urbano e rural, mas também aqueles que “parecem” iguais.

A partir de meados dos anos 1980, começaram a surgir estudos latino-americanos interessados por jovens rurais. Desse modo, pode-se dizer que o interesse acadêmico por eles, em toda a América Latina, é muito recente. As primeiras publicações foram realizadas pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)⁷. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) desenvolveu algumas pesquisas, tendo, como preocupação central, as estratégias de vida dos jovens rurais latino-americanos. Em 1996, uma série de artigos reunidos⁸ no livro *Juventud Rural, Modernidad y Democracia*, ampliou os dados empíricos sobre os jovens rurais da América Latina, conhecendo suas especificidades para subsidiar a formulação de políticas públicas, adequadas para a permanência no meio rural, e procurou dar-lhes maior visibilidade social.

No Brasil contemporâneo, os jovens rurais, ao contrário dos urbanos, constituem uma categoria de análise ainda em construção. Só

6. Ariès (1981) demonstra como se deu a construção histórica da infância, etapa que não existia na Idade Média.

7. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA - é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado por resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana, em outubro de 1942. Os objetivos do IICA são estimular, promover e apoiar os esforços dos estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural. Presta cooperação técnica de acordo com as diretrizes e as prioridades das políticas governamentais de seus 34 estados membros para o setor agropecuário.

8. A publicação recebeu apoio da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe; OIJ - Organização Iberoamericana de Juventude, UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

recentemente passaram a ser reeleitos como sujeitos de algumas pesquisas (CARNEIRO, 2005). Ainda que os estudos da década de 1990 possam ser caracterizados como pontuais, parece haver uma predominância de trabalhos no sudoeste de Santa Catarina, onde foram desenvolvidas uma série de pesquisas, articulando a agricultura familiar e juventude, bem como no Rio Grande do Sul, com as iniciativas de Durston (1994).

Camarano e Abramovay (1999) demonstraram que, em razão dos fluxos migratórios, o Brasil rural estaria vivendo um movimento de desruralização, caracterizado pela evasão de mulheres e de jovens. Na década de 1960, o grupo etário que migrava para as cidades tinha uma idade média de 40 a 49 anos; nos anos 1990, o grupo etário migrante passou a ter de 15 a 19 anos. Sendo assim, foi-se configurando um mundo rural mais masculino e mais envelhecido. Os autores ressaltam, no entanto, a existência de diferenças regionais, mostrando, por exemplo, que no Nordeste brasileiro há o menor grau de masculinização.

Em 1997, Abramovay e seus colaboradores publicam os resultados da pesquisa intitulada *Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*⁹. Os dados foram obtidos no município de Saudades, localizado no oeste de Santa Catarina. Tendo, como preocupação central, a questão dos novos padrões sucessórios, os autores encontraram dados que revelam a permanência e a predominância do poder paterno na definição dos padrões sucessórios, ressaltando que, na “agricultura familiar”, ocorre a expulsão das moças que têm menos

9. A pesquisa foi desenvolvida com apoio da FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - em convênio com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - bem como do Centro de Pesquisa para a Pequena Propriedade.

chances de herdar a propriedade, pois isso acontecerá apenas “quando houver terra para todos”. Para as moças, a permanência no campo ou o êxodo para as cidades são alternativas mais próximas de determinações do que de opções, apesar de isso constituir vantagens para elas, porquanto a cidade possibilite que as moças prossigam seus estudos, ao contrário dos rapazes que permanecem no campo. O movimento de masculinização da juventude rural está ligado ao papel subalterno, imposto às moças no interior das famílias; nesse sentido, o viés de gênero que permeia os processos migratórios mostra como são diferentes as perspectivas oferecidas nas unidades familiares de produção para rapazes e moças, pois, embora ambos participem do trabalho na propriedade, as moças não têm acesso às tarefas que exigem certo grau de responsabilidade e de decisão.

É a figura paterna quem decide o momento da passagem das responsabilidades sobre a gestão da unidade, ao passo que, segundo as perspectivas dos filhos, essa transmissão deveria estar vinculada à sua capacidade de gestão autônoma. Hoje, esse caráter hierárquico paterno mostra-se mais tênue; contudo, nem sempre há uma concordância entre a perspectiva do filho e a decisão do pai. A maior prova de declínio da hierarquia familiar paterna camponesa é a saída das moças do campo para a cidade.

As transformações da relação entre gerações e sexos não foram acompanhadas pelas mudanças ocorridas no ambiente social de reprodução agrícola. Por isso, torna-se evidente o estímulo para a manutenção do rapaz na unidade de produção familiar ao passo que as moças, em sua maioria, permanecem no campo só por fatalidade, quase nunca por opção. É exatamente por este motivo que o autor faz um alerta aos programas sociais de atenuação do êxodo rural, para que estes incorporem em seu funcionamento e elaboração as dimensões de

geração e gênero. Ressalta também a necessidade de formulação de políticas sociais e não apenas de programas temporários.

No início dos anos 2000, surgem trabalhos focalizando temáticas relacionadas com o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), cuja existência informal reporta-se ao período final da década de 1970, nas comunidades rurais do sul do Brasil. Sobre os jovens do MST, Branco (2003) focalizou jovens assentados na fazenda Ipanema, localizada no município de Iperó, no interior de São Paulo. O trabalho de campo permitiu articular três categorias básicas: identidade, juventude e movimento social. O estudo da identidade foi realizado com base em situações vividas concretamente, levando-se em conta a processualidade dos fatos e o modo como os jovens se inserem no movimento social pela terra. A juventude é focalizada como uma etapa transitória, na qual os jovens pertencem a grupos de convivência que são demarcados pela situação de classe, de condições de gênero e de etnia.

Os jovens deslocaram-se do espaço urbano para a realidade rural acompanhando os pais, mas todos sabiam que era o único meio de “mudar de vida”. Assim, suas identidades vão sendo construídas no confronto entre cidade e campo que se “complementam, mas também se excluem”. A condição de novo camponês não dilui o rótulo de “sem-terra”, ao contrário, continua marcando a diferença daquele que permanentemente fica situado num “lugar fora da lei” – um transgressor. No acampamento, os sofrimentos foram muito grandes, pois os modelos de personalidades bem sucedidas, apresentados pela mídia, são essencialmente urbanos, assim como suas memórias se reportam a modos urbanos de organização do cotidiano, indicando um saudosismo dos lugares da infância, na cidade. Esses jovens não acreditam que só o trabalho na lavoura seja suficiente para lhes garantir a permanência no campo, que exige muitos investimentos. A cidade torna-se referência para

sustentar um projeto de vida rural e os jovens desejam alimentar o sonho dos pais, trabalhando na cidade. Eles estão dentro do movimento, mas, ao mesmo tempo, assemelham-se e diferenciam-se dos de “fora”, vivem numa realidade hierarquizada e heterogênea, na qual são incluídos de forma excludente. Eles têm vergonha de dizer que são “dos sem-terra” e não se sentem plenamente integrados nas relações de trabalho no campo.

Querem ser reconhecidos pela sociedade pelo seu valor, que só será provado quando tiverem sucesso como camponeses, quando se tornarem produtivos e competitivos. Sentem vergonha porque são discriminados como transgressores, mas também porque, depois de cinco anos de árduas lutas, não têm do que se orgulhar, continuam pobres. O sonho de mudar de vida ainda não se concretizou.

Martins (2003, p. 69)¹⁰, ao analisar “o sujeito oculto” da reforma agrária, entre as questões referentes à juventude do campo, remete-se aos jovens de assentamentos. Citando pesquisa realizada por Moraes Silva, em um assentamento do município de Araraquara/SP, o autor diz que a pesquisadora identificou dois grupos de jovens no assentamento: aqueles que pretendem dar continuidade à luta dos pais, pois se identificam com o trabalho agrícola, e aqueles que, educados no meio urbano, buscam a qualificação profissional, como estratégia para retornar à cidade e se tornarem assalariados urbanos. Em relação ao segundo grupo, Martins identifica um problema de ajustamento, sobretudo, das novas gerações, que, em nome da inclusão social da reforma agrária, são obrigadas ao

10. Em “O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária”, o autor analisa comparativamente a vivência da reforma agrária em cinco assentamentos brasileiros. Para tanto, utiliza-se de estudos de casos realizados em assentamentos das cinco regiões brasileiras, pelas pesquisadoras: Eliane C. Brenneinsen, Maria Aparecida Moraes Silva, Maria da Conceição Quintero, Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Sonia Barbosa Magalhães, entre o segundo semestre de 2001 e início de 2002.

trabalho agrícola. Para esses jovens, não há justiça social e a reforma agrária é vivida como recusa, já que “suas referências são urbanas e é esse o modo de vida que ordena seu entendimento do que é o trabalho e de quais devem ser os frutos do trabalho”.

Com base ainda na pesquisa de Moraes Silva, Martins (2003) ressalta que muitos jovens vivem um processo de exclusão dentro do próprio assentamento. Quando não estudam, nem possuem lote próprio para cultivo, são obrigados a prestar serviços informais e temporários, seja no próprio assentamento, seja fora dele. Isso aponta a falta de terras nos assentamentos para as novas gerações, especialmente para rapazes e moças que, precocemente, constituem família em virtude de uma gravidez não planejada. Outra questão que merece ser destacada refere-se à reprodução familiar e ao papel da escola nesse processo. Embora os pais considerem fundamental a educação como forma de ascensão social para os filhos, também querem que os filhos continuem na terra. A escola, nesse sentido, é vista como um hiato, que separa as novas gerações das demais e de seus valores. Isso também foi evidenciado nas pesquisas realizadas por Maria da Conceição Quinteiro, em Goiás, e por Maria de Nazareth Wanderley, em Pernambuco, também citadas por Martins. Em sua pesquisa, Wanderley fala dos desejos dos pais por uma “escola que impeça as separações de pais e filhos, que assegure a contínua reconexão entre o mundo dos pais e o mundo dos filhos” (MARTINS, 2003, p. 77).

Stropasolas (2002) norteou sua abordagem pela necessidade de compreender as ruralidades, conforme as representações dos jovens. Partindo do conceito de “juventude”¹¹, como categoria social e não

11. Stropasolas (2002) recorre a inúmeros teóricos que analisaram a questão da juventude entre os quais: Bourdieu, Guillaume, Hobsbawm, Gauthier, Parazelli, Molgat, Roulleau-Berger, Levi-Schmitt, compondo importantes referências que contribuíram para o enriquecimento analítico da questão.

somente como etapa transitória para a maturidade, o autor afirma que moças e rapazes ressaltam as especificidades de viver e pertencer ao rural, seus modos de brincar, as dificuldades para estudar, e terminam reconstruindo suas infâncias. Na verdade, apresentam as continuidades do passado e as rupturas implementadas pela penetração da TV. O rural ainda é apresentado como diferente do urbano, com redes de sociabilidade que incluem o jogo de futebol como espaço masculino, as festas específicas, os carrinhos de roda de madeira, bailes e cultos. Os jovens no campo que experimentaram a

[...] vida urbana reconstróem a dimensão da ruralidade em seus projetos de vida. Isso tudo se manifesta nas representações que formulam em torno do trabalho, da família, da educação, do lazer, do “interior” ou da “cidade”, entre outras, que passam a adquirir conotações diversas entre os jovens. (STROPASOLAS, 2002, p. 176).

Essas conotações diferenciadas, que ocorrem entre jovens no/do campo, determinam a necessidade de realizar outras pesquisas em territorialidades rurais diversas, a fim de confrontar dados, realidades, possibilidades e postular políticas sociais mais consentâneas com os desejos e as necessidades desse segmento social. A diversidade dos pertencimentos cultural e de classe aumenta as dificuldades para configurar um perfil da juventude rural brasileira.

Carneiro (2005), ressaltando a heterogeneidade da juventude brasileira, alerta sobre a impossibilidade de traçar um perfil da ‘juventude rural’ e prioriza a análise dos valores e dos projetos de vida de 665 jovens rurais, distribuídos por cinco regiões brasileiras. Sobre escolaridade, conclui que, entre os jovens rurais de hoje, apenas 1% deles não estudou, enquanto 60% dos seus pais não estudaram ou fizeram até a 4ª. série. Mostra, no entanto, que “o grande gargalo parece se localizar na idade

em que o jovem começa a ser definido socialmente como ‘trabalhador’ em potencial, esperando-se, então, que ele contribua para aumentar a renda da família” (CARNEIRO, 2005, p. 249). Isso explica porque entre os 60% que freqüentaram o ensino fundamental, apenas 14% concluíram a 8ª série. A autora soma-se a muitos outros pesquisadores ¹² que destacam a valorização social da educação escolar, como condição de melhoria de vida para os jovens rurais.

Conforme os dados obtidos, entre os quais os referentes à baixa remuneração, a situação dos jovens rurais no mundo do trabalho caracteriza-se pela precariedade. Menos de um terço dos jovens, que trabalham na cidade e residem no meio rural, dispõe de direitos trabalhistas garantidos; os demais são trabalhadores informais.

Os valores dos jovens do campo são ambíguos: de um lado, alegam que a permanência no meio rural deve-se ao apego familiar ou à origem local e, de outro lado, a “carência de recursos (educação e comércio), o lazer e as opções de trabalho qualificado são apontados como carências que mobilizam a ida para a cidade” (p. 254). Conclui ainda o autor, juntamente com Silvestro (2001), que quanto mais favoráveis e estáveis forem as condições econômicas das famílias, maior será a probabilidade dos jovens permanecerem no campo. Na mesma intensidade do “temor a Deus”, os jovens rurais valorizam o meio ambiente, assim como a igualdade de oportunidades e a solidariedade. Isso contraria a concepção que os classifica como individualistas e descompromissados quanto aos problemas sociais, embora “81% dos jovens rurais e 87% dos urbanos não participem de associações ou grupos comunitários voltados para resolver problemas do bairro ou da cidade” (SILVESTRO *apud* CARNEIRO, 2005, p. 259).

Lembramos também do trabalho de Renk e Cabral Junior (2002, p.9), com o qual procuram compreender o modo “como os jovens filhos/as de agricultores/as vivenciam a experiência de emigração internacional”. Ambientada no Oeste catarinense, a pesquisa ateuve-se exclusivamente aos jovens descendentes de imigrantes alemães que emigram para a Alemanha e retornam.

Este quadro dos caminhos, que vêm sendo historicamente percorridos pela pesquisa acadêmica, não é exaustivo e corre o risco de não fazer a devida justiça aos dados e às análises apresentados nas pesquisas, assim como de olvidar outros trabalhos, tais como o de Silva (2004), que realizou uma pesquisa etnográfica sobre os jovens do município de Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha (MG). A autora focaliza as experiências de jovens sertanejos com a escola, com a família e com outras organizações da realidade local que “combina práticas e valores” de mundos distintos - o rural e o urbano. Este é um entre outros trabalhos já realizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros locais, que podem contribuir para a composição do painel diverso e desigual que reúne os jovens rurais brasileiros.

Jovens rurais ou jovens do campo: primeiras aproximações

Através das pesquisas já realizadas, percebe-se que, embora os autores não estejam muito convictos quanto à aplicação da categoria juventude para explicar os jovens rurais, parece haver consenso de que existem diversas e diferentes formas de ser e de se manifestar como jovem na contemporaneidade. A concepção de juventude entendida como uma categoria analítica, fundada em bases etárias homogêneas, deixa de ser o fundamento explicativo. As juventudes, tanto urbanas quanto rurais, são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação

de classe e dos pertencimentos socioculturais que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, conforme suas condições de existência.

Com base nesse entendimento e considerando que estamos vivendo um tempo de mudanças nas estruturas produtivas, que determinam rupturas ou alterações em diferentes instâncias sociais, fica claro que categorias analíticas de validade universal, tal como ocorre com “juventudes”, precisam ser confrontadas com o concreto vivido, porque nem sempre são capazes de acompanhar a processualidade histórica. O próprio movimento social pode atropelar a produção do conhecimento; daí, a importância de dados empíricos que contribuam para evitar que a categoria seja essencializada ou adquira uma plasticidade incontrolável. Disso também resulta a importância dos questionamentos teóricos que devem informar a coleta e a análise dos dados empíricos.

As dificuldades para focalizar a categoria “juventudes” são muitas, ainda mais quando se trata de analisar jovens rurais ou pertencentes ao campo. Por isso, dedicamos este momento para focalizar especialmente, não exclusivamente, questionamentos evidenciados quanto à pertinência do conceito de “rural”, em comparação com a categoria “campo”, quando se prioriza a pesquisa sobre jovens. Longe de fechar questões, procuramos explicitar um leque de preocupações representativas das angústias e das intenções de pesquisas do grupo como um todo.

Campo ou rural: repensando categorias analíticas

O confronto entre rural e urbano tem sido insuficiente para compreender a complexidade desses mundos no momento atual. Não se trata apenas de opor entre si os diferentes. É preciso ir além, pois o próprio rural está em mudança. Este fato sugeriu a necessidade de adentrar no conceito de “campo”, na tentativa de optar por uma concepção mais abrangente e inclusiva das especificidades e complexidades que marcam o modo de vida

rural e suas relações com as instâncias macrosociais. Este terreno analítico mostra-se mais complexo quando se insere, no rural/campo, a categoria juventude, entendida como uma construção histórica e social que ultrapassa a perspectiva essencialista de uma etapa biológica da vida humana.

Nos anos 1970, estudos marxistas aplicados ao mundo rural contribuíram para a superação da concepção harmônica que caracterizou o funcionalismo dos anos 1950 e 1960. Entretanto, incorreram numa visão segundo a qual o mundo rural estaria inexoravelmente condenado à extinção. De fato, a quantidade de população que reside no campo/rural não é a mesma, mas nem por isso sua importância deve ser minimizada, mesmo porque a sobrevivência social depende, em parte, dessa minoria de homens, mulheres, crianças, jovens e velhos, que reivindicam esse modo de pertencimento, mesmo que, em muitos casos, já se encontrem integrados ao mercado e à produção capitalista.

Conforme Stropasolas (2002), a existência de uma Sociologia, dedicada especificamente à análise das questões rurais, arregimentou inúmeros pesquisadores no Brasil, em torno de uma perspectiva analítica parcelar, fundada na dicotomia entre cidade e campo. Martins (1986) demonstrou a necessidade de ultrapassar essa dualidade, presente na concepção positivista da sociologia rural, para explicar o rural como socialmente produzido. Ainda assim, o rural permanece condicionado culturalmente à idéia de produção e produtividade agrícola e pecuária. Contudo, esse enquadramento ficou restrito para caracterizar o campo que, além das preocupações econômicas, passou a abranger outras formas de produção, prestação de serviços, concepções, identidades e modos de significar as ruralidades. Acrescente-se também o desafio de “inserir os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna e de assegurar a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural, como patrimônio da sociedade” (STROPASOLAS, 2002, p.19).

De fato, o mundo rural existe, tem características próprias ¹³, mas não existe como no passado. Daí a necessidade de superar a leitura essencializada, compreendendo as contradições internas e a dinâmica histórica, bem como incorporando o caráter polivalente do rural que resulta de forças que também são urbanas, ou seja, de um movimento que pode ser denominado de “contra-urbanização”. Nesse sentido, o significado de rural/campo não se limita ao lugar da produção agrícola e produtividade rural, mas também a um espaço de consumo e patrimônio socioambiental, que deve ser preservado.

Segundo o IBGE, o rural é classificado de modo negativo, pois compreende todas as residências situadas fora dos limites urbanos. Esse entendimento não contribui para a compreensão do movimento da população rural nas pequenas cidades que vão se urbanizando, ao mesmo tempo em que se ruralizam. Muitas cidades são mais rurais do que urbanas e estão localizadas *entre lugares*, isto é, não são nem urbanas nem exclusivamente rurais. Assim sendo, a categoria “rural” torna-se inútil, se for usada para homogeneizar a diversidade que comporta. Ainda que se considere a inexpressividade quantitativa da população rural em face da população urbana, o fato é que o vazio demográfico rural não existe em termos absolutos.

Abramovay e outros (1997)¹⁴ delimita em sua obra alguns aspectos históricos do meio rural no Brasil, traçando suas principais características,

13. No contexto europeu, a passagem do período fordista para o pós-fordismo trouxe para os espaços rurais experiências novas como: o turismo, o crescimento do setor de serviços, do setor de moradias, produção de alimentos orgânicos. Assim, o fatalismo de um mundo rural que só poderia plantar, colher e criar foi ampliado, transgredido por atividades não agrícolas.

14. Abramovay e outros (1997) inauguram a discussão com a convergência das duas categorias: juventude e meio rural, entretanto priorizam os jovens filhos de agricultores familiares, problematizando os processos de transmissão de herança e a questão do gênero, como relação de poder da qual resultam a masculinização e o envelhecimento do meio rural.

como a existência da agricultura familiar, enquanto forma de unidade de produção, e a importância de programas nacionais, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que realiza uma espécie de revisão do modelo agrícola nacional, apontando a necessidade de construir um novo modelo. Depois da década de 1980, conforme o autor, ocorreu uma interiorização das indústrias para as pequenas cidades, formando uma combinação agroindustrial cooperativa que aumentou a produtividade, mas reforçou o desemprego, privilegiando a agricultura capitalista e ignorando a familiar. Essa capitalização da agricultura de exclusão do pequeno lavrador tensionou e promoveu um aumento significativo dos conflitos por terra, no Brasil. De qualquer forma, essa interiorização industrial elimina os resquícios duais e opostos entre o trabalho agrícola e o industrial, fundindo a agricultura camponesa no assalariamento temporário, tornando-se impossível falar de meio rural sem tratar de sua simbiose com o mundo urbano.

Assim, entendemos que a noção de *campo* pode ajudar a ampliar o conceito de rural, para repensar sua relação com a cidade, negando uma dualidade polar ou centrífuga entre eles. A existência de múltiplas relações dos sujeitos com a propriedade da terra, bem como diferentes modos de acesso a ela, traduzem a heterogeneidade social e econômica presentes no meio rural. Da mesma forma, existe também um pluralismo de atividades que vai além das agrícolas e reordena a capacidade produtiva, introduzindo o artesanato, a costura, o comércio, o lazer e o turismo, entre outros. Pode-se afirmar, então, que o meio rural está transformando sua imagem usual porque não se enquadra somente nos limites de atividades vinculadas à agricultura e à pecuária. Ainda que os limites conceituais estejam se ampliando, é preciso ter clareza de que predomina o modelo capitalista, caracterizado como um desenvolvimento desigual e excludente que combina relações de produção *atrasadas* e

modernas, categorizadas segundo o grau de subordinação que mantêm com o capital. É nessa perspectiva que se pode refletir sobre a relação entre cidade e campo/rural.

Campo e cidade podem ser visualizados como complementares entre si, embora sejam, ao mesmo tempo, “singulares e plurais, autônomos e interativos”. A cidade não abrange todas as possibilidades postas pela modernidade que é ampla e inclui a todos e a todas - do campo e da cidade - numa relação de complementaridade e não de mera oposição. Conforme as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”¹⁵, “campo” é categoria ampla, pois representa “campo de vida”, campo de relações sociais de luta pela terra e da luta e resistência para ficar na terra.

“Campo” é parte do mundo e não apenas aquilo que sobra além das cidades. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. É o território dos camponeses, dos quilombolas, das nações indígenas, dos assentados, dos acampados, dos ribeirinhos, dos reassentados... É no campo que estão as florestas, o lugar de renovação constante da vida e, sobretudo, de uma forma especial de socialização e sociabilidade. Nesse sentido, as pessoas que podem ser identificadas como pertencentes ao campo são muitas. O campo abriga agricultores, criadores, quilombolas, pescadores, roceiros, hortifrutigranjeiros, caboclos, meeiros, porcentageiros, além de diferenças de gênero, etnias, religiosidades, espacialidades, temporalidades, histórias de vida, concepções de mundo, modos de viver, de resistir e de lutar.

As diferentes formas organizacionais dos sujeitos no campo superam a figura do camponês tradicional porque mostram a presença de homens, mulheres, crianças, jovens e velhos, que têm a terra como lugar de pertencimento no mundo, como possibilidade de produção e reprodução social. Seus significados diferenciam-se substancialmente e não devem ser confundidos com outros personagens que habitam o campo, como os fazendeiros, os latifundiários, os seringalistas, os senhores de engenhos, os coronéis... São os trabalhadores e trabalhadoras do/no campo que fazem brotar uma dinâmica histórica que parece estar mudando o perfil econômico e cultural da população do rural/campo, diluindo a figura tradicional do camponês. Essa possibilidade de mudança apresenta-se como uma alternativa de sobrevivência e de permanência no campo para os trabalhadores, sobretudo para os jovens, diante do predomínio do agronegócio mais voltado para a grande produção de exportação. A mesma possibilidade também engendra, contraditoriamente, outras alternativas de investimento para o capital.

As mudanças atuais, representadas principalmente pelas novas tecnologias, alteram tanto o cenário rural, quanto o urbano. No campo verifica-se, entre os grandes proprietários, constante ampliação das bases técnicas de produção com a expansão do desemprego estrutural e, entre pequenos proprietários/produtores, nota-se o surgimento de novas formas de organização e a articulação de outras estratégias sociais para garantir a permanência no campo. Nesse sentido, as moças, filhas de pequenos produtores, desde cedo entendem o lugar periférico em que se situam na escala de sucessão hereditária e decidem emigrar para as cidades. Isso sugere, de um lado, o declínio da suposta hegemonia do patriarcalismo nas relações sociais familiares e, de outro, a possibilidade de sobrevivência da pequena propriedade. As migrações seletivas, marcadas pela condição de gênero e de faixa etária, constituem uma

forma de reorganizar as relações familiares, para garantir a permanência dos pequenos no campo. Por isto, a ampliação do conceito de rural, incluindo redefinições sociais e culturais, é uma necessidade que advém do intenso movimento migratório de jovens, cujos efeitos resultam, conforme apontado anteriormente, na masculinização e no envelhecimento dos que permanecem em espaços rurais.

Esse movimento de crescente urbanização ratifica a possibilidade do desaparecimento das sociedades camponesas tradicionais¹⁶. De fato, é complicado falar em mudança rural que não aponte para o esgotamento de um modo específico de ser rural. Não obstante isso, há um retorno ao mundo rural, do qual emergem outras possibilidades de ser e viver em espaços não-urbanos, bem como a possibilidade de reconstituir relações mais íntimas com a natureza. Ainda que não haja qualquer possibilidade objetiva de afirmar que estes novos modos de ser e de viver ruralmente estejam se enraizando no cotidiano vivido, é importante ressaltar que a modernidade implicou o esquecimento dos sujeitos sociais rurais.

Há uma tendência de valorizar o mundo rural, como um lugar gostoso e de contato com a natureza, mas o modelo de desenvolvimento agrícola caminha no sentido contrário. Observando-se as tendências na região de Londrina, nota-se que, à medida que crescem as oportunidades de lazer no campo, há uma diminuição da diversidade das culturas agrícolas, de matas nativas e aumento da poluição dos rios, pois, não somente os grandes produtores e industriais agrícolas são poluidores, também o são os pequenos, que não dispõem de recursos suficientes para investir em

16. O grupo de pesquisa tem clareza de que é preciso discutir com profundidade a questão da existência ou não de sociedades camponesas. No entanto, esta problemática não será analisada neste trabalho para não fugir da centralidade temática – juventudes do campo. Agradecemos a excelente assessoria dos professores Drs. Marcos Henrique Broietti (in memorian) e Fernando dos Santos Sampaio, da UNIOESTE, de Francisco Beltrão (PR).

equipamentos. Para encerrar o contraditório, parece que a mesma sociedade que visualiza, no campo, um espaço de harmonização do homem com a natureza, reafirma e legitima um modelo de desenvolvimento agrícola que não respeita o meio ambiente: os gestores das políticas públicas, independentemente de suas convicções político-ideológicas, defendem o agronegócio, que tende a ser mais um entrave para a permanência e geração de possibilidades de trabalho para os jovens.

Apontar as dificuldades para a manutenção de jovens no campo implica problematizar algumas possibilidades de revitalização desse meio, supondo-se uma intensificação dos contatos econômicos, sociais e culturais com as cidades. Trata-se de desmontar a polarização de campo e cidade, inviabilizando-se a manutenção da idéia tradicional de eterna fixação do homem rural ao campo. Atividades não-agrícolas, mas relacionadas com o meio rural, possibilitam um contato bidirecional entre campo e cidade. Exemplos dessa interação, ou *continuum (r)urbanum*, é a disseminação da música sertaneja, da moda *country* e de receitas culinárias consideradas rústicas ou simples.

Longe de fechar questões, importa salientar que somente o uso da palavra “campo” também não resolve o problema das marcas históricas que ainda se fazem presentes no mundo rural, quando comparado com o mundo urbano. Ainda que o conceito de “campo” possa ser mais abrangente do que o “rural”, não deixa de ser um conceito que precisa ser preenchido com novas interpretações, pois a etimologia das palavras contém significados que lhes são inerentes. Consoante Ernout e Meillet (1985, p. 90), campo e rural (*campus e rus*) significam terreno plano por oposição à montanha. Etimologicamente *rus* é o mesmo que rural, rústico. Explicam ainda (1985, p. 14) que *ager* é agricultura, agrícola, opondo-se, portanto, à cidade. Tem-se então: campônio (camponês) entendido, por

oposição ao cidadão, como mais rústico. Cidade e urbano (*civitas, pólis*) significam “civilizado, cidadão, cidade e desenvolvido”. Contudo, este é um preconceito histórico, herdado do tempo da escravidão, que precisa ser ressignificado. Mais importante do que nominar ou classificar, é ressaltar as interpenetrações e as relações de complementaridade que têm ocorrido entre esses dois mundos. À medida que o capitalismo avança para o campo, este também moderniza-se. Em síntese, pode-se afirmar que o rural e o urbano devem ser compreendidos numa relação de complementaridade e de historicidade. Isso implica pensar as relações dinâmicas e não propriamente as diferenças.

Diferentes modos de construir as ruralidades...

Em momentos de crise, emergem muitas maneiras de construir as identidades sociais; isso supõe que possam existir muitos modos de significar os pertencimentos ao campo, muitas ruralidades. Uma delas está relacionada à idéia de “renascimento” do rural, que supõe, inicialmente, a morte de um velho modo de ser rural e, a seguir, o seu “renascimento” pelo aumento de população não-agrícola no campo, como fruto da crise do modo de vida urbano. Para os jovens, a permanência nesse campo renascido torna-se atrativa, desde que possam estabelecer planos de trabalho para o futuro.

A segunda tendência, que aponta para existência de um “neo-rural”, surgiu na França após 1970, em virtude das migrações rurais e urbanas, em especial de “urbanos” que retornaram ou simplesmente mudaram-se para o meio rural, passando a ser agricultores ou pecuaristas. Esse retorno implicou o reconhecimento e a valorização da produção orgânica, do rústico, do natural e no questionamento do trabalho urbano. Esse “novo rural” ressalta noções positivas do mundo camponês quanto ao tempo, ao espaço, ao trabalho e à sociabilidade e pode ser observado

através de outras evidências empíricas ¹⁷.

Nessa perspectiva, o rural não está necessariamente limitado por fronteiras geográficas, deve ser definido pelas relações sociais. O Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) define a nova ruralidade como uma “leitura renovada do rural” - uma política nova a construir. No Brasil, esse conceito parece estar sendo aplicado para que se entenda mais o novo do que o rural, enfatizando-se as atividades não-agrícolas, em detrimento das funções próprias da agricultura.

Um terceiro modo de representar a ruralidade associa-se a uma crescente aproximação entre o campo e a cidade, reconhecendo-se maior integração e mais semelhanças e rompendo-se com a visão de isolamento e de mera oposição entre atrasado e moderno. Nesse sentido, embora seja mais difícil definir o rural, verifica-se que as diferenças se tornam cada vez menos importantes. Haveria uma espécie de homogeneização espacial e social, apontando para o “fim do rural”. No entanto, a ruralidade está se mantendo com características novas - amplia-se, recria-se e ultrapassa a bipolaridade entre rural e urbano; passa por interpenetrações e relações de complementaridade. Portanto, não se trata de esvaziamento progressivo do meio rural, mas de um novo dinamismo, de recomposição - da perspectiva ambiental às questões rurais e agrícolas clássicas - por meio de uma maior interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas.

Um quarto modo de pensar a ruralidade prioriza a nova base da agricultura moderna, que combina atividades agrícolas com atividades não-

17. As chácaras de final de semana mudam o cenário rural, ajudam na preservação da flora e estimulam a presença de novos moradores e trabalhadores - caseiros, jardineiros, empregadas domésticas, empregados de hotéis, bares e guardiões rurais. Além disso, nota-se o surgimento de restaurantes, passeios a cavalo, criação de pesque-pagues, entre outras possibilidades de turismo rural e investimentos não-agrícolas.

agrícolas, dentro e fora do estabelecimento, fazendo interagir “velhas” e “novas” funções no espaço (r)urbano. Trata-se de um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população rural, uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao modelo de desenvolvimento predominante. Um movimento que expressa uma estratégia familiar, adotada para garantir a permanência do homem no meio rural, para estreitar-lhe os vínculos com a terra, o que não significa que ele deixe de ser colono.

Pode-se pensar a ruralidade, ainda, através do enfoque da “localidade”, que supõe romper o modelo hegemônico e único de agricultura e de rural. Esse enfoque ressalta que, em cada localidade, há uma espécie de ruralidade. Trata-se de uma visão pós-moderna, que focaliza as relações na dimensão microssocial, como espaço de configuração de ruralidades plurais, de encontro de dois mundos que se defrontam e geram conflitos e tensões, ao mesmo tempo em que são fonte de integração e cooperação. Porém, não se trata de englobar um microcosmo, relativamente autônomo, em um macrocosmo socioeconômico, mas de ultrapassar as fronteiras entre o local e o global, pela experiência concreta dos agricultores. Para concluir, conforme Paulino (2002), mais importante do que a pertença ou não a um dado território/territorialidade, é a forma como são construídas as relações sociais entre os agentes locais e entre estes e aqueles que vêm de fora. Essas relações refletem como são estabelecidas as conexões entre o rural e o urbano.

Focalizar o mercado, no ambiente cultural rural, é mais uma forma de priorizar as relações culturais tecidas entre duas visões de mundo – a do agricultor e a da indústria. O mercado aparece como se estivesse acima dessa disputa, e como tal, a própria sociedade fica caudatária dele. Ao invés de a economia estar embutida nas relações, são as relações sociais que estão embutidas no mercado. O econômico está presente nas relações entre pequenos produtores que necessitam do mercado para

sobreviverem. Mas é nessa dimensão que emerge o conceito de capital social, incluindo elementos que não podem ser explicados pela dimensão econômica.

As mudanças econômicas em curso determinam a necessidade de ampliar a abrangência do que se entende por rural, incluindo noções que poderiam soar estranhas em outros tempos. Nessa direção, inclui-se o conceito de “capital social”, como parte da concepção ampliada de rural. Conforme Stropasolas (2002), a aplicação desse conceito ao entendimento das redes de relações sociais rurais implica problemas ainda não resolvidos. Para ele, capital social refere-se a:

[...] características da organização social como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. [...] Há um consenso geral que capital social se refere ao reino das instituições informais, mas existe pouco acordo sobre quais delas estejam incluídas neste universo informal. [...] Por outro lado, as características da organização interna da sociedade rural envolvem também relações hierárquicas e desigualdades de gênero, geração e de sucessão hereditária. (STROPASOLAS, 2002, p. 31)

Diante da complexidade e heterogeneidade que vêm sendo constituídas no campo, torna-se imprescindível recorrer a estudos de casos, bem como às representações sociais, a fim de compor um panorama mais preciso e aprofundado do capital social, pois cada unidade familiar agrícola e suas comunidades¹⁸ interagem, constituindo redes de sociabilidades e relações de poder diferentes que atuam no nível doméstico.

18. Comunidade é também um conceito que admite muitos sentidos. Neste momento, nos referimos aos laços associativos constituídos no interior de um grupo social, que permitem estabelecer pontos identitários comuns e garantem a coesão do grupo.

As mudanças rurais não podem ser representadas apenas pela economia rural, porquanto seria concordar com uma visão que reduz as áreas rurais a espaços passivos e uniformes, uma visão que exclui do debate as esferas político-ideológica e social como forças interagentes. Os vínculos de proximidade são as redes de relações estabelecidas que constituem fonte de desenvolvimento no meio rural¹⁹. Não obstante serem importantes as motivações econômicas, pode-se concluir que não são as únicas explicações da desagregação do mundo rural. Instados a representar suas identidades e formas de pertencimento, os sujeitos sociais rurais apontam a complexidade e as ambigüidades vividas.

Jovens do campo no Paraná

O Censo do IBGE de 2000 revelou que, aproximadamente, 20% da população brasileira encontra-se na faixa etária entre 15 e 24 anos, grande maioria dos quais (81%), reside na zona urbana. Para alguns estudiosos da área, no entanto, esses dados estão subestimados, uma vez que a definição de zona rural utilizada pelo IBGE não incorpora com fidedignidade as situações de ruralidade existentes no país. Para o IBGE, todos os municípios brasileiros, mesmo aqueles pequenos, com baixa densidade populacional, com valores e cultura essencialmente rurais, são obrigados a definir uma população urbana e rural. Utilizando-se critérios internacionais de localização dos municípios, densidade demográfica e tamanho de sua população, obter-se-ia um total de 4.485 municípios que deveriam ser classificados como rurais, dentre os 5.560 existentes, conforme o Censo Demográfico 2000. Seguindo esses critérios, a população essencialmente urbana do país seria de 58% (BRASÍLIA, 2003).

Estudos indicam que muitos dos jovens que vivem no campo, quando completam a maioridade, migram para a cidade (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; FRIGOTTO, 2004). Esse processo tem sido mais forte entre as jovens, o que aponta uma tendência, também verificada nos países europeus, de masculinização e envelhecimento da população do campo. Alguns autores, como Frigotto (2004) consideram que a organização do Movimento dos Sem-Terra tem-se constituído como uma possibilidade de permanência ou retorno ao campo para mulheres, homens, jovens e crianças.

Dados do Ministério da Educação, levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, em 2005, evidenciaram que “dos 207 mil estabelecimentos escolares existentes na educação básica, 53,4% estão localizados na zona urbana, com 86,4% do total das matrículas registradas no referido ano. Já na zona rural, registram-se 46,6% dos estabelecimentos com 13,6% das matrículas” (MEC/INEP, 2006, p. 33). A pesquisa revelou também que o mundo rural apresenta índices muito baixos de matrículas no ensino médio, assim como taxas elevadas de analfabetismo e de desproporção entre idade e série.

No Paraná, em 2000, o Censo contabilizou nove milhões e meio de paranaenses, distribuídos, segundo a tendência nacional, em 81% no meio urbano e 19% em áreas rurais. Os jovens do campo, no Paraná, entre 15 e 29 anos estão divididos em 53% de rapazes e 47% de moças. Ainda que a desproporção seja pequena, o dado reafirma a tendência à masculinização do meio rural. A grande maioria é constituída por jovens brancos (75%) e, somando-se os negros com os pardos, obtém-se um montante de quase 24%, de modo que as demais etnias (indígenas e orientais) são minoritárias (IBGE, 2000).

Pode-se dizer que a juventude do campo no Paraná, seguindo aquilo que acontece no Brasil, constitui-se de jovens, filhos de pequenos

agricultores, jovens bóias-frias, assentados, rapazes e moças, jovens negros, jovens indígenas. Embora ainda seja tímido, o interesse acadêmico sobre essa juventude, alguns estudos já começaram a surgir. A partir de uma investigação com jovens moradores de um assentamento²⁰, localizado no Sudoeste do Paraná, buscou-se revelar suas perspectivas em relação à família, à educação, ao trabalho etc, bem como algumas diferenças entre os jovens e as jovens assentadas. O assentamento, fruto da luta do MST, ocupa uma área de 1.938,43 hectares, dividida entre 161 famílias. A maioria das famílias, antes de se tornarem assentadas, trabalhava na agricultura, seja como pequenos proprietários, seja como arrendatários ou como assalariados rurais. Atualmente, as principais atividades dos assentados comercializadas concentram-se em culturas como milho, soja, feijão e produção leiteira. Os jovens entrevistados do assentamento estão na faixa etária de 15 a 18 anos; todos se declararam católicos praticantes. A maioria, com uma exceção, declarou estar estudando na época da entrevista. Os jovens do assentamento dividem grande parte de seu tempo entre o trabalho e o estudo; os rapazes trabalham na lavoura e as meninas-moças, com raras exceções, dedicam-se às atividades domésticas, incluindo-se aí o cuidado com a horta. Em relação ao trabalho no campo, uma fala contribui para ilustrar a insatisfação da maioria dos jovens entrevistados, em relação às atividades que realizam: “Eu acho que os jovens da cidade têm mais liberdade, até os 15 anos não é permitido trabalhar, já aqui nós trabalhamos, dos 10 em diante já pode com o

20. Relatório de Projeto de Pesquisa, cadastrado sob o n. 8817/2003/PRPPG/UNIOESTE, 2005. Esta pesquisa de cunho qualitativo contou com a participação de dez jovens e insere-se no quadro dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa *Catálogo sobre Juventudes: (re) conhecendo diversidades e desigualdades juvenis em Londrina e região* – UEL.

peso da enxada”. Ou ainda a fala de uma jovem que, recentemente, veio para a cidade: “É, eu gosto, eu gostaria de continuar morando lá, mas não tipo assim de trabalhar na roça, ter alguma outra coisa pra mim fazer”.

Nesse sentido, presume-se que a permanência do jovem no campo encontra-se também relacionada a uma maior possibilidade de inserção profissional no espaço rural que ofereça alternativas às tarefas convencionais da agricultura. Entretanto, caso se considere a concepção dos jovens sobre a educação, parece não ser isso que os jovens entrevistados vislumbram, pois, ao se referirem à educação, inclusive a educação superior, destacam sua importância como possibilidade de melhorar de vida, especialmente para garantir um emprego na cidade: “O estudo é muito importante, porque não é assim a vida toda que a gente vive na roça, pode ser que um dia a gente pode ir para a cidade e, na cidade, a gente pode achar um emprego, porque sem estudo a gente não acha emprego nenhum” (MARTINS, 2005, p.55). Nesse sentido, afirma ainda Martins, que as expectativas de possibilidades ocupacionais do chamado “novo rural” encontram-se distantes da realidade e das expectativas desses jovens; para eles, o estudo tem-se colocado como uma estratégia necessária para enfrentar a vida urbana.

Além das questões levantadas, é importante destacar práticas dos assentados que reforçam a tradição. Os jovens entrevistados demonstram valorizar a família, bem como respeitam a autoridade dos pais: “Eu não faço tudo o que eu quero, porque não pode, porque eu obedeço o meu pai e a minha mãe”. Ademais, o papel subordinado da mulher é evidente no tratamento diferenciado dado pelos pais aos meninos e às meninas. Nas falas das jovens e dos jovens, foi recorrente a afirmação de que estes têm mais liberdade. Na fala das meninas: “os

piás, com certeza, porque eles não têm esse negócio de ficar enrolando. Ah! deixa eu saí, eles dizem assim, ó eu vou lá, pegam e vão. A gente tem que ficar convencendo as mães”, ou ainda: “Ah! Porque ele é homem né, meu pai e minha mãe pensam assim...”. Segundo a afirmativa de um jovem: “porque o jovem, o pai já tem mais confiança, é mais homenzinho, daí o pai libera. A moça já não, acho que tem que pedi e coisarada”. Além disso, as jovens entrevistadas também consideraram que as jovens moradoras da cidade têm mais liberdade do que elas. É importante sublinhar a insatisfação dos jovens diante do tratamento que recebem dos adultos, conforme expressa a fala abaixo:

[...] [os adultos] acham que os jovens tinham que ser que nem antigamente, não podiam fazer nada. [...] mas tem umas pessoas no acampamento, eles pensam no tempo de antigamente, eles não pensam no tempo de agora [...]. Aqui no acampamento as pessoas são muito preconceituosas. As meninas também, se usam uma roupa curta já falam mal, tipo eu acho errado isso porque na cidade não se vê isso, só no campo. (Entrevista, *apud* MARTINS, 2005, p.52)

Ainda é importante acrescentar que para os jovens assentados, o campo é visto como um lugar “calmo”, no qual as relações entre as pessoas são mais próximas. A cidade, embora se apresente como um local que oferece maiores oportunidades e opções de lazer para os jovens, é vista acompanhada de problemas como drogas, violência, desagregação familiar etc. A lógica dicotômica que compara o mundo urbano com o campo ainda prevalece, com concepções diferenciadas entre si.

Com a finalidade de enriquecer os dados sobre os jovens do campo no Paraná, o grupo de pesquisa organizou o Seminário “Juventudes do Campo: vivências e movimentos”, que ocorreu nos dias 10 e 11 de novembro de 2004, reunindo jovens representantes de movimentos

sociais do campo, especialmente da região de Londrina. As falas dos jovens que serão citadas daqui para frente, foram obtidas durante uma oficina desse Seminário, que foi organizado na tentativa de coletar dados para pensar coletivamente: 1 - o que é ser jovem no campo; 2 - o jovem do campo e suas formas de participação; 3 - suas expectativas.

Quando se questiona o que é ser jovem no campo, as respostas dependem dos pertencimentos, especialmente dos elos que deverão permanecer; isso é permeado de dúvidas e incertezas. Tratando-se de filhos de agricultores familiares, verifica-se que a identidade juvenil é construída espelhando-se na cidade, visualizada como desenvolvida. Assim se expressa um jovem filho de agricultor familiar:

[...] quem fica no campo resiste a esta contraposição que a cidade oferece para ele, isto através das dificuldades colocadas no campo. Esse modelo colocado para o jovem faz parte segundo a nossa visão de uma estratégia internacional e nacional de reduzir em 4% a população no campo. [...] a interrogação que o jovem tem, a sua pequena propriedade [...] de um lado ele está na roça, mas a terra é do pai e só tem um pedaço de terra e se é do pai e tem outros filhos, qual é a alternativa? Esse é um dos fatores que o jovem acaba se entregando e indo para a cidade.

Um outro jovem, representante do Movimento dos Pequenos Agricultores do Paraná, assim entende:

[...] com o modelo capitalista que nós temos, o jovem tem vergonha de viver no campo, porque o modelo que está nas escolas é diferente, o campo é atrasado. [...] o jovem tem vergonha de falar: eu sou agricultor! Ele fala: eu sou estudante, empregado, mas não fala: eu sou agricultor. O que está faltando pro jovem é uma escola de formação voltada para ele, voltada para o campo.

As explicações são mais detalhadas nas falas de uma moça, também do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores:

[...] criou-se, não fomos nós, em todo o camponês uma idéia deturpada da situação dele, que é atrasado, o jeca-tatu. De certa forma, isso tem contribuído muito para que os jovens saiam de lá, a partir do momento que ele tem acesso ao sistema educacional urbano, ele começa a se sentir deslocado; a sentir que o lugar que ele está vivendo é atrasado, que é bom estar na cidade. Estudar e ter emprego é ter garantia. Mas o jovem tem toda a vida, ele é o vigor, ele é toda esta continuação da agricultura camponesa que vem despertando. A partir do momento que se começa a discutir a organização no campo, se começa a criar perspectiva no jovem de permanecer no campo com alternativas.

A identidade juvenil camponesa é diferentemente construída, tratando-se de um movimento que extrapola o conceito de agricultura familiar, atribuído à unidade de produção que tem a família como a principal força de trabalho. A agricultura familiar visa mais ao mercado que às necessidades do produtor. Ser agricultor camponês, na concepção de um jovem, é:

Viver e trabalhar tirando o sustento da família e a produção de alimentos saudáveis e alternativos para o auto-consumo da família e não para o mercado. [...] Na agricultura familiar o agricultor produz para o mercado, ele não está preocupado com o que a família precisa consumir e sim com o mercado. Ele tem que vender porque também precisa comprar no mercado. Ele é um consumidor, então produz para sustentar o mercado. Ele produz um tipo de produto e sustenta o mercado comprando outros dos quais necessita. Na agricultura camponesa se produz toda a variedade de que se necessita para comer. Então essa identidade camponesa é que mantém o agricultor na roça. [...] muitos não entendem essa diferença, o agricultor familiar é influenciado pela economia política agrícola colocada pelo mercado, o agricultor camponês produz pra comer e trocar e não produz dependência do mercado, então ele não pode ser dominado. Quando produz para o mercado ele é dominado porque daí vem a tecnologia, as sementes, adubos, agrotóxicos, implementos etc.

Na ótica deste modelo de agricultura, proposto pelos movimentos **236** sociais camponeses, não existe a palavra “venda”, já que a produção é

diversificada e procura atender às necessidades de consumo reais. Na região Sudoeste do Paraná, conforme diz um jovem coordenador da CPT:

[...] temos experiências bem sucedidas no processo de agroecologia que é o resgate da verdadeira agricultura camponesa. O agricultor produz para o sustento e o restante, ele solidariza com quem não tem esse produto. [...] produzem agroecologicamente divididos em grupos. [...] com a produção excedente fazem feiras de economia popular solidária. Com isso, o agricultor faz a integração campo - cidade, pois ele leva o produto e troca com o corte de cabelo, por exemplo.

Entre as moças residentes em vilas rurais²¹, uma delas viveu 19 anos na cidade e está na vila há um ano. Para ela, a vila rural é um lugar abandonado pelas políticas públicas, tanto no que se refere às necessidades de lazer do jovem, quanto às necessidades de produção. Então, ser jovem no campo, especialmente na vila rural, é viver uma situação de abandono, tal como afirma uma jovem entrevistada:

Na cidade tem até aqueles grupos que fazem palestras sobre drogas, gravidez na adolescência, sobre tantas coisas, mas ali na Vila é difícil [...] ao lado da Vila tem uma igreja e o salão está sem porta, sem janela, sem água, sem luz, sem nada, está abandonado. Não tem missa, o padre só aparece uma vez por mês e quando chove ele não vem, daí só no outro mês. O povo também largou! Os que são de fora pensam assim: tem que fazer isso e aquilo, mas pra quem mora na Vila a realidade é outra. [...] pra sair você precisa de carro, não é todo mundo

21. O Programa Paraná 12 meses, do qual fez parte o projeto das Vilas Rurais foi financiado pelo Banco Mundial e pelo Governo do Estado do Paraná, no governo Jaime Lerner (1995-2002), sendo que a compra do terreno era feita pelas prefeituras municipais, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura - SMA, com participação da EMATER e COHAPAR. Desde o primeiro governo Jaime Lerner, as vilas foram anunciadas como o maior programa de assentamento de trabalhadores rurais em andamento no país, tendo assentado cerca de 17 mil famílias em 400 vilas.

que tem e não há união, então o que sobra? A Vila fica a 10 quilômetros da cidade, fica super fora de mão para sair [...].

Esse projeto de Vilas Rurais foi desenvolvido, desde 1995, na tentativa de fixar o homem no campo e de conter as pressões populares dos movimentos sociais camponeses do Paraná. Para cada família instalada, previa-se um lote de cerca de 5 mil m² (o equivalente a meio hectare), uma casa de 44,52 m² e insumos para o plantio. Entretanto, o tamanho da área de terra é muito pequeno e insuficiente para garantir o sustento de uma família. Na maioria dos casos, as Vilas Rurais são distantes da cidade e desprovidas de atendimento de transporte. Além disso, longe das cidades, os chamados “vileiros” não têm acesso à saúde, à educação, ao telefone, ao correio, bem como a outros serviços públicos de que necessitam. Como se não bastasse, em muitas vilas, os serviços públicos de iluminação e saneamento básico são muito precários. As alternativas de melhoria dependem da união, como propõe a jovem “vileira”:

[...] todos na vila se unirem, porque só um fica difícil. Se não houver união vamos precisar muito da cidade, se não aumentar a Vila e continuar ali, naqueles míseros 5 mil metros, acho que seremos obrigados a optar pela cidade. [...] tem que ter dinheiro para investir por isto meu pai trabalha de tratorista fora da Vila. Ele quer juntar dinheiro e ainda tem que sustentar a casa. Não se vive só de sonho, a gente precisa de roupa, estudo, alimento e ali não tem emprego e também não dá pra tirar o sustento dali se não houver investimento pra depois ter retorno. Quem não tem como investir vai vender sua força de trabalho [...] por que não podemos esperar que a terra brote sozinha [...] é complicado.

Para os cortadores de cana, a situação é ainda mais perversa, pois reflete a realidade de todos aqueles que são jovens pobres no campo, isto é, são trabalhadores (jovens) ou potenciais trabalhadores (crianças) que só dispõem da força de trabalho para vender. Para esses jovens, trabalhar no campo é viver uma rotina em que se “morre um pouco a cada dia”. Viver do

trabalho assalariado rural é submeter-se a um processo de escravidão que aliena todas as potencialidades juvenis desperdiçadas na rotina do corte de cana²². É o caso de um jovem trabalhador “artista-entalhador” que nunca esteve numa escola para aprender a arte. Ele aproveita restos de árvores para, com um velho canivete, gravar suas marcas sobre peças que retratam as habilidades e a sensibilidade de mãos que, aos poucos, vão endurecendo na rudeza dos facões que ceifam os canaviais. As duras rotinas a que são submetidos implicam que o estudo pode ser a única alternativa para escapar de um futuro que é só mortificação no corte da cana. Estudar à noite, no supletivo, depois de horas no corte da cana, significa lutar sozinho contra essa situação social. Então, “em vez de querer pôr de volta as pessoas no campo, eles deveriam melhorar para quem já está lá, valorizando eles. [...] primeiro tinha que ter a valorização de quem já está lá pra depois incentivar a vinda de pessoas”.

Os jovens que defendem a via campesina alegam que a produção do excedente necessário à existência gera troca a ser negociada com qualquer produto. Para o agricultor camponês existem as alternativas de consumir ou trocar, mas para o assalariado temporário, que não controla o produto do seu trabalho, a situação fica cada vez mais difícil. A garantia de sua existência está atrelada a comprar no mercado. Essa é uma diferença crucial já que o assalariado não tem sequer a promessa da terra.

Observações do cotidiano mostram um movimento contínuo de jovens que residem no campo e trabalham na cidade, assim como de outros que

22. Os números da produtividade exigida dos trabalhadores nos canaviais e a remuneração paga a estes evidenciam esta rotina árdua de trabalho. Segundo relatos colhidos pela Comissão Pastoral da Terra em visitas às cidades de Florestópolis e Porecatu, um assalariado rural canavieiro corta em média 9 toneladas de cana-de-açúcar por dia. Quanto à remuneração, segundo os trabalhadores(as), as usinas pagavam, em 2005, cerca de R\$ 1,40 por tonelada de cana cortada.

vivem na cidade e trabalham no campo. Esse movimento é muito intenso nas pequenas cidades que poderiam ser classificadas como rurais. Geralmente são compostas de uma ou outra casa de comércio, a escola, a igreja, a farmácia, a prefeitura, a câmara de vereadores e as moradias. Essas pequenas cidades são cercadas por atividades agrícolas e apresentam reduzidas ou quase nenhuma oportunidade de trabalho para os jovens. O mundo do trabalho resume-se às atividades que o campo oferece. Neste caso, estão assalariados rurais temporários, trabalhadores volantes, migrantes, bóias-frias que, em geral, residem nas periferias das cidades e todos os dias embarcam na aventura de produzir a existência, cortando cana. Mesmo residindo em pequenas cidades, os jovens afirmam:

Eu me sinto como uma pessoa do campo, pois a gente convive ali, a cidade é pequena, você sai, dá uma volta, chega no meio da rua já está dentro do campo. Pra mim é a mesma coisa, ali eu vejo gente criando porco, galinha, isso é normal, então é a mesma coisa que estar no campo. Meus companheiros, a maioria não estuda, corta cana mesmo. Os que estudam são poucos e não têm uma seqüência na escola, muitos entram e saem logo. Saem porque a rotina de trabalho é muito pesada e já sai [...]

[...] se o jovem é assalariado rural temporário tem que ir atrás de vender sua força de trabalho para ter o alimento, porém a matriz dele é rural, mesmo que more na cidade.

Jovens cortadores de cana vivem numa espécie de armadilha: na cidade, não há emprego e no campo, os empregadores constituem uma espécie de cartel e desenvolvem estratégias empregatícias, conforme as safras. Por isso, os trabalhadores cortadores de cana trabalham 6 meses e, nos demais, precisam encontrar outras atividades para sobreviver. Desse modo, os jovens preocupam-se com as conseqüências futuras da precarização dos direitos, pois entendem que a história dos

trabalhadores expropriados e doentes de hoje se repetirá com eles. A exploração do trabalho é tamanha que faz do direito à aposentadoria uma espécie de ilusão, segundo mostra o depoimento que se segue:

Você está trabalhando na roça e se sente mal, os fiscais acham que você está com preguiça, que está enganando. Acontece quando vamos ao hospital com muita dor, você está lesionado e não consegue trabalhar. Chega lá e tem que falar pro Doutor que precisa de atestado e de fazer o acompanhamento médico, passar remédio [...]. O serviço é desgastante e a gente não tem o atendimento correto. É o caso de câncer de pele porque a gente se expõe muito no sol. É muita coisa química da cana, tudo queima e você inala com cinza, então vai agravando. [...] no caso do jovem se machucar um nervo, eles colocam a pessoa noutro serviço que é pra desgastar outro nervo. Eles tiram de um lugar e passam pro outro, mas continua a mesma coisa e ninguém se aposenta, continua trabalhando.

O futuro desses jovens é marcado pelos acontecimentos do presente, eles se espelham nos adultos e velhos que já foram cortadores de cana e não tiveram alternativa, senão alienar suas potencialidades nos canaviais. Ilustra essa situação a seguinte fala:

[...] eu nasci numa cidade vizinha porque não tinha recurso em Florestópolis. Naquele tempo era uma colônia pequena. Era em 1977 e tinha mais mato. Aí começou a transformar a cidade e ali a gente foi crescendo dessa maneira. Meu pai trabalhando no rural, ele também veio do campo. Era arrendatário de terra, aí ele passou a ser explorado e achou que trabalhando na enxada não ia a lugar nenhum por isto foi pra cidade pensando que ia melhorar. Chegando lá viu que a exploração era maior ainda.

A jornada de trabalho do jovem que mora na pequena cidade e trabalha no campo, “começa às 4 horas da manhã e, em alguns casos, até a 1 hora da madrugada, quando a gente pega o transporte, com chuva, sol ou geada, tem que trabalhar”. Entendem que a jornada de trabalho

deveria incluir o tempo gasto no trajeto, pois “levantam cedo e viajam muito até chegar na roça”. Os jovens cortadores de cana afirmam que na cidade, mesmo pequena, sofrem preconceitos; as moças preferem outros rapazes, que têm carro, desempenham outras funções, isto é, rapazes que sugerem um futuro mais promissor.

Pensando em suas próprias identidades, eles retrataram, através de desenhos, o cotidiano do trabalho: acordar cedo, pegar o transporte, ficar no canavial trabalhando e o retorno para casa ao cair da noite. Afirmam que se esse jovem “for para a cidade grande corre risco de cair na bebida”, entretanto reconhecem que, no campo, eles não dispõem de qualquer forma de lazer e, se porventura dispusessem, deveria ser pública e gratuita, porque o bóia-fria nunca tem dinheiro para isso. Quando “tem algum baile, as meninas preferem se prostituir para arrumar dinheiro para ir ao baile”. O cortador não tem dinheiro nem para comer, quanto mais para se divertir. Um jovem cortador de cana explica:

Então eu penso que o grande explorador é o governo, por causa do baixo salário. A gente percebe isso na firma, pois a diária é baseada no salário. Então você vai trabalhar na diária de R\$ 10,40²³, ou um pouquinho mais, vai no supermercado e vê que hoje trabalha pro arroz, amanhã pro feijão, depois pra mistura e aí vai indo. Depois pro sal, café. Até que chegando você vai trabalhar o mês inteiro pra fazer a mesma coisa. Então o grande explorador é o governo que devia dar um incentivo maior pra que a nossa diária melhore.

Os jovens [no período em que aguardam uma outra safra de cana], [...] vão para o plantio de algodão, sem registro em carteira, trabalham de diaristas. Continua dessa forma sempre trabalhando na propriedade dos outros. Mas quando chega a

época de fichar na firma (usina) ficamos o tempo que durar a safra, depois acabou, está na rua.

Ainda que o pertencimento seja rural, os jovens demonstram dificuldade para engrossar as fileiras do Movimento Sem-Terra a fim de retornar ao campo. “Meu pai ficou 3 meses acampado, depois saiu e veio outro grupo e tomou a terra. Nós tivemos que ficar mantendo a casa. Se ele tivesse conseguido a terra estaria lá trabalhando”.

Os processos identitários passam pela condição de possuir ou não a propriedade da terra, por elos familiares, religiosos, pertencimentos culturais e geográficos. Apesar do incremento das comunicações que comprimem tempo e espaço, estar no campo significa, ainda hoje, especialmente para os jovens pobres, não dispor de espaços propriamente juvenis nos territórios em que vivem. A escola e a igreja, quando elas existem, constituem os únicos espaços de sociabilidade capazes de reunir manifestações culturais e formas de lazer. Tudo o mais se resume ao mundo do trabalho.

Os jovens dizem que estão vivendo um momento parecido com uma encruzilhada, os caminhos do campo e da cidade se cruzam, mas essas duas possibilidades, ambas sedutoras, podem esconder armadilhas. Por isto, as incertezas e as carências são, de fato, definidoras das identidades sociais desses jovens que estão no campo, mas nem mesmo têm certeza se nele permanecerão.

Esses apontamentos indicam uma conclusão: os jovens do campo são definidos pelas carências que vivenciam, especialmente quando se trata de jovens não-proprietários, uma vez que todos, independentemente dos pertencimentos de classe e das condições culturais, vivem uma fase de dúvidas e precisam resolvê-las para decidir o futuro.

Este trabalho inicial mostra a necessidade de conhecer os jovens do campo no Paraná a fim de municiá-los com dados e informações

adequadas, para que as políticas públicas possam ser mais coerentes com as suas necessidades e seus desejos.

Jovens do campo em Londrina

Londrina é um município que apresenta todos os desafios que caracterizam as metrópoles brasileiras: uma grande diversidade populacional imersa num quadro crescente de desigualdades sociais e perversas formas de violência. As estruturas arquitetônicas arrojadas, a acelerada expansão populacional, assim como a quantidade e a diversidade de serviços, evidenciam uma cidade moderna. Contudo, a cidade não consegue ocultar as raízes rurais que marcam sua história. Tudo começou na terra e sem ela parece difícil continuar a existir.

O campo persiste! Obviamente, não é o mesmo desde que minguaram as abundantes colheitas de café, na década de 1960. À agonia dos cafezais correspondeu o êxodo para a cidade. A revolução verde, concretizada por grandes máquinas amarelas, sugeria o fim de um jeito de lidar com a terra e o começo de um novo tempo. Mas, o velho persiste e não aceita morrer, a agricultura familiar, fadada à subsunção, insiste e mostra diferentes faces: alguns são pequenos proprietários, mas do ponto de vista produtivo, nem tão pequenos quanto parecem; muitos são produtores e não proprietários; outros, são camponeses novos que pretendem modernizar-se para competir no mercado ou, ainda, são agricultores que pretendem produzir para sobreviver ou para fazer escambo de mercadorias. Mas esse quadro, que situa o mundo rural nos limites da agricultura ou da pecuária, não cabe mais no cenário rural construído pelos sujeitos do campo que não hesitam em recriar o espaço rural, dando-lhe novos coloridos. Em Londrina, fazem parte deste cenário os pesque-pague, restaurantes de comidas típicas, locais de turismo rural, entre outras atividades que procuram valorizar os produtos da “roça” – doces e comidas caseiras e produtos artesanais.

Conforme o Censo do IBGE (2000), a população londrinense²⁴ é composta de 447.065 habitantes; no mundo urbano, vivem 433.369 e 13.696 estão no campo. Isto significa que 96,93% vivem na cidade e apenas 3,07%, no campo. De acordo com o mesmo Censo, tanto o Brasil como o Paraná apresentam 19% da população no campo, mas Londrina é eminentemente urbana. A quantidade de população rural poderia aumentar caso houvesse uma resignificação do que se entende e se classifica como rural, neste município. Mesmo assim, é importante que essa população de quase 14 mil habitantes não seja tratada como uma simples minoria, especialmente quando se considera que é desse grupo social que a população urbana depende para sobreviver.

Londrina tem oito distritos e cada qual possui uma sede²⁵. As sedes de distritos e os patrimônios são considerados como áreas urbanas, no entanto, preservam praticamente todas as características de espaços camponeses. Considerando como rural a população residente nas sedes dos distritos, vemos que a porcentagem de pessoas residentes no campo sobe para 4,7%.

No início dos anos 1990, a Prefeitura de Londrina publicou um extenso perfil da área rural, incluindo todos os distritos, mas, atualmente dispõe apenas do “perfil” de Guaravera. Em 1991, os jovens, assim considerados os da faixa de 19 a 30 anos de idade, neste distrito, chegaram a 33%. Em 2003, a presença da população jovem compunha 30% do total deste distrito. Em razão da carência de dados, não é possível verificar se essa tendência se mantém nos demais distritos. Mas, através dos dados divulgados pelo IBGE (2000), pode-se dizer que a maioria absoluta (97%) dos jovens, na faixa dos

24. Dados extraídos do site do município de Londrina, acessado em 14 de maio de 2005.

25. Dos oito distritos existentes, um deles próximo da sede municipal é compreendido pelo IBGE como urbano. Trata-se do patrimônio Heimtal, localizado ao norte do município.

15 até os 29 anos, é urbana, contra apenas 3,0%, que permanece no campo. Considerando-se o sexo da população, verifica-se que o mundo urbano concentra 48% de homens e 52% de mulheres, enquanto no meio rural, encontramos 53% de homens e 47% de mulheres.

Provocações finais

As migrações do campo para a cidade são seletivas e explicam-se como fruto da carência de oportunidades no campo. Conforme dito anteriormente, esse movimento pode ser lido de diversas formas: de um lado, como a manutenção da pequena produção no campo e, de outro, como a atenuação do patriarcalismo nas famílias camponesas. Porém, essa dinâmica marca, mais uma vez, a inferioridade das mulheres, pois a questão da profissionalização das moças do campo não é sequer colocada. Desconsidera-se o fato de que “ser agricultora” não tem sido historicamente uma profissão e sim uma condição adquirida pelo casamento ou pela tradição familiar. Somado a isso coloca-se a invisibilidade do trabalho infantil, do trabalho feminino e dos jovens no/do campo, tanto na produção familiar, quanto nas propriedades de grande porte, nas quais adultos trabalham mediante contratos que excluem crianças e adolescentes, mas na realidade, todos são impelidos ao trabalho.

Crianças e jovens, filhos de trabalhadores rurais despossuídos, em razão da pobreza, sofrem ainda mais a perversidade do trabalho precoce, sem qualquer direito garantido. É o caso dos filhos de migrantes rurais que acompanham seus pais na busca de trabalho e trabalham junto com eles. São, contudo, legalmente impedidos de trabalhar. Quando se envolvem em acidentes de trabalho, seus próprios pais são considerados culpados porque os patrões estão protegidos pelas leis que deveriam garantir proteção à criança.

outros conceitos – novo rural, *continuum (r)urbano*, pluriatividade e capital social – pois compreendem as populações rurais inseridas no campo, segundo circunstâncias produtivas e perspectivas consideradas novas. Mas, esses conceitos só podem ser incorporados se forem problematizados a partir das realidades diferentes, considerando-se as desigualdades sociais e especificidades que caracterizam a produção rural e as redes de sociabilidade no cotidiano dos grupos sociais. A relação entre os padrões culturais e os problemas estruturais deve ser enfatizada, quando se trata de pensar alternativas de emprego e de renda no espaço rural.

Diante das dificuldades em concretizar políticas públicas para os jovens do campo, que, em geral, eram tratados como se fossem uma minoria sem importância, esses jovens se mobilizam e acumulam histórias de organização, especialmente no Sudoeste e Centro-Sul do Paraná. A presença de movimentos sociais e a organização de entidades representativas no campo denotam que nem tudo foi automatizado, e a produção do campo ainda precisa da força humana de trabalho. Os jovens do campo vivenciam o fim de um modo de ser rural e nem por isto ficam parados. Eles têm se organizado e construído uma visibilidade política e social que passa, tanto pelos movimentos mais conhecidos como o MST, que dispõe de escolas preparatórias para os jovens que deverão permanecer no campo, assim como pelas ações desenvolvidas pela Pastoral da Juventude Rural ou pelo Movimento de Organização da Juventude Trabalhadora Rural do Centro Sul do Paraná²⁶. Estes

26. A organização da juventude trabalhadora rural do centro-sul do Paraná divulgou uma carta de princípios, segundo os quais pretende mobilizar-se para permanecer na terra valorizando os recursos naturais, a memória dos antepassados, participação, educação, democracia e agricultura camponesa. Reafirmam suas raízes rurais, reconhecendo diferentes formas de pertencimento: sem-terra, agregados, meeiros, diaristas, arrendatários, faxinalenses (pequenos produtores rurais que, além da policultura de subsistência, desenvolvem atividades silvo-pastoris em áreas de uso coletivo). Todos eles compõem uma unidade difusa - a classe trabalhadora rural.

movimentos constituem mecanismos políticos de reafirmação da identidade camponesa e do propósito de manter as raízes na terra. Os jovens do campo, organizados ou em processo de organização, parecem estar se articulando por meio das idéias que caracterizam a agroecologia, isto é, viver na terra e nela produzir em harmonia e com respeito à natureza.

A precocidade com que o jovem do campo assume funções produtivas pode provocar um salto da infância para a vida adulta, sobretudo, pela intensidade da ligação à ordem social comunitária.

As dificuldades para definir o que é ser jovem (em quaisquer espaços sociais) e o que é rural/campo não podem desqualificar os usos dessas categorias, quando consideradas como socialmente construídas. Isso implica:

- Superar o senso comum que homogeneíza e simplifica apagando a complexidade e heterogeneidade do rural/campo;
- Revisitar a realidade empírica constantemente em atenção à dinâmica histórica;
- Considerar como fundamental a vigilância epistemológica; ao ressaltar diferenças, desigualdades e complexidades do mundo rural, podemos nos tornar presas fáceis do relativismo extremado;
- Romper a leitura essencializada e idealizada do mundo rural, o rural/campo existe, mas não do modo como foi no passado; se assim fosse não haveria história.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo; BALDISSERA, Ivan Tadeu; CORTINA, Nelson; FERRARI, Dilvan; SILVESTRO, Milton; TESTA, Vilson Marcos. *Juventude e Agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Chapecó. Brasília, 1977, mimeo. (Convênio FAO-Incra/CPPP-Epagri)

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico*. Texto apresentado no seminário *Desafios da Pobreza Rural no Brasil*, Rio de Janeiro, 30-31 de Maio de 2000.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*: Coordenação da Articulação Nacional por uma Educação Básica no Campo. Brasília, 2000. (mimeo)

ARTICULAÇÃO PARANAENSE: *Por uma educação no Campo. Caderno 1. A História da Articulação*. Porto Barreiro: Paraná, 02 - 05 de nov., 2000.

ARTICULAÇÃO PARANAENSE: *Por uma educação no Campo. Caderno 2. Temáticas Abordadas na II Conferência Estadual*. Porto Barreiro: Paraná, 02 - 05 de nov., 2000.

ARTICULAÇÃO PARANAENSE: *Por uma educação no Campo. Caderno 3. A Mística do Girassol*. Porto Barreiro: Paraná, 02 - 05 de nov., 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRANCO, Maria Teresa Castelo. *Jovens sem-terra: identidades em movimento*. Curitiba: UFPR, 2003.

BRASÍLIA. O Desafio da Educação do Campo/meio rural. Seminário: Educação do campo/meio rural-cultivando um Brasil melhor. *Caderno de Subsídios*. Brasília, 2003.

BRITO, Sulamita de. (Org.). *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CADERNOS *Educação e Desenvolvimento*, n.1, Primeira Conferência Regional de Educação do Campo. Sudoeste do Paraná, nov., 2002.

CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Mimeo. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbarno: a relação campo-cidade no imaginário de jovens rurais. XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena W. ; MARTONI BRANCO, Pedro P. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005.

CEPAL. *Juventud rural: Modernidad y democracia en América Latina*. Santiago do Chile, 1996.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *Observações sociológicas sobre um tema controverso: população rural e educação em São Paulo*. São Paulo: USP, 1979. Tese (Doutorado): Departamento de Ciências Sociais (Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

DURSTON, John. Juventude Rural, modernidade e democracia: desafio para os noventa. In: *Juventude e desenvolvimento rural no Cone Sul Latino-Americano*. Porto Alegre: CEPAL, 1994. (Série Documentos Temáticos).

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. *Dictionnaire Etimologique de la Langue Latine*. 4 ed., Paris: Editions Klincksieck, 1985.

EISENSTADT, Shmuel N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

250 FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades,

desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

GUIGOU, Jacques. Problemas de uma Sociologia da Juventude Rural. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). *Sociologia da Juventude*. Tradução de Narciso José de Melo Teixeira e Luis Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v.2. p. 73-88. IBGE. Censo 2000. Rio de Janeiro, 2000.

LONDRINA, Secretaria Municipal de Planejamento. Perfil de Guaravera. Londrina, 2004.

MARTINS, José de Souza. (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARTINS, Suely Aparecida. *Juventude rural em Francisco Beltrão/Pr: em busca da diversidade*. Cascavel-Francisco Beltrão: Relatório de Projeto de Pesquisa, cadastrado sob o n. 8817/2003/PRPPG/UNIOESTE, 2005.

MEC; INEP. Resultados do Censo Escolar 2005. Brasília: DF, jun.2006. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/censo/2005/resultados_censo2005. Acessado em 12, fev, 2007.

ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE TRABALHADORA RURAL DO CENTRO SUL DO PARANÁ. *Proposta de carta de princípios*. Curitiba, 2005. (documento arquivado na CPT/ Curitiba).

PAULINO, Stefano Mendes. As cidades e as serras: espaço e identidades sociais na construção da ruralidade. *Ruralidades*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-19, out. 2002. (texto enviado por e-mail)

RENK, Arlene; CABRAL JUNIOR, Wilson. Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste Catarinense. In: *Esboços*. Revista do programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, v.1, p.9-28, 2002.

REUBEN, William. *La juventud rural en América Latina y Caribe*. São José, Costa Rica: Instituto Interamericano de Cooperacion para la Agricultura (IICA), 1990.

SILVA, Vanda. *Sertão de Jovens: antropologia e educação*. São Paulo: Cortez, 2004. (Questões da Nossa Época, v.115)

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio Antonio de; DORIGON, Clóvis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEA/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SUSTAITA, Edmundo. A juventude rural nos países desenvolvidos e em via de desenvolvimento. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). *Sociologia da Juventude*. Tradução por Maria Márcia Smith de Durand. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v.1.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O Mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC*. 2002. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Resenhas

CUROTTO, Maria Luisa. *A realidade de trabalho vivida por adolescentes, a partir de suas representações sociais*. 1995. 95 p. Monografia (Especialização em Psicologia) Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Rogério Nunes da Silva

Por meio de uma análise qualitativa, a pesquisa teve o propósito de estudar a realidade de trabalho de três jovens adolescentes, do sexo feminino, focalizando suas representações sociais. As três adolescentes residiam no distrito de Irerê, no município de Londrina e tinham como característica comum o fato de terem participado de cursos profissionalizantes voltados para o mercado de trabalho, na área de administração. A relação entre a formação obtida nesses cursos e a função desenvolvida pelas adolescentes constituiu o principal enfoque da análise.

A economia do distrito de Irerê é predominantemente agrícola, reunindo grande quantidade de bóias-frias. Entretanto, a instalação de uma fábrica de beneficiamento de rami, conferiu ao distrito novas características. Esta fábrica abriu vagas para a contratação também de mulheres, contribuindo para a elevação da renda de suas famílias. Mesmo considerando as jornadas de trabalho estafantes, as adolescentes contratadas entendem que se trata de uma atividade que permite a ascensão social, pois o desgaste físico, conforme afirmam, reverte-se em benefício do trabalhador.

A partir das falas das entrevistadas foi possível identificar o significado atribuído à nova prática de trabalho percebendo, inclusive, contradições através do modo como expressam a conexão entre a formação profissionalizante, obtida nos cursos, e a atividade que exercem. A autora afirma que as representações favoráveis ao trabalho, aparecem na consciência dos sujeitos para recobrir condições desfavoráveis de trabalho a que se submetem.

Através de seus depoimentos, foi possível detectar que não há questionamentos sobre o papel tradicional da mulher, e parece-lhes natural o fato de acumularem funções da fábrica com as atividades domésticas. Porém, essa dupla jornada de trabalho é invalidada, em razão das tarefas domésticas serem mascaradas pelas produtivas. Estas últimas são redefinidas como oportunidade de enriquecimento pessoal e, sendo assim, o trabalho que as subalterniza é visto como uma forma de ascensão social. Em suas representações, desconsideram a importância das atividades que desenvolvem no interior da família.

As representações sociais das adolescentes constituem uma das mediações que contribuem para a produção e reprodução capitalista, que tem, na família tradicional, uma de suas bases de sustentação e de organização.

SILVEIRA, Gisele Falcão da. *Aspectos do cotidiano de adolescentes no meio rural: um reflexo da sociedade brasileira*. 1987. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Mônica Matos Ricardo

Recorrendo a autores como José Graziano da Silva, Maria Conceição D’Incao Mello, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Agnes Heller, entre outros da área de Serviço Social, a autora inicia o estudo com uma análise histórica das heranças coloniais que marcaram as comunidades rurais no Brasil. O capítulo encerra com as características específicas da comunidade de Irerê, distrito rural de Londrina, onde vivem 22 adolescentes que se constituíram como sujeitos da pesquisa. A população do distrito é composta basicamente por trabalhadores rurais: bóias-frias, parceiros ou rendeiros. Considerando os adolescentes em suas múltiplas interações socioculturais e institucionais, a autora chama a atenção para os diferentes arranjos familiares que constituem os pertencimentos dessas jovens. Famílias nucleares, extensas ou formadas pelos avós e netos, tios e sobrinhos ou padrastos, compõem-se e recompõem-se conforme as necessidades familiares de força de trabalho. Casos há em que os pais migram para outros estados do país, em busca de melhores condições de vida, enquanto as filhas ficam sob a guarda de parentes. Sem dispor de dados quantitativos, a autora afirma que nas

famílias de baixa renda os filhos desempenham, não raro, as vezes de provedores do lar. Nesse sentido, entende que os papéis familiares tradicionais nem sempre são concretizados no contexto das famílias rurais de Irerê, pois os laços familiares não podem ser classificados segundo os padrões dominantes. Mulheres, crianças e jovens trabalhadores ganham menos do que os homens adultos. Para as meninas, a exploração se prolonga, muitas vezes, até a idade adulta. De modo geral, a unidade familiar inteira se engaja no trabalho rural assalariado.

Crianças, jovens e adolescentes confundem-se nos papéis de consumidores e provedores, por isso abandonam a escola ou pensam em parar os estudos para que possam dedicar-se exclusivamente ao trabalho assalariado ou para desempenhar serviços domésticos. Além desse fato, a escolarização das adolescentes que compõem a amostra da pesquisa é complicada pela predominância, nas práticas escolares, de um viés cultural urbano que contribui para desvalorizar estilos de vida não-urbanos. Das 22 adolescentes entrevistadas, apenas 4 estavam em séries consentâneas com a faixa etária. Do total das adolescentes, 9 desejavam ser professoras, 4 modelos, 3 médicas, 3 veterinárias, secretária, psicóloga, computação ou engenharia, e apenas uma delas gostaria de trabalhar em casa. O magistério constitui não apenas uma profissão possível e mais adequada a mulheres, como também uma profissão representativa de autonomia que garante relativa ascensão social. As meninas que escolheram carreiras universitárias não acreditam que possam alcançar esse grau. Embora considerem a escola como canal de ascensão social, as dificuldades são muitas, quase todas relacionadas ao currículo. A seletividade escolar no meio rural pode decorrer do predomínio de valores culturais, veiculados pela escola, que são mais acessíveis a alunos urbanos. Fundamentando seu raciocínio em Pereira (1971), não apenas confirma o choque cultural que a escola provoca,

como também mostra o descompasso existente entre as exigências curriculares e as necessidades, aspirações e realidade das adolescentes.

Conclui que as adolescentes de Irerê constituem o espelho de tantas outras meninas pobres do Brasil que, desde crianças, precisam entrar no mundo do trabalho assalariado e terminam assumindo responsabilidades de adultos. Os conteúdos escolares não visam a seus interesses e necessidades mais imediatas, entretanto criam nelas expectativas que, em sua maioria, não poderão alcançar.

CARVALHO, Sonia Faria. *Assentamento Rural e Escola do Campo*. direitos em construção. 2004. 58 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina.

Resenha elaborada por Thaís Regina Mantovanelli da Silva

O trabalho contempla uma análise da educação do campo, focalizando especialmente os aspectos discriminatórios existentes em relação às crianças provenientes de um assentamento localizado nas proximidades da Escola Rural Municipal São Carlos.

Após um breve diagnóstico sobre a situação educacional da população rural no Brasil, a autora aponta a educação como direito social de todos, mostrando que as políticas educacionais oficiais ignoram a necessidade de uma proposta de educação escolar para o campo. Enveredando pela trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, enfatiza os princípios educacionais do movimento, demonstrando que, na realidade pesquisada, a escola existente não é a mais indicada para as crianças provenientes do assentamento, pois se tornam alvo de preconceitos por parte dos agentes escolares.

Para a realização da pesquisa a autora entrevistou oito profissionais da escola e definiu a amostra, escolhendo três integrantes do corpo técnico-administrativo e um docente, ou seja: diretora, inspetor de alunos, servente, a mais antiga da escola, e uma professora que trabalha nos dois turnos. A amostra constituiu-se de apenas 4 integrantes da escola, representando 50% do seu quadro geral.

A análise das entrevistas centrou-se na relação conceitual dos profissionais da escola sobre o modo como representam o assentamento, as crianças que também são assentadas e o processo de educação escolar.

<i>Título</i>	<i>Juventudes, desigualdades e diversidades – Estudos e pesquisas</i>
<i>Autor</i>	Leila Sollberger Jeolás; Maria Angela Silveira Paulilo; Maria Regina Clivati Capelo (Orgs).
<i>Capa</i>	Cláudio da Costa
<i>Projeto gráfico</i>	Teresa Godoy
<i>Produção gráfica</i>	Maria de Lourdes Monteiro
<i>Revisão final</i>	Marta Augusta C. e Castro Gonçalves
<i>Formato</i>	16 cm x 23 cm
<i>Tipologia</i>	Lucida Sans
<i>Papel</i>	Supremo 250 g/m ² (capa) Off-set 75 g/m ² (miolo)
<i>Número de páginas</i>	260